

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EDUCAÇÃO SOCIAL  
CAMPUS DO PANTANAL

ANA CAROLINA PONTES COSTA

**TRAJETÓRIAS SOCIAIS DE JOVENS QUE VIVENCIARAM O PROCESSO  
DE DESLIGAMENTO POR MAIORIDADE EM ABRIGOS INSTITUCIONAIS**

CORUMBÁ

2012

ANA CAROLINA PONTES COSTA

**TRAJETÓRIAS SOCIAIS DE JOVENS QUE VIVENCIARAM O PROCESSO  
DE DESLIGAMENTO POR MAIORIDADE EM ABRIGOS INSTITUCIONAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, área de concentração em Educação Social do Campus do Pantanal, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Educação.

Orientação: Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Edelir Salomão Garcia

Coorientação: Prof. Dr. Roberto da Silva

CORUMBÁ

2012

COSTA, Ana Carolina Pontes. **Trajetórias sociais de jovens que vivenciaram o processo de desligamento por maioridade em abrigos institucionais**. 2012. 126 f. Relatório de Defesa (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, área de concentração em Educação Social do Campus do Pantanal da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2012.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Campus do Pantanal, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Educação.

Área de Concentração: Educação Social

Orientador: Profª Drª Edelir Salomão Garcia

Co-orientador: Profº Dr. Roberto da Silva

Aprovada em: 13/08/2012

### BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Edelir Salomão Garcia - UFMS/CPAN

Julgamento: Aprovada Assinatura: edgarcia

Prof. Dr. Roberto da Silva - FE/USP

Julgamento: APROVADA Assinatura: [Assinatura]

Profª Drª Anamaria Santana da Silva- UFMS/CPAN

Julgamento: aprovado Assinatura: [Assinatura]

Profª Drª Monica de Carvalho Magalhães Kassar- UFMS/CPAN

Julgamento: Apuro de Assinatura: [Assinatura]

À minha família.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao meu companheiro Marcos, por compreender (nem sempre!) o tempo compartilhado com o trabalho, os livros e os computadores, sabendo que os finais de semana, as festas, e as pescarias que estive ausente nesses dois anos, serão recompensados de alguma forma. Obrigada por estar ao meu lado nesta caminhada.

A minha filha Mel, pelos momentos que partilhamos nesses anos, me mostrando sempre o lado mais doce da vida. À você, o meu muito obrigado por existir e fazer parte de mim.

À minha mãe, por acreditar que a maior herança que ela poderia deixar a mim e aos meus irmãos não se resumia a bens materiais, e sim a qualidade de ensino que ela poderia proporcionar, bem como os valores sobre a vida que me ensinou.

Ao meu pai, pelo apoio nas decisões que tive que tomar ao longo da minha trajetória acadêmica.

Aos meus irmãos, Bruno e Fernanda, por se mostrarem tão presentes em minha vida, quando 1500 km nos separavam. Nesse percurso, vocês foram essenciais!

As minhas amigas Edith e Jaqueline, por segurarem as minhas mãos, erguendo-me todas as vezes que foi preciso.

À minha orientadora Edelir, por enxergar em mim potencialidades que eu mesma não conseguia ver, por elevá-las ao limite que pude alcançar e também por agraciar-me com a sua valiosa amizade.

Ao professor e co-orientador Roberto da Silva, agradeço pela disponibilidade e compromisso dedicados a mim e a esta pesquisa. Destaco minha imensa gratidão pelo apoio e pelo empréstimo das lentes de um menino que viveu pelo mundo e pelas experiências a que me propus investigar. No percurso desta pesquisa, você foi um grande presente.

À professora Dimair, por se constituir sempre presente na minha formação acadêmica.

À professora e amiga Márcia Sambugari, pelo apoio incansável na trajetória da minha vida acadêmica e desta pesquisa, a quem dedico um particular agradecimento.

Aos meus professores do Mestrado em Educação da UFMS pelo aprendizado

do convívio, em especial dedico um abraço carinhoso às professoras Ana Lúcia Espíndola, Anamaria Santana da Silva, Mônica de Carvalho Magalhães Kassar e ao professor Hajime Nozaki.

Aos jovens Janaína, Jonas e Tomás, por participarem deste estudo compartilhando as suas histórias.

"A história humana não se desenrola apenas nos campos de batalhas e nos gabinetes presidenciais. [...] Disso eu quis fazer a minha poesia. Dessa matéria humilde e humilhada, dessa vida obscura e injustiçada, porque o canto não pode ser uma traição à vida, e só é justo cantar se o nosso canto arrasta consigo as pessoas e as coisas que não tem voz".

Ferreira Gullar

## RESUMO

Com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 as instituições de abrigo de crianças e adolescentes tiveram que se reorganizar para um atendimento mais humanizado, garantindo e oferecendo um ambiente de respeito e dignidade, bem como promovendo condições necessárias para uma vida autônoma posteriormente ao processo de institucionalização. No que se refere ao desligamento institucional, historicamente as legislações determinaram que o adolescente ao completar a maioridade civil deveria ser desinstitucionalizado e apto a viver sem o respaldo do Estado. As histórias de vida destes adolescentes, muitas vezes, permanecem silenciadas, guardadas em seus prontuários e em suas memórias. Afinal, o que acontece com estes jovens? Como estas pessoas são reinseridas no convívio social, levando-se em conta o contexto familiar, social e econômico que antecedeu o processo de abrigo? E aquelas que passaram vários anos institucionalizadas, o que fazem de suas vidas quando saem dos abrigos? Nesta direção, esta pesquisa teve como objetivo analisar a trajetória social de jovens que viveram em abrigos institucionais, sendo posteriormente desligados por maioridade, tendo como ênfase as condições socioeconômicas e culturais, vivenciadas por eles. A abordagem teórico-metodológica assumida nesta obra é composta por Pierre Bourdieu, Erving Goffman e Donald Woods Winnicott, buscando a contribuição de cada autor na compreensão do universo pesquisado. Assim, na apreensão das histórias de vida dos sujeitos desta pesquisa foi utilizado como procedimento metodológico a entrevista semiestruturada, que permitiu dar voz as suas histórias através dos relatos orais. Os resultados indicaram que os jovens experimentaram lacunas e fragilidades nos percursos pessoais, vivenciando as mais duras formas de injustiça social. O processo que envolve o desligamento foi vivido por eles com muita ambiguidade, pois por um lado, significou o exercício da capacidade de escolha com mais liberdade e por outro lado, o desligamento, gerou novas angústias frente a perspectiva de uma vida fora da instituição.

**Palavras-chave:** Acolhimento Institucional. Desabrigo. Vulnerabilidade Social.



## **ABSTRACT**

With the Statute of the Children and Adolescents in 1990 sheltering institutions of children and adolescents had to reorganize to a more humanized treatment, ensuring and providing an environment of respect and dignity as well as promoting the necessary conditions for an independent life after the process of institutionalization. Regarding to the institutional detachment, the laws historically determined that the teenager that completes the civil majority should be able to live without the support of the state. The life histories of these teenagers often remain silenced and are kept in their records and their memories. After all, what happens to these young people? How are these people reinserted in social interaction, taking into account the family context, social and economic process that preceded the shelter? And what about those who have spent their entire lives institutionalized, what would they do in their lives when they leave the shelters? In this direction, this research aimed to analyze the social history of students who lived in institutional shelters, and later where detached by age, with the emphasis on the cultural and socioeconomic conditions experienced by them. The theoretical-methodological approach taken in this work is composed by Pierre Bourdieu, Erving Goffman, and Donald Woods Winnicott, seeking the contribution of each author's understanding of the researched universe. Therefore, in the apprehension of the life histories of the subjects of this study was used as a methodological procedure the semi-structured interview, which allowed to give voice to their stories through oral narrations. The results indicate that young people have experienced gaps and weaknesses in personal paths, experiencing the most severe forms of social injustice. The process involves the detachment was experienced by them with much ambiguity, because on one hand, it meant the ability to exercise choice with more freedom and on the other hand, the detachment generated new anxieties facing the perspective of a life outside the institution.

**Keywords:** Institutional Shelter. Homelessness, Social Vulnerability.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Quantidade de atendimentos realizados (2006 a 2010) .....	76
Gráfico 02 - Dados referentes à Idade de Crianças e Adolescentes Atendidos (2006 a 2010) .....	78
Gráfico 03 - Dados referentes ao Período de Abrigamento (2006 a 2010) .....	78
Gráfico 04 - Dados referentes aos Motivos do Abrigamento (2006 a 2010).....	79
Gráfico 05 - Dados referentes aos Motivos do Desabrigamento .....	80

## LISTA DE SIGLAS

**CMDCA** - Cadastro Municipal de Direito da Criança e do Adolescente

**CNCA** - Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos

**CPAN** - Campus do Pantanal

**CRAS** - Centro de Referência de Assistência Social

**CREAS** - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

**CNJ** - Conselho Nacional de Justiça

**ECA** - Estatuto da Criança e do Adolescente

**Fórum DCA** - Fórum Permanente de Defesa da Criança e do Adolescente

**FUNABEM** - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

**FEBEM** - Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor

**LOAS** - Lei Orgânica da Assistência Social

**MBS** - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

**PNBEM** - Política Nacional de Bem-Estar do Menor

**PNAS** - Política Nacional de Assistência Social

**PROPP** - Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação

**SAM** - Serviço de Assistência ao Menor

**SAC** - Serviços de Ação Continuada

**SISNEP** - Sistema Nacional de Informações sobre Ética em Pesquisa envolvendo  
Seres Humanos

**SUAS** - Sistema Único de Assistência Social

**TCLE** - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

**UFMS** - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>2 ASPECTOS HISTÓRICOS DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL .....</b>	<b>24</b>
2.1 CRIANÇAS DESVALIDAS: DO PERÍODO COLONIAL AO INÍCIO DO PERÍODO REPUBLICANO.....	25
2.2 A REGULAMENTAÇÃO SOBRE MENORES .....	27
2.3 POLÍTICAS DE REPRESSÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA .....	31
2.4 A PROMULGAÇÃO DA CF/88, DO ECA E DOS MARCOS REGULATÓRIOS ATUAIS .....	36
2.5 A REGIÃO CENTRO-OESTE E OS ABRIGOS.....	43
2.6 A INSTITUCIONALIZAÇÃO NO MATO GROSSO DO SUL.....	46
<b>3 O PERCURSO DA PESQUISA.....</b>	<b>49</b>
3.1 AS LENTES QUE GUIARAM O OLHAR .....	50
<b>3.1.1 A abordagem sociológica de Pierre Bourdieu .....</b>	<b>51</b>
<b>3.1.2 Erving Goffman e o estudo das instituições totais .....</b>	<b>57</b>
<b>3.1.3 Os efeitos da ausência do convívio familiar: Winnicott e as contribuições da psicanálise.....</b>	<b>64</b>
3.2 CAMINHOS PERCORRIDOS .....	69
3.3 COMO AGULHAS NO PALHEIRO.....	73
3.4 ESTUDO PRELIMINAR: O QUE OS PRONTUÁRIOS REVELAM.....	76
<b>4 DESVELANDO AS HISTÓRIAS: DA FAMÍLIA AO ABRIGO - DO ABRIGO À FAMÍLIA.....</b>	<b>82</b>
4.1 DO CONVÍVIO FAMILIAR AO ABRIGO .....	82
<b>4.1.1 Tomás.....</b>	<b>83</b>
<b>4.1.2 Jonas e Janaína: vidas que se entrelaçam .....</b>	<b>88</b>
4.2 A VIDA NOS ABRIGOS.....	94
4.3 DO ABRIGO À FAMÍLIA.....	107
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>116</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>121</b>

## APRESENTAÇÃO

Falar sobre a história de vida do outro, do sujeito de pesquisa, parece ser, em um primeiro momento, uma tarefa fácil. Entrevistar e fazer a análise das entrevistas, através de um referencial teórico-metodológico, interpretando situações que não foram vivenciadas por nós, mas pelo outro, inicialmente, imaginei que não haveria problemas, porém com o decorrer da pesquisa foram muitos. Por isso, acredito ser de grande importância traçar, mesmo que brevemente, um pouco da minha trajetória para que fique claro que, por mais que busquemos o Estatuto de Cientificidade das Ciências Humanas, de certa forma discutimos e analisamos dados, com uma perspectiva das situações vivenciadas e disposições incorporadas que direcionam o nosso olhar. Desta forma, proponho explicitar aspectos da minha vida, em especial a acadêmica, que permitirão ao leitor identificar como a minha história “trouxe-me” até aqui.

Até meados de 2004, vivi com minha mãe e meus dois irmãos em uma grande cidade do estado de São Paulo. Filha de mãe comerciante e pai representante comercial pude, durante a minha vida ao lado deles, usufruir de escolas particulares e importantes bens culturais que a cidade e o poder econômico da minha família puderam me proporcionar. No ano de 2004 ainda, mudei-me para uma cidade do interior do Mato Grosso do Sul, com apenas 18 anos. Dois anos depois ingressei no curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Constantemente, lembro-me de dizer que a Pedagogia não foi uma escolha pessoal, mas uma opção pelo campo de trabalho que a cidade em questão ofereceria, após o término do curso. Mas, até o final daqueles longos e cansativos anos da graduação, muitas transformações ocorreram para que hoje, com convicção, pudesse dizer que a Pedagogia me escolheu.

A partir do segundo ano da graduação e, mais familiarizada com as matérias, professores e disciplinas, tomei a decisão de fazer iniciação científica. Decisão esta que mudaria os rumos da minha vida acadêmica e que se reflete nos meus passos até os dias atuais. Segura do que queria estudar naquela época, “Políticas Públicas”, iniciei o processo seletivo para ser orientanda de uma professora nesta área, mas infelizmente fiquei em 3º lugar, o que me deixou fora desse processo. Entristecida com o resultado e já quase desistindo de realizar qualquer outro processo de

seleção, surgiu uma oportunidade de iniciar meus estudos como bolsista voluntária em um projeto de políticas públicas, na área de educação inclusiva. Assim, desenvolvi este projeto até o ano de 2008 e avancei meus estudos nesta temática até o ano de 2009, com a finalização do trabalho de conclusão de curso.

É inegável que, meus trabalhos trouxeram contribuições para o campo científico da área da educação especial e que os mesmos apresentaram desdobramentos, tanto para pesquisas na graduação como na pós-graduação. No entanto, sentia-me insatisfeita com a temática que eu havia me dedicado por três anos de estudos. Foi por isso, que no último ano da graduação e já decidida a concorrer ao processo seletivo do mestrado, concentrei-me em uma temática que me inquietasse e que, realmente, eu estava disposta a concentrar meus estudos pelos próximos dois anos.

Para concorrer ao processo seletivo do mestrado e, em busca desta temática, é que direcionei meu olhar para as situações vivenciadas em uma instituição de abrigo de adolescentes na cidade, na qual participei das atividades práticas referentes a uma disciplina, no último ano de graduação.

Desta forma, pesquisar e garantir a divulgação da voz de pessoas que vivenciaram, ao longo de suas vidas, situações de abrigo e desligamento institucional por maioria civil, fora o grande desafio desse trabalho.

## 1 INTRODUÇÃO

O interesse em pesquisar a trajetória social<sup>1</sup> de jovens<sup>2</sup> que vivenciaram o processo de abrigamento e que foram desligados, por maioria civil, teve sua origem por meio da minha vivência na disciplina de Prática Pedagógica IV, oferecida aos alunos no 4º ano de Pedagogia do *Campus* do Pantanal (CPAN), da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), ministrada pelas professoras Dra. Monica de Carvalho Magalhães Kassar e professora Dr<sup>a</sup>. Anamaria Santana da Silva. Ambas fazem parte do Centro de Referência dos Estudos da Criança e do Adolescente (CREIA), que reúne, sistematiza e divulga informações e pesquisas elaboradas sobre a temática da infância e adolescência, bem como produz estudos e pesquisas sobre a situação de vida das crianças e adolescentes no estado de Mato Grosso do Sul. Esta disciplina fundamentou-se em discussões teóricas e visitas a instituições não-escolares, que tinham o pedagogo como profissional atuante na área da educação.

Muitas questões permearam as visitas realizadas em um abrigo<sup>3</sup> de crianças (6 a 11 anos e 11 meses) da cidade de Corumbá, durante o desenvolvimento da disciplina. Constantemente, sentia um forte desejo de perguntar às crianças quais eram os motivos pelos quais elas estavam ali, bem como qual sua percepção e entendimento do fato de estarem em um lugar estranho, privadas do convívio familiar e de uma casa só para elas. Ciente de todas as regras do local, durante o período que perdurou a disciplina de Prática Pedagógica IV, me contive apenas a conversas geradas pelas próprias crianças, nas quais algumas, voluntariamente,

---

<sup>1</sup> Assim para este estudo, será considerado o termo trajetória social, conforme apontando por Boudieu (1996, p. 292) considerando que “[...] toda trajetória social deve ser compreendida como uma maneira singular de percorrer o espaço social, onde se exprimem as disposições do *habitus* e reconstitui a série das posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente ou por um mesmo grupo de agentes em espaços sucessivos.

<sup>2</sup> Nesse estudo, entende-se por adolescentes os sujeitos desta pesquisa com idade de 12 aos 18 anos, período esse em que encontraram-se abrigados. E por jovens, denominação dada a eles nesse estudo, compreendendo a idade a partir dos 18 anos, período este em que os sujeitos passaram a viver fora da instituição.

<sup>3</sup> O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (2006), adotou o termo **Acolhimento Institucional** para designar os programas de abrigo em entidade, definidos no Art. 90, Inciso IV, do ECA, como aqueles que atendem crianças e adolescentes que se encontram sob medida protetiva de abrigo, aplicadas nas situações dispostas no Art. 98. Mas somente com a aprovação da Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009 que a denominação abrigo foi substituída por “casa de acolhimento”. Neste estudo, manteremos o termo **Abrigo**, por entender que mesmo com a alteração da nomenclatura, a referência que os sujeitos desta pesquisa fazem a instituição que vivenciaram, corresponde ao abrigo e não a casa de acolhimento institucional.

faziam relatos orais das causas de sua permanência no abrigo.

Diante das diversas situações vivenciadas nesse período, comecei a pensar acerca do que acontecia com essas crianças e, especialmente, com os adolescentes, no dia em que completassem 18 anos de idade. Indaguei-me sobre a necessidade de refletir e compreender o percurso que fez com que eles chegassem até o abrigo, bem como o processo vivido pelos jovens, no período de abrigamento e, principalmente, quando são desabrigados. Afinal, o que acontece com esses jovens? Como e onde eles são inseridos, levando-se em conta o contexto familiar, social e econômico que antecedeu o processo de abrigamento? E aqueles que passaram suas vidas inteiras institucionalizadas, o que fazem e o que sentem quando saem dos abrigos?

De acordo com os documentos legais e procedimentos de desabrigamento, por maioria, parecem enfatizar que, esses jovens, ao completarem 18 anos, são independentes e aptos a viver por conta própria, mesmo quando estes não possuem capacitação profissional e condições socioeconômicas necessárias para uma vida independente da instituição, vivenciando, também, a falta de apoio financeiro e a ruptura repentina do convívio com os funcionários e colegas do abrigo.

Mas, como iniciar uma vida independente aos 18 anos, com histórico, muitas vezes de abandono familiar, baixa escolaridade e sem estrutura financeira? Assim, comecei a empreender estudos que retratassem essa realidade. Com esse quadro foi possível identificar que, na área da educação, poucos são os estudos que abordam essa situação.

Nesta direção, após o ingresso no curso de Mestrado em Educação, área de concentração em Educação Social, iniciei a revisão bibliográfica específica na temática do desabrigamento/desligamento por maioria civil, utilizando-me da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, Banco de Teses e Portal de Periódicos da Capes. Esse processo de busca foi importante, pois situou e contextualizou a criação intelectual de outros estudos na temática por mim escolhida.

Com a revisão bibliográfica foi possível identificar seis trabalhos, cujos descritores, temática ou problema de pesquisa focalizavam o desabrigamento ou o desligamento por maioria civil como eixo norteador, foco desta investigação. Assim, foram localizados trabalhos produzidos em programas de pós-graduação do Brasil em nível de Mestrado, não identificando-se produção em nível de Doutorado



referente à temática. As produções são apresentadas a seguir, de forma cronológica, evidenciando as contribuições à área de conhecimento, bem como os avanços a que me proponho neste estudo.

Em 1997, junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP) foi defendida a primeira pesquisa intitulada *Reconstituição da trajetória de institucionalização de uma geração de ex-menores*, de autoria de Roberto da Silva (1997a). Cabe destacar que o autor foi abrigado dos dois aos dezessete anos de idade, em São Paulo.

Esse estudo visou reconstituir a trajetória de abrigamento da primeira geração de crianças órfãs e abandonadas que viveu sob a tutela do governo do estado de São Paulo entre o período de 1957 a 1964.

A pesquisa evidenciou a existência de um processo de criminalização de crianças órfãs e abandonadas, ressaltando que essas crianças foram vitimadas por um processo de militarização dos abrigos durante o Regime Militar. Cerca de 39% dos abrigados, depois da maioridade civil, tiveram passagens pela prisão, sendo que, alguns ainda continuam presos até os dias de hoje.

Quatro anos após a primeira produção na área, localiza-se a segunda pesquisa *A Experiência de Adolescentes Abandonados e Institucionalizados frente ao Desligamento Institucional*, de Severino Ramos Lima de Souza (2001), defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Católica de Pernambuco, em 2001. Esse estudo focalizou a experiência de adolescentes abandonados e institucionalizados frente ao desligamento institucional em função da maioridade. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de base fenomenológica em que o autor utilizou depoimentos de jovens que estavam vivenciando, na época da pesquisa, o processo de desligamento.

Constatou-se que as circunstâncias em que os desligamentos são efetivados, não são favoráveis aos adolescentes, por não propiciarem condições para refletirem e constituírem seus projetos de vida, nem tempo suficiente para trabalharem suas questões relativas à sobrevivência no período pós-abrigamento ou as necessidades de cada um.

Novamente, após quatro anos, encontramos a terceira pesquisa, intitulada *“Adolescência com prazo de validade: um estudo do impacto da prática educativa em instituições de abrigo de Salvador”*, defendida por Neusa Maria Góes Marques Nascimento (2005) junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da

Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia. O estudo buscou responder indagações sobre o impacto da medida de institucionalização de crianças e adolescentes na estruturação identifi catória e nas trajetórias de vida destes indivíduos, quando do anúncio de sua desinstitucionalização, em decorrência da maior idade civil.

Nessa pesquisa, considerou-se que a prática educativa experimentada em tais instituições, não habilita os adolescentes a ocuparem outros espaços sociais, senão retornar àqueles dos quais vieram, caracterizados por condições de vida precárias, com vínculos familiares ausentes constatando, ainda, que as práticas educativas da instituição não promoveram a inclusão social.

No ano seguinte, em 2006, junto ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da USP, Ana Laura Moraes Martinez (2006), concluiu a pesquisa *Adolescentes no momento de saída do abrigo: um olhar para os sentidos construídos*, na qual investigou a adolescência vivenciada no momento da saída do abrigo, dando visibilidade aos sentidos produzidos pelos adolescentes neste processo.

Constatou-se nessa investigação que, a instituição abrigo, exatamente, por seu caráter de provisoriedade atribuído pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) acabou por não preparar aqueles que ali permanecem, sendo que noções de cidadania, autonomia e independência não foram pensadas no cotidiano da instituição. No entanto, os adolescentes que ali permaneceram encontram formas de diferenciação e singularização, expressos em suas formas de vestir, das músicas que escutam e de certos comportamentos que a visão institucional apontou como comportamentos de rebeldia.

Após dois anos é que encontramos o quinto trabalho, evidenciando que é uma temática que vai lenta e, gradativamente, se expandindo. Em 2008, junto ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, Juliana Oliveira de Souza (2008) defende a pesquisa *Abrigo: trajetórias de vida bem sucedidas*, cuja finalidade consistiu em analisar os processos psicossociais envolvidos, nas trajetórias de vida de sujeitos, que conviveram em abrigo, separados da família durante a infância e a adolescência, e que obtiveram êxito na vida social (estudo, trabalho, família).

Os resultados dessa pesquisa apontaram para um conjunto de fatores de ordem afetiva e social, sendo eles: os vínculos, os modelos identifi catórios e o

envolvimento da instituição como fator importante no desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes, em situação de abrigo. Assim, a pesquisa concluiu que, cada sujeito interage com o outro e com o seu meio, de modo singular e de forma a construir o seu percurso.

Em 2010, a última pesquisa encontrada refere-se à dissertação defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), por Martha Emanuela Soares da Silva (2010) com o título: *Acolhimento Institucional: a maioridade e o desligamento*.

Esse estudo teve como objetivo identificar o papel da rede de acolhimento institucional, no que diz respeito à preparação e à orientação do jovem para a vida pós-desligamento, obrigatório devido ter atingido maioridade civil. A análise dos dados apontou o despreparo e a pouca habilidade do jovem no trato com a vida social de um mundo adulto, bem como uma incompatibilidade entre os seus planos e desejos relacionados à sua vida pós-abrigo e as opções oferecidas pela instituição.

Com esse levantamento de pesquisas relacionadas à temática em questão, constatou-se que, sob a ótica cronológica, no Brasil, o início da produção ocorreu em 1997, lenta e, gradativamente, foi se ampliando, tendo a concentração da produção em Programas de Pós-Graduação na área da Psicologia, na região nordeste, tendo apenas dois trabalhos situados na área da Educação, na região sudeste.

Diante da escassez de produção, a presente pesquisa é relevante e está em consonância com os pressupostos do Programa de Pós Graduação em Educação, em nível de Mestrado, área de concentração em Educação Social, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus do Pantanal (CPAN), que tem como propostas pensar a educação e os processos educativos de uma forma mais ampla, para além dos muros da escola, e:

- Construir interfaces entre a educação formal e não formal, através da produção de conhecimento sobre os processos educativos considerando o movimento da sociedade e suas contradições;
- Desenvolver pesquisas com foco direcionado à garantia dos direitos (educação, saúde, assistência, trabalho) da população de crianças, adolescentes e/de suas famílias;
- Realizar pesquisas sobre a implantação, implementação e avaliação de políticas públicas voltadas à infância e à adolescência;

- Oferecer subsídios para elaboração de políticas públicas (saberes e práticas inovadoras), principalmente, àquelas voltadas às crianças e aos adolescentes;
- Produzir conhecimento a respeito da formação de educadores em situação de educação formal e não formal.

Esse estudo se insere em um campo recente de discussões que entende que:

[...] a educação social é uma necessidade que decorre da exclusão social de crianças e jovens das condições mínimas de sobrevivência e, inversamente, que a educação social é potencializadora de alternativas a tais crianças e jovens excluídos socialmente (RIBEIRO, 2006, p.169).

Diante do cenário de exclusão social e compreendendo as contradições da sociedade, essa investigação insere-se na linha de pesquisa Políticas, práticas institucionais e exclusão/inclusão social, sendo parte integrante vinculada ao projeto de pesquisa coletivo, *Inclusão Social e garantia de direitos: a criança e adolescentes como sujeitos da história*, cuja finalidade consiste em acompanhar e avaliar o processo de implantação de projetos e o funcionamento de serviços públicos para o atendimento de crianças e adolescentes e seus impactos, levando-se em consideração a participação dos sujeitos envolvidos no processo, contemplando as temáticas: violência e educação; marginalidade social, exclusão/inclusão social, crianças, adolescentes em situações de vulnerabilidade e suas famílias, políticas públicas e ações sociais, educação e o mundo do trabalho e garantia de direitos das pessoas com necessidades especiais.

Portanto, visualiza-se tanto no Programa de Pós Graduação em Educação, em nível de Mestrado do CPAN/UFMS, quanto em pesquisas vinculadas a ele, uma nova estratégia com enfoque em grupos específicos, visualizando a importância da realização de pesquisas que fomentem a participação e a transformação social.

Assim, essa pesquisa possui como objetivo analisar a trajetória social de jovens que viveram em abrigos institucionais, sendo posteriormente desligados por maioria, tendo como ênfase as condições socioeconômicas e culturais, vivenciadas por eles.

Ao analisar percursos de adolescentes, que vivenciaram o processo de institucionalização, e que foram desligados por maioria civil, foi necessário compor um quadro teórico que contribuísse, tanto na compreensão da realidade

social para além de determinantes econômicos, quanto na análise da vida familiar e suas consequências.

Dessa maneira, a presente pesquisa está pautada em sociólogos que contribuíram com a Sociologia e as Ciências Sociais contemporâneas, de forma inovadora, tais como Pierre Bourdieu e Erving Goffman. Também conta com o psicanalista Donald Woods Winnicott, pela contribuição em seus estudos acerca da análise da desintegração da vida familiar e das suas consequências, como os efeitos da ausência e da perda.

De Pierre Bourdieu foram utilizados os conceitos de *habitus*, os diferentes tipos de capital (econômico, cultural, social e simbólico), trajetória e espaço social, com a finalidade de focalizar um olhar para as propriedades que os agentes adquirem, no decorrer de sua vida e suas relações sociais e culturais, analisando as formas de apropriação destas relações, durante a trajetória de suas vidas.

Os estudos de Erving Goffman, mais especificamente, em Manicômios, Prisões e Conventos foram importantes nessa pesquisa, por contribuir na compreensão histórica da dinâmica e o funcionamento da instituição abrigo, entendendo que ela se caracterizou, por muitos anos, como uma instituição total e que, ainda nos dias atuais, mesmo com os avanços na legislação e na organização dos mesmos, é possível evidenciar em seu cotidiano ranços das instituições totais.

De Donald Woods Winnicott foram considerados seus estudos nos campos de evacuação durante a II Guerra Mundial, nos quais desenvolveu trabalhos junto a crianças e adolescentes ingleses, que tiveram rupturas definitivas ou temporárias do convívio familiar, em detrimento das situações de guerras. Tais estudos estão concentrados na obra *Privação e Delinquência*, na qual salientou certas regularidades no comportamento de crianças e adolescentes como resultado da perda e/ou da ausência dos pais e do convívio familiar (WINNICOTT, 2005).

Assim, para a presente pesquisa, a questão do desligamento institucional não pode ser entendida apenas como ato jurídico- administrativo e burocrático. No plano da existência das pessoas deve-se considerar aspectos sociais, econômicos, culturais e psicológicos, o que justifica a necessidade de um aporte teórico pautado em Bourdieu (1996, 2002a, b e c, 2003, 2007) e seus interlocutores, Goffman (2003) e Winnicott (2005).

Essa dissertação está organizada, além da introdução e considerações finais, em três capítulos. A parte introdutória abordou a origem e relevância da pesquisa,

por meio da revisão da produção na área, a opção do quadro teórico utilizado nesse estudo e a organização da pesquisa em capítulos, descritos a seguir.

O Capítulo 2, 'Aspectos históricos da institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil' conta com uma abordagem histórica de como o atendimento a crianças e adolescentes se organizou no Brasil. A partir de pesquisas, documental e bibliográfica, foram revistos os procedimentos da 'Rodas dos Expostos', seguindo para a criação do primeiro documento legal que visava atender a população menor de 18 anos, o 'Código de Menores de 1927 (BRASIL, 1927)', passando pelo 'Código de Menores de 1979' (BRASIL, 1979), pela promulgação da 'Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988)' e o 'Estatuto da Criança e do Adolescente' (BRASIL, 1990). Também são discutidos os marcos regulatórios atuais como a 'Lei Orgânica da Assistência Social' (LOAS) (BRASIL, 1993); a 'Política Nacional de Assistência Social' (PNAS) (BRASIL, 2004), materializada em todo o país por meio do 'Sistema Único de Assistência Social' (SUAS) (NOB/SUAS, 2005), chegando à 'Lei da Adoção nº 12.010' (BRASIL, 2009a).

Este capítulo finaliza com um recorte dos dados relacionados ao Centro-Oeste, referentes ao 'Levantamento Nacional dos Abrigos para Crianças e Adolescentes', da 'Rede de Serviços de Ação Continuada', (Rede SAC) com a finalidade de caracterizar a região a qual esse estudo está inserido.

No Capítulo 3, 'O percurso da pesquisa' é iniciado com a discussão da abordagem de análise baseada no referencial teórico metodológico proposto para esta pesquisa, bem como o procedimento metodológico adotado. Em seguida apresento as dificuldades encontradas para a obtenção dos dados necessários ao andamento da pesquisa, como também o percurso realizado para fins de localização dos possíveis participantes desse estudo. Para finalizar, consta um breve estudo dos prontuários referentes aos atendimentos realizados no abrigo, no período de 2006 a 2010, do qual foi possível o acesso por meio de autorização para coleta de dados para localização dos sujeitos da pesquisa.

'Da família ao abrigo - Do abrigo à família' refere-se ao Capítulo 4 no qual são discutidos os resultados dessa pesquisa, tendo como referência as entrevistas realizadas com os sujeitos, com a finalidade em buscar as possibilidades de compreensão das suas trajetórias.

Por fim, nas 'Considerações Finais' constam indicativos que as análises desse estudo sinalizaram, evidenciando que nas suas trajetórias foram verificadas

lacunas e fragilidades em seus percursos pessoais, considerando os três períodos apresentados, sendo revelados sob as mais duras formas de exclusão social. O processo que envolve o desligamento foi vivenciado pelos jovens com muita ambiguidade, pois por um lado, significou o exercício da capacidade de escolha, convívio com a família e com a sociedade, além da liberdade e, por outro lado, o desligamento, gerou novas angústias frente ao novo e o desconhecido, em relação às perspectivas de uma vida fora da Instituição.

## 2 ASPECTOS HISTÓRICOS DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL

“Garantir o direito à sobrevivência é fundamental, mas é só o primeiro passo. Ninguém quer apenas sobreviver”.

(Pedro Demo)

A problemática da infância e da adolescência institucionalizada tem sido contemplada por estudos e pesquisas que procuraram descrever e analisar a história, tanto das políticas sociais, como de crianças e adolescentes abandonados, que vivenciaram a institucionalização, demonstrando uma tendência de criminalização da pobreza, da exclusão, da desigualdade e da violência (SILVA, R., 1997 a e b; MARCÍLIO, 1998; VENÂNCIO, 1999; RIZZINI & PILOTTI, 2009).

Neste aspecto, Silva, R., (1997b) nos oferece um quadro resumido caracterizando a história da infância no Brasil em cinco momentos distintos:

**1. Filantrópico (1500 - 1874):** Implantação do modelo português, centralizado nas santas casas de misericórdia, onde posteriormente, foram instaladas as rodas dos expostos. Não havia a prática da internação de crianças por tempo prolongado, sendo elas encaminhadas para famílias beneméritas, que as criavam e mantinham como agregadas. Se viessem a casar e ter filhos, sua família também permanecia agregada a família que as acolhera. **2. Filantrópico - Higienista (1874 - 1922):** A intensa imigração estrangeira para o Brasil, suscitou a criação de diversas sociedades científicas, que trabalharam, sobretudo, no controle das doenças epidêmicas e na ordenação dos espaços públicos coletivos, inclusive escolas, internatos e prisões. Nesse período deu-se a supremacia do médico sobre o jurista no tratamento de assuntos referentes ao amparo à criança. [...] As amas-de-leite eram contratadas e pagas para isso, eram as primeiras agentes a dar encaminhamento aos expostos, criando-os, oferecendo-os a outras famílias ou simplesmente enterrando-os, quando faleciam. **3. Assistencial (1924 - 1964):** Fase em que se deu a aprovação do primeiro Código de Menores, a desativação da Casa dos Expostos e a criação e regulamentação, por parte do Poder Judiciário, do Juizado de Menores e de todas as instituições auxiliares, configurando o Estado como o responsável legal pela tutela da criança órfã e abandonada. [...]. A tônica do atendimento à criança, já internada, passa a ser o oferecimento de uma oportunidade para trabalhar. **4. Institucional Pós-64 (1964 - 1990):** Criação da Funabem, em nível federal, dentro da Doutrina de Segurança Nacional e a promulgação do Código de Menores de 1979. Introdução ao militarismo, do militar e da disciplina militar dentro dos internatos e o encaminhamento dos ex-menores, preferencialmente, para o serviço militar e para trabalharem nos órgãos públicos. **5. Desinstitucionalização (1990 - ?):** No período do “desmonte do período autoritário”, a Constituição Federal



estabeleceu diversos dispositivos legais para inibir as arbitrariedades do Estado sobre o cidadão. Para a proteção dos direitos da Criança, a Constituição impôs a regulamentação do seu artigo 227, do qual originou o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), abrigando sob sua tutela não mais a criança em situação social de risco, mas toda pessoa em fase de desenvolvimento, até os 18 anos (SILVA, 1997b, p.34-36).

Assim, para a compreensão da necessidade desse estudo, será apresentada a trajetória da constituição do atendimento de crianças e adolescentes abandonados e institucionalizados no país, procurando enfatizar no seu percurso, as leis que permearam e que “determinaram”, ao longo da história, principalmente até a década de 1980, a institucionalização desmedida, por parte do Estado, de crianças e adolescentes.

## 2.1 CRIANÇAS DESVALIDAS: DO PERÍODO COLONIAL AO INÍCIO DO PERÍODO REPUBLICANO

Considerando o período Colonial, o Império e os anos iniciais da República, em relação ao abandono, a Igreja era a entidade que desenvolvia ações para as crianças, através da criação da Roda dos Expostos, Orfanatos, Patronatos e Seminários.

As crianças chegavam às instituições religiosas, de cunho caritativo, principalmente, através da Roda dos Expostos, que tinha como principal característica, deixar a pessoa que estava entregando a criança, em uma situação que não pudesse ser identificada, já que sua forma cilíndrica permitia que a criança fosse colocada na parte externa, sem que fosse preciso que ela se identificasse. Desta forma, Marcílio (1997, p.72) afirma que:

A roda foi instituída para garantir o anonimato do expositor, evitando-se, na ausência daquela instituição e na crença de todas as épocas, o mal maior, que seria o aborto e o infanticídio. Além disso, a roda poderia servir para defender a honra das famílias cujas filhas teriam engravidado fora do casamento. Alguns autores estão convencidos de que a roda serviu também de subterfúgio para se regular o tamanho das famílias, dado que na época não havia métodos eficazes de controle de natalidade.

No que se refere à origem e, ao fim da Roda dos Expostos, podemos afirmar que, a primeira Roda, é datada de 1726 e fora inaugurada na cidade de Salvador, persistindo nesta capital até 1950. Em todo o Brasil existiram quinze unidades, com o objetivo de acolher crianças que precisavam ser ocultadas, para que a desonra de suas origens não fossem revelada (NASCIMENTO, 2005).

Assim, a Igreja prestava assistência às crianças órfãs e expostas, as quais se responsabilizavam pela administração das mais diversas instituições, bem como para com a honra das famílias. Com relação a manutenção, essas instituições contavam com subsídios financeiros provenientes dos cofres públicos, além de donativos da sociedade.

Um problema que se instaurou em relação à Roda dos Expostos, fora em relação ao índice de mortalidade, que era extremamente elevado, em todas as Casas de Expostos do país, chegando a atingir a faixa de 70% na Casa dos Expostos do Rio de Janeiro (TEIXEIRA, 1888 apud RIZZINI & PILOTTI, 2009, p.106).

Historicamente, esses estabelecimentos sempre registraram altos índices de mortalidade devido às condições precárias de funcionamento e, sobretudo, em função do sistema de amas-de-leite mercenárias que, em geral, eram muito pobres e não possuíam qualquer princípio de higiene e educação, nem orientação sobre alimentação e cuidados com o bebê. Não havia nenhum critério para selecioná-las. Era suficiente apresentarem-se nesses abrigos para receberem um recém-nascido para amamentar, em troca de um salário irrisório (SOUZA, 2001, p.53).

Este cenário, de mortalidade infantil, despertou em médicos e juristas, a preocupação com a infância, impulsionados por epidemias que afetaram as grandes cidades no início do século XX. As crianças abandonadas nas Rodas dos Expostos passaram a receber atenção de médicos-higienistas visando manter condições de salubridade no ambiente da instituição, sugerindo assim tais medidas:

[...] implantação de maternidades, regulamentação dos serviços das amas-de-leite, fiscalização e multas por fornecer tóxicos às crianças, retirada do pátrio poder em caso de desleixo, difusão do conhecimento sobre a infância (diante do “tratamento impróprio dado pelas mães”), combate aos “monstros da tuberculose, sífilis, e da varíola” [...] ensino da higiene, criação de institutos de proteção e subvenções à Santa Casa (FRANCO VAZ, 1905 apud FALEIROS, 2009, p.40).

Visualizou-se, neste momento, a assistência através da intervenção do Estado em um domínio, até então considerado, essencialmente caritativo, marcado por “estratégias de controle da raça e da ordem, combinadas, não raro, com a interação do setor estatal e do setor privado” (FALEIROS, 2006, p.42).

As preocupações em torno da proteção à infância fizeram surgir campos específicos, como a puericultura e a pediatria (SOUZA, 2001). A partir daí, na segunda metade do século XIX e início do século XX, é que uma nova mentalidade veio a se instalar de fato, passando a criança a ser considerada pelas suas necessidades e peculiaridades, no que se refere à sua idade.

## 2.2 A REGULAMENTAÇÃO SOBRE MENORES

Nos anos finais do século XIX, a crescente urbanização do país deslocou a população rural-agrária para os centros urbanos, fazendo com que, a pressão sobre o Estado, passasse a ser mais intensa, notadamente quanto à necessidade de serem prevenidas e controladas as doenças infectocontagiosas, que começavam a surgir e, mesmo que identificadas, originalmente, nas classes mais pobres, tinham o potencial de atingir indivíduos de qualquer classe social, o que representava um perigo para todos (FACHINETTO, 2004).

Nesta conjuntura, marcada pelas transformações das cidades, onde se via com temor o crescimento e a concentração das populações urbanas, ganhavam particular relevo os conhecimentos médicos sobre higiene, notadamente sobre controle e prevenção de doenças infectocontagiosas (RIZZINI e RIZZINI, 2004, p.104).

O Brasil, nos anos finais da década de 1920, enfrentava momentos de muitas mudanças econômicas e sociais e sérios problemas políticos. Essas mudanças acarretaram o crescimento da população e o desenvolvimento econômico dos grandes centros urbanos, ocasionando sérios problemas sociais.

No que diz respeito às relações sociais construídas no Brasil, a história registrou que no final da década de 1920 e início da década de 1930, os grandes centros urbanos foram marcados pelo crescimento descontrolado da população, dentre as consequências causadas por esse processo, verificou-se o aumento do desemprego, da prostituição, da mendicância, além de crianças que passaram a

morar e trabalhar nas ruas das grandes cidades.

Em relação aos excluídos da sociedade, nesse período, encontravam-se crianças e jovens que enfrentavam o mundo do abandono e de outras formas de marginalidade. Desse modo, respeitando os interesses econômicos e políticos da burguesia da época, o Estado passou a criar formas de controle e repressão sobre essa população, inclusive, para os meninos e meninas que estavam à margem de nossa sociedade.

Diante deste cenário, o Estado, em nome da ordem e da segurança, autorizou a criação do Juizado de Menores, em 1923. Em 1924, foram criados o Conselho de Assistência e Proteção aos Menores e o Abrigo de Menores (BERGER; GRACINO, 2005). No ano de 1927, respondendo à sociedade que cobrava ações do Estado quanto a situação “perigosa” de crianças pobres nas ruas, entendida como consequência do abandono e da falta de proteção da família, fora promulgado o Código de Menores, conhecido como Código Mello Mattos, considerado o primeiro documento legal para atender a população menor de 18 anos.

A aprovação do Código de Menores e a desativação da Roda dos Expostos “tornaram-se marcos que configuraram o Estado como responsável legal pela tutela de crianças abandonadas até os 18 anos de idade” (NASCIMENTO, 2005, p.29). Nesse sentido, a legislação relacionada à infância, instituiu a política do menor, que passou a influenciar, por longas décadas, a trajetória de crianças e adolescentes pobres deste país, quando se articulou, perversamente, a assistência através da repressão.

De acordo com Rizzini e Rizzini (2004, p.39), foi

[...] a partir da constituição de um aparato oficial de proteção e assistência à infância no Brasil, na década de 1920, que as famílias das classes populares se tornaram alvo de estudos e formulação de teorias a respeito da incapacidade de seus membros em educar e disciplinar os filhos.

Ainda sobre o Código de Menores, Silva, R., (2002a, s/p) aponta que,

[...] este código destinava-se a legislar sobre as crianças de 0 a 18 anos, em estado de abandono, quando não possuíssem moradia certa, tivessem os pais falecidos, fossem ignorados ou desaparecidos, tivessem sido declarados incapazes, estivessem presos há mais de dois anos, fossem qualificados como vagabundos, mendigos, de maus costumes, exercessem trabalhos proibidos,

fossem prostitutas ou economicamente incapazes de suprir as necessidades de sua prole.

Silva R., (2002a, s/p) afirma ainda que:

O Código de Menores de 1927, que consolidou toda a legislação sobre crianças até então emanada por Portugal, pelo Império e pela República, consagrou um sistema dual no atendimento à criança, atuando especificamente sobre os chamados efeitos da ausência, que atribui ao Estado a tutela sobre o órfão, o abandonado e os pais presumidos como ausentes, tornando disponível os seus direitos de pátrio poder.

Esse Código criava uma dualidade entre “criança” e “menor”. O termo menor não estava relacionado somente à idade, mas a quem era destinado, nesse caso, às camadas mais pobres da sociedade. Nesse documento, eles eram denominados, crianças expostas, menores abandonados e menores delinquentes.

Por **exposto** era entendida a criança até sete anos de idade, encontradas em estado de abandono, onde quer que seja (art. 14). O artigo 26 definia, por **abandonado**, menores de dezoito anos que não tinham habitação certa nem meios de sobrevivência, por serem seus pais falecidos, desaparecidos ou desconhecidos ou por não terem tutor ou pessoa sob, cuja guarda viviam, e/ou então, àqueles que possuíam e/ou pais impossibilitados e/ou incapazes de cumprir com seus deveres, e/ou que viviam entregue à prática de atos contrários à moral e aos bons costumes, e/ou vítimas de maus tratos físicos, negligência e/ou exploração, entre outros. E, por **delinqüente**, (art. 69), o menor, autor ou cúmplice de ato qualificado por crime ou contravenção (BRASIL, 1927).

Esta lei possibilitou que o Estado exercesse a tutela dos menores, que até então era das famílias, pois deveria intervir naquelas onde o “poder familiar” estava ausente, ou que não estava sendo realizado segundo o Código Civil Brasileiro, bem como pelo Código de Menores. No entanto, os princípios desses documentos estavam pautados no modelo de família burguesa. Dessa forma, as famílias que não seguissem tais preceitos poderiam perder o pátrio poder de seus filhos e os mesmos passavam a ser classificados como menores abandonados ou delinquentes e acabavam sendo encaminhados para as instituições de guarda.

Segundo Venâncio (1999, p.13),

[...] as normas, as leis e as práticas assistenciais, que além de estigmatizarem os pobres com acusações de irresponsabilidade e de desamor em relação à prole, deram origem a uma perversidade institucional que sobrevive até nossos dias: paradoxalmente, desde os séculos XVIII e XIX, a única forma de as famílias pobres conseguirem apoio público para a criação de seus filhos era abandonando-os.

Dentro desse contexto, a questão econômica tornou-se o principal motivo para que fosse tirada da família a autonomia e autoridade sob seus filhos. Assim, elas passaram a ser caracterizadas como incompetentes para cuidar dos filhos, sendo justificada a intervenção do Estado.

O mito criado em torno da família das classes empobrecidas serviu de justificativa para a violenta intervenção do Estado neste século. Com o consentimento das elites políticas da época, juristas delegaram a si próprios o direito de suspender, retirar e restituir o Pátrio Poder, sempre que julgassem uma família inadequada para uma criança (RIZZINI e PILOTTI, 2009, p.25).

As famílias carentes, nessa legislação, eram representadas de forma negativa, consideradas inabilitadas para manter seus filhos junto a si para educá-los e discipliná-los, criando o mito sobre a família pobre, como aquela que não tinha capacidade, tampouco competência para cuidar de seus filhos. Esse mito foi reforçado com o início da constituição da assistência social no país, por parte do Estado, pois aqueles que necessitassem de auxílio ou atendimento em ações sociais, sofriam preconceitos e eram desqualificados, seja na esfera pessoal, seja na esfera familiar.

Pilotti e Rizzini (1995, p.59), ao analisarem a política assistencial daquela época, ressaltaram que o Estado tomava para si “[...] a proteção à criança, considerando que, sendo a criança raiz da família, o futuro (bom ou mau) da sociedade, dependia tanto do vigor e saúde com que nascia, como da maneira como era criada e educada [...]”, de modo que cabia aos juristas decidirem sobre o menor, tratando-os, como questão de ordem, em defesa da honra e dos bons costumes. Salientavam ainda que, naquela época, “[...] a articulação entre o Estado e o setor privado, é de pouca transparência [...], caracterizada por forte tom paternalista-moralista para com os setores populares” (RIZZINI e PILLOTTI, 1995, p.37).

A ação do Estado, no que se refere a institucionalização da década de 1930, estava, principalmente, vinculada ao ideário de defesa nacional preconizada pelo

governo de Getúlio Vargas. Neste período, ele governou com poderes ditatoriais, tornando sua forma de governo centralizadora e controladora, sendo que crianças e adolescentes, que não vivessem dentro dos parâmetros da moral e dos bons costumes, eram vistos como uma ameaça e necessitariam de intervenção institucional.

Refletindo sobre a forma de governo do país e o histórico da constituição do atendimento de crianças e adolescentes, bem como a percepção da sociedade à época, Marcílio (1998, p.95) aponta que:

[...] a concepção de infância, nesse momento se divide, isto é, se por um lado, o termo criança era utilizado para os filhos das famílias abastadas, por outro a nomenclatura pejorativa menor tornou-se o discriminativo da infância desfavorecida, delinquente, carente, abandonada, um estigma capaz de definir marcar o sujeito, mesmo durante a vida adulta.

A autora destaca ainda que, a nomenclatura referente à infância pobre no Brasil, foi sempre constituída numa perspectiva discriminatória e estigmatizante: “[...] exposta, enjeitada, menor, delinquente, pixote, trombadinha, menino de rua [...]” (1998, p.253), são alguns exemplos da denominação que essa categoria recebeu ao longo da história.

### 2.3 POLÍTICAS DE REPRESSÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA

Assim como na década de 1930, a década de 1940 foi marcada por ações institucionalizadoras em relação aos ‘menores’. No país, em 1942, instalou-se o ‘Serviço de Assistência ao Menor’ (SAM) que se caracterizou pela intervenção mais ativa do Estado no controle da população carente. Conforme define Mendez e Costa (1994), o SAM era caracterizado por uma orientação correcional repressiva, cujo funcionamento era equivalente ao sistema penitenciário para o menor. Seu sistema de atendimento era constituído de internatos para menores infratores e escolas de aprendizagem para carentes e abandonados.

A implantação do SAM tem mais a ver com a questão da ordem social que da assistência propriamente dita. [...] Vinculada ao Ministério da Justiça e do Juizado de menores, tem como

competência orientar e fiscalizar educandários particulares, investigar os menores para fins de internação e ajustamento social, proceder ao exame médico-psicopedagógico, abrigar e distribuir os menores pelos estabelecimentos, promover a colocação dos menores, incentivar a iniciativa particular de assistência a menores e estudar as causas do abandono (FALEIROS, 2009, p.55).

Ao SAM, que era subordinado ao Ministério da Justiça, coube as atribuições de dar assistência, em todos os aspectos, aos “menores desvalidos e infratores das leis penais” (BRASIL, 1944). Segundo o Decreto-Lei n. 6.865, de 11 de setembro de 1944, que redefiniu a competência do Serviço de Assistência a Menores, competia ao SAM, segundo o art. 2º:

I - sistematizar, orientar e fiscalizar os educandários, inclusive os particulares, que internam menores desvalidos e transviados; II - proceder a investigações para fins de internação e ajustamento social de menores; III - proceder ao exame médico-psico-pedagógico dos menores abrigados; IV - abrigar menores mediante autorização dos Juízos de Menores; V - distribuir os menores internados pelos vários estabelecimentos, após o necessário período de observação e de acordo com o resultado dos exames a que tenham sido submetidos, a fim de ministrar-lhes ensino, educação e tratamento sômato-psíquico até o seu desligamento; VI - promover a colocação dos menores desligados, de acordo com a instrução recebida e aptidões reveladas; VII - incentivar a iniciativa particular de assistência a menores, orientando-a para que se especializem os educandários existentes e os que vierem a ser criados; VIII - estudar as causas do abandono e delinqüência da menoridade; IX - promover a publicação periódica do resultado de seus estudos e pesquisas, inclusive estatísticas (BRASIL, 1944).

Nota-se com a citação, que o SAM possuía uma visão reducionista da assistência ao menor, quando priorizava o abrigo e a “distribuição” dos menores carentes e delinquentes, em estabelecimentos fechados, com a finalidade de institucionalizá-los e estudá-los através da administração de orfanatos e escolas-modelo (OLIVEIRA, 2007). Nesse sentido, Moreno e Saraiva (2006, p.04) afirmam que, “[...] o SAM veio a se constituir no precursor das atuais e fracassadas políticas de confinamento dos e das jovens em instituições totais”.

O SAM foi alvo de inúmeras denúncias, conforme aponta Gomes da Costa (1991 apud OLIVEIRA, 2007, p.138).

A instituição desenvolveu péssima reputação à vista do público e da imprensa, que passou a chamá-la de “universidade do crime” e



“sucursal do inferno”, com verdadeiras prisões onde imperavam torturas, drogas, violência, abuso sexual e corrupção administrativa.

Na tentativa de moralizar o atendimento ao menor, o governo militar na segunda metade dos anos 1960, extinguiu o SAM e implantou a Política Nacional de Bem-Estar do Menor (PNBEM). Essa política, de acordo com Martins (2009, p.32),

[...] tinha como meta a garantia da segurança nacional, no entanto, suas ações se davam por meio repressivo e pela prática antiga do recolhimento de crianças nas ruas, tendo eles cometido atos ilícitos, ou não, e a institucionalização de “menores” continuava a ser o foco principal das políticas da época, enfatizando a idéia das grandes instituições, onde se misturavam “menores” infratores com “menores” abandonados.

Para implementação da PNBEM instituiu-se a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), como instrumento político e de propaganda da ditadura militar, sendo inaugurada no dia 1º de dezembro de 1964. Essa tinha por atribuição coordenar a PNBEM. A partir daí, criaram-se as Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor (FEBEM), com responsabilidade de implantarem a política estabelecida e de executarem, nos estados brasileiros, as ações relacionadas a essa política.

As diretrizes da FEBEM, de acordo com a Lei Federal nº 4513, editada em 1964, eram as seguintes, segundo o art. 6º:

I - Assegurar a prioridade dos programas que visem à integração do menor na comunidade, através da assistência na própria família e da colocação familiar em lares substitutos; II - Incrementar a criação de instituições para menores que possuam características aprimoradas das que informam a vida familiar e, bem assim, a adaptação a esse objetivo, das entidades existentes de modo que somente do menor à falta de instituições desse tipo ou por determinação judicial. Nenhum internacional se fará sem observância rigorosa da escala de prioridade fixada em preceito regimental do Conselho Nacional; III - Respeitar no atendimento às necessidades de cada região do País, as suas peculiaridades, incentivando as iniciativas locais, públicas ou privadas, e atuando como fator positivo na dinamização e autopromoção dessas comunidades (BRASIL, 1964).

Nessas diretrizes foram enfatizadas novas propostas para enfrentar o problema do menor no Brasil, verificando uma tendência de reinserção familiar como uma das políticas da FUNABEM, deixando de ser o foco principal, a internação para manter a criança e o adolescente junto à família, mesmo que antigas práticas de

institucionalizar não estivessem sido superadas.

O Relatório Final de Avaliação da FUNABEM indicou que, seu sistema de atendimento, priorizava “a relação menor-instituição em detrimento da relação menor-sociedade” (FALEIROS, 2009, p.72). Nesse mesmo relatório fora avaliado o fracasso dessa instituição, uma vez que não trouxe mudanças à situação de desigualdade experimentada pelos menores atendidos pela FUNABEM (FALEIROS, 2009).

Anos mais tarde, após longo período de discussões acerca do Código de Menores Mello Mattos, o mesmo fora alterado pela Lei nº. 6.697, aprovada em 10 de outubro de 1979, em plena vigência das diretrizes da PNBEM, implantadas pela FUNABEM, “[...] ressalte-se que, as alterações contidas nesta lei, buscavam atender aos anseios dos Juízes de Menores no que diz respeito ao atendimento do adolescente em conflito com a lei, passando agora, a ser chamado de adolescente em “situação irregular” (JUNIOR, 2007, p.3-4).

Em virtude da abrangência das diretrizes traçadas e das dificuldades existentes para aplicação prática do conceito de situação irregular, o Estado passou a atuar e a interferir, novamente, nas relações privadas das famílias de baixa renda. A relação entre pobreza, abandono e marginalidade se consolidou e passou a ser apontada como causadora das infrações cometidas pelos adolescentes. A orientação que subjazia a essa nova legislação de que famílias desestruturadas não tinham capacidade de responsabilizar-se pela conduta de seus filhos fazia com que essa nova legislação desse continuidade à orientação do código anterior, na medida em que propunha a intervenção do Estado enquanto suspensão da responsabilidade dos pais, cuja atuação era por ela qualificada como omissa e, portanto, incapaz de se responsabilizar pelos próprios filhos. Cabia, portanto, ao Estado, por intermédio de suas instituições, assumir atitudes “corretivas” e concebidas, nesse período, como educadoras (MOURA, 2005, p.51).

A partir desse novo código, os menores deixariam de ser classificados de acordo com a sua situação de carente, delinquente, abandonado e outras caracterizações. Passariam a enquadrar o grupo dos, “menores em situação irregular”, o que segundo a nova legislação representava:

Art 2º Para os efeitos deste Código considera-se em situação irregular o menor: I - privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de: a) falta, ação ou omissão dos pais ou

responsável; b) manifesta impossibilidade dos pais ou responsável para provê-las; II - vítima de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável; III - em perigo moral, devido a: a) encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes; b) exploração em atividade contrária aos bons costumes; IV - privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável; V - Com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária; VI - autor de infração penal. Parágrafo único. Entende-se por responsável aquele que, não sendo pai ou mãe, exerce, a qualquer título, vigilância, direção ou educação de menor, ou voluntariamente o traz em seu poder ou companhia, independentemente de ato judicial (BRASIL, 1979).

Mais uma vez, na trajetória do atendimento a crianças e adolescentes, verificou-se que as políticas sociais refletiam a necessidade do grupo dominante em excluir, abolir e esconder a massa de pessoas que eram tidas como “perigosas” para a sociedade.

Afirmava-se um sistema de classes, e a intenção de se retirar do espaço público as classes inferiores, retornando-os à invisibilidade - às prisões, aos manicômios e às instituições correcionais. Estabelecia-se um pacto ideológico favorecendo o cumprimento da profecia que coloca os filhos dos pobres como futuros marginais, desatinados e sociopatas (OLIVEIRA, 2007, p.140).

As pessoas empobrecidas representavam uma ameaça, conforme aponta Oliveira (2007):

Os pobres e seus filhos representavam contraste nocivo e ameaça aos cidadãos ‘decentes’ e às outras crianças - as das classes econômicas mais abastadas. A salvação, para os pobres, era a resignação - aceitarem os papéis que lhes são socialmente destinados, como exército de reserva de mão-de-obra, empregados ou desempregados conforme a conveniência do mercado, escravos virtuais, cuja ambição maior não pode ir além do subemprego, da economia informal e do salário mínimo. Seriam, assim, aceitos pela sociedade decente, ordeira e trabalhadora (OLIVEIRA, 2007, p.140).

No entanto, o Código de Menores de 1979, não durou muitos anos. A sociedade, em busca da democracia nos anos 1980, questionava as práticas repressivas impostas pelo Código de Menores emergindo, em todo país, durante anos, denúncias e demonstrações públicas de desaprovação da população, em relação aos Códigos de Menores de 1927 e de 1979. No entanto, ainda existiam grupos que defendiam a permanência dos Códigos de Menores, enquanto outros

defendiam uma grande mudança nestes, instituindo novos e amplos direitos às crianças e aos adolescentes, que passariam a ser sujeitos de direitos e a contar com uma Política de Proteção Integral.

Essas discussões contribuíram para a criação de movimentos sociais comprometidos com a defesa dos direitos da criança e do adolescente. O tema ganhou visibilidade com a nova Constituição Federal de 1988 (CF/88) e, mais ainda, na elaboração do projeto do Estatuto de Criança e do Adolescente (ECA), com a participação de diversos segmentos da sociedade civil.

## 2.4 A PROMULGAÇÃO DA CF/88, DO ECA E DOS MARCOS REGULATÓRIOS ATUAIS

Em 05 de outubro de 1988, fora promulgada a CF/1988, elaborada pelos representantes do povo brasileiro, através da Assembleia Nacional Constituinte, com a finalidade de instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais das pessoas (BRASIL, 1988). A partir dessas mudanças, surgiram importantes movimentos, para que fosse criada, no Brasil, uma legislação especial para as crianças e os adolescentes, diferente da existente.

Diante das arbitrariedades cometidas pelas instituições de atendimento aos menores, segundo Fonseca; Cassanha e Garcia (2010), a década de 1980 foi marcada pelas lutas sociais, bem como pelo movimento de luta em causa dos direitos e proteção a essa população. Essa movimentação possibilitou a criação do Fórum Permanente de Defesa da Criança e do Adolescente (Fórum DCA), que pressionou a inclusão de artigos específicos na Constituição Federal de 1988, chamada de constituição "cidadã", voltados à Proteção Integral às Crianças e aos Adolescentes. Esse fato representou um marco histórico na garantia de direitos fundamentais.

Houve, nesse momento no país, o que Silva, R., (2011, p.160) apresentou como *remoção do entulho autoritário* no Brasil que:

fomentou a redefinição do papel do Estado; reforma das nossas instituições políticas; abolição da legislação repressiva; a reparação de erros cometidos durante o regime de exceção; a aprovação de uma legislação social; a instituição em diversas instâncias, instrumentos e mecanismos de controle sobre o Estado e seus

agentes, e; a emergência dos discursos, das leis, e das instituições de defesa dos direitos humanos.

Este marco histórico se consolidou, legalmente, com a promulgação do ECA, que propôs uma linha de ação acerca da execução de políticas de atendimento e, que impôs ao Estado e à sociedade, uma série de obrigações e deveres, que resultaram em uma grande rede de proteção social para crianças e adolescentes.

O cenário político que se descortinou a partir dos anos 80 no Brasil foi, na verdade, o solo fértil pelo qual brotariam para uma mudança de paradigmas, que como vimos, já constavam nos debates há algumas décadas. Em termos universais, os indivíduos foram inseridos dentro do paradigma dos direitos humanos. [...] No caso específico da criança e do adolescente, esses passaram a ser conceituados enquanto “sujeito de direitos” em opção a objetos de proteção (RIZZINI, 2000, p.83).

Segundo Silva e Mello (2004), o ECA coroou a Doutrina da Proteção Integral, constituindo-se, na única legislação, no contexto latino-americano, adequada aos princípios da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito da Criança de 1979. Todos os segmentos da sociedade passaram a ter o dever de proporcionar e garantir seus direitos, sem distinções ou preconceitos, como ocorria em outras épocas, passando a inexistir a especificação de grupos a serem atendidos pelo ECA.

No entanto, mesmo com o avanço expressivo nessa legislação, verificaram-se críticas “ambíguas” da própria sociedade, pois por um lado:

[...] ele protege em demasia o infrator, sendo conivente com suas práticas e extremamente permissivo; por outro é bastante elogiado por um segmento que vê na suposta função educativa, a expressão da democracia (SALIBA, 2006, p.16).

Mesmo com as críticas, verificou-se que as alterações trazidas por essa nova legislação, buscaram um tratamento igualitário para todas as crianças e adolescentes e não mais, apenas para os “menores”. Ou seja, o ECA não trata apenas de questões relacionadas aos direitos da criança e do adolescente em situação de risco ou vulnerabilidade, mas, sim, do direito da criança e do adolescente de uma forma universal. Nessa nova legislação, as medidas de proteção à criança e ao adolescente, seriam aplicadas, sempre que os direitos

reconhecidos pelo ECA fossem ameaçados ou violados, seja pela ação da sociedade, do Estado, ou da família.

No que se refere às mudanças trazidas por essa legislação, quando comparada ao Código de Menores de 1979,

[...] O ECA, ao substituir o Código de Menores, de 1979, introduz uma série de transformações nas políticas públicas e de atendimento voltadas à população infanto-juvenil. Deixando de lado o caráter centralizador e assistencialista, caracterizador das legislações passadas, assume a nova ordem legal com princípios estruturadores, com uma vertente descentralizadora, emancipatória e garantidora dos direitos fundamentais, dentre eles o da educação (FERREIRA, 2004, p.64).

Após a sua promulgação, a situação de abrigamento institucional de crianças e adolescentes no Brasil, tornou-se, amplamente discutida em diversos setores da sociedade. O atendimento realizado nos abrigos deveria, a partir desta nova legislação, ser direcionado à proteção, acolhimento provisório, de caráter excepcional e de urgência, para crianças e adolescentes, em situação de orfandade, risco social, abandono e vítimas de maus tratos. Ou seja, criou-se uma nova concepção sobre a instituição abrigo, buscando uma ruptura com a cultura de institucionalização. Ainda de acordo com o ECA, o abrigo passaria a ser uma medida de proteção provisória e excepcional, como forma de transição, para posterior retorno à família de origem ou, excepcionalmente, colocação das crianças e adolescentes em família substituta (BRASIL, 1990).

No entanto, as alterações na legislação, não bastaram para que a sociedade também modificasse sua forma de olhar e desenvolver ações voltadas às crianças e aos adolescentes. Prova disto é que, apesar de 20 anos de existência do ECA, ainda encontra inúmeras dificuldades para sua efetiva implantação.

No que se refere à política de atendimento, o ECA abriu caminho para as legislações e marcos regulatórios mais atuais, como a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em 1993; a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), em 2004, e, se materializou em todo o país, através do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em 2005 e a Lei da Adoção nº 12.010, em 2009.

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), ao contrário do ECA, trata de uma legislação específica, procurando promover os “[...] mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, a

fim de garantir o atendimento às necessidades básicas da pessoa (BRASIL, 1993). A LOAS tornou-se uma aliada, em relação à criança e ao adolescente em situação de vulnerabilidade, na medida em que, no seu artigo 2º, prevê que a assistência social garanta: I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II - o amparo às crianças e adolescentes carentes; III - a promoção da integração ao mercado de trabalho (BRASIL, 1993).

Assim, de acordo com a LOAS, o atendimento de crianças e adolescentes em abrigos é parte integrante das atribuições da área de assistência social. O objetivo e a forma como se deve dar esse atendimento são estabelecidos pelos princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente. Entretanto, ainda que a LOAS tenha consolidado as inovações introduzidas pela Constituição Federal de 1988 - situando a assistência como parte integrante do Sistema de Seguridade Social, responsabilidade do Estado e como direito universal gratuito e não-contributivo - e o Estatuto da Criança e do Adolescente tenha determinado que a colocação de crianças e adolescentes em abrigo é uma medida de proteção que se caracteriza pela provisoriedade, persistem as contradições que não são superadas pela simples definição legal (SILVA e MELLO, 2004, p.28).

A falta, ou a carência de recursos materiais, não constitui, conforme o ECA, motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar (art. 23), mas mesmo assim, ainda verificamos uma tendência a institucionalização da criança e do adolescente, por falta de recursos financeiros da família. A LOAS abriu caminhos para que, através da legislação, fossem oferecidas condições básicas de sobrevivência às famílias, para que não tivessem seus filhos separados da convivência familiar, por medidas de abrigamento, ocasionadas pela falta de recursos financeiros.

A medida de abrigamento por falta de recursos financeiros da família, mesmo com a promulgação da LOAS, é apontada através do Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede SAC (IPEA, 2003), que constatou que, dentre os motivos que levaram crianças e adolescentes aos abrigos, mostrou que a pobreza foi a mais citada, com 24,2%. Entre outros, apareceram como importantes, pela frequência com que foram referidos, o abandono (18,9%); a violência doméstica (11,7%); a dependência química dos pais ou responsáveis, incluindo alcoolismo (11,4%); a vivência de rua (7,0%); e a orfandade (5,2%). Assim, pode-se concluir que, mesmo com os avanços legais, as medidas de abrigamento

ainda reforçam a condição financeira da família como determinante no abrigamento de crianças e adolescentes.

No ano de 2004, fora discutida, em todos os Estados brasileiros (em diversos encontros, seminários, reuniões, oficinas e palestras), a Política Nacional de Assistência Social, sendo aprovada para expressar a materialidade do conteúdo da Assistência Social como um pilar do Sistema de Proteção Social Brasileiro, no âmbito da Seguridade Social (BRASIL, 2004).

Sob essa perspectiva, a PNAS objetivou:

Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem; Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural; Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2004).

Na PNAS, a medida de abrigamento, encontra-se caracterizada como Proteção Social Especial, que abrange famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras.

Esse plano trouxe ainda, algumas formas de demonstrar que, a retirada da criança e do adolescente do seio familiar, deveria ocorrer, somente, em último caso. Para tanto, ele apresenta dois níveis de atendimento, sendo o primeiro de Proteção Social Básica (PSB), que tem por finalidade “prevenir situações de risco, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários” (BRASIL, 2004, p.33) e a Proteção Social Especial (PSE), essa dividida em duas formas de atenção, sendo uma de Média Complexidade, que abrange atendimento às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas que os vínculos familiares e/ou comunitários não foram rompidos; e a outra como Proteção Social Especial de Alta Complexidade, que se refere aos atendimentos que garantem proteção integral - moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos, que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando serem retirados de seu núcleo familiar e, ou comunitário (BRASIL, 2004).



No ano seguinte, em 2005, como uma forma de materialização da LOAS e, em consonância com os objetivos da PNAS, fora criado o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) sendo, “[...] um sistema público não contributivo, descentralizado e participativo, que tem por função, a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da Proteção Social, sendo requisito essencial para efetivação da Assistência Social como política pública” (BRASIL, 2005).

O que é considerado nesse momento como um avanço, pois

[...] essa perspectiva exige a necessária ruptura com o paradigma conservador que organiza a assistência social por projetos sociais focalistas e seletivos; pela fragmentação de serviços por segmentos sociais; pela privatização da concepção da política de assistência social repassando a responsabilidade para organizações não governamentais; prevaência do princípio de subsidiaridade, benemerência e filantropia e a operacionalização das ações de assistência social através de agentes isolados da sociedade civil sem desenvolver articulação em rede (GIMENES, 2009, p.47).

Ainda sobre a criação do SUAS, Sposati (2004, p.173) faz a seguinte consideração:

A implantação do SUAS exige romper com a fragmentação programática. Exige separar o paralelismo de responsabilidades entre as três esferas de governo. Exige construir referências sobre a totalidade de vulnerabilidades e riscos sociais superando a vertente de análise segregadora em segmentos sociais sem compromisso com a cobertura universal e o alcance da qualidade dos resultados.

Neste sentido, tanto o PNAS como o SUAS, contemplaram crianças e adolescentes em situação de abrigo, seja por identificarem o atendimento a qual estariam submetidos, seja por terem sido contemplados nessas políticas da área da assistência social, reforçando o compromisso das três esferas públicas, municipal, estadual e federal, como responsáveis pela promoção de seus direitos, minimizando ou extinguindo a violação das suas necessidades básicas.

Dessa forma, essas políticas e regulamentações, mostram que os abrigos vêm sofrendo mudanças que visam promover um atendimento diferenciado e, em maior consonância com os preconizados no ECA. É importante que se perceba que, além desse estatuto, outras formas de promoção do atendimento a crianças e adolescentes em situação de abrigo, foram e são criadas com vistas a adequação e

a melhoria do atendimento. Afinal, o ECA não é o ponto final da legislação ou o ponto de chegada. Ele é uma legislação que, no seu tempo, representou uma quebra de paradigma e uma nova concepção de infância e adolescência, e que contribuiu para o repensar das instituições de atendimento institucional à crianças e adolescentes que necessitam de ações institucionalizadoras.

Nesse contexto, após 19 anos, o Estatuto da Criança e do Adolescente sofreu a sua primeira grande mudança, através da promulgação da Lei nº 12.010, de 03 de agosto de 2009, a chamada Lei Nacional de Adoção, que promoveu alterações em cinquenta e quatro artigos do ECA. A lei aprovada determinou que, crianças e adolescentes, que estejam em instituições públicas ou famílias acolhedoras, sejam reavaliadas a cada seis meses. Assim no artigo 19, determina:

Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada 6 (seis) meses, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório elaborado por equipe interprofissional ou multidisciplinar, decidir de forma fundamentada pela possibilidade de reintegração familiar ou colocação em família substituta, em quaisquer das modalidades previstas no art. 28 desta Lei (BRASIL, 2009a).

A lei fixou, ainda, no seu inciso § 2º, deste mesmo artigo, o prazo de até dois anos, para destituição judicial do poder familiar, em casos de violência ou abandono, limitando a permanência das crianças nos abrigos em, no máximo dois anos e, preferencialmente, em endereço próximo ao da família.

A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 2 (dois) anos, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária (BRASIL, 2009a).

Outra importante alteração refere-se à idade mínima para uma pessoa fazer uma adoção, que anteriormente era de 21 anos, passando agora para 18 anos, entendendo que, se a pessoa é maior de idade e apto a exercer todos os seus direitos civis, também poderá ser responsável pela decisão de efetivar uma adoção, desde que, devidamente analisados todos os requisitos pertinentes. A diminuição da idade mínima, para o candidato a adoção, segue as alterações no Código Civil Brasileiro, que em 2002 alterou para 18 anos a capacidade civil.

Diante do exposto acima, no que se refere a nova lei da adoção, percebe-se que, mais uma vez, a legislação vem reforçar a provisoriedade do abrigo, procurando através de avaliações periódicas e delimitação de tempo de permanência no abrigo, determinar que crianças e adolescentes, não permaneçam institucionalizadas durante toda a sua vida. Assim, reforça-se o abrigo como um local de “passagem”, onde as crianças e adolescentes deveriam permanecer, provisoriamente e, de preferência, o menor tempo possível, com a possibilidade de retorno ao convívio familiar.

Contudo, diante dos avanços e modificações tão expressivas nas legislações, conforme apresentadas nesse capítulo, ainda hoje, veem-se violados muitos direitos de crianças e adolescentes, concluindo-se que, entre o texto da lei e a realidade, há, ainda, um abismo a ser transposto e que, enquanto esse abismo não for transposto, inúmeras crianças e adolescentes continuarão institucionalizados, esperando por ações emancipatórias, com base nos princípios de cidadania e na visão de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos.

## 2.5 A REGIÃO CENTRO-OESTE E OS ABRIGOS

No ano de 2003, conforme citado anteriormente fora realizada a pesquisa intitulada, Levantamento Nacional dos Abrigos para Crianças e Adolescentes, da Rede de Serviços de Ação Continuada (SAC), que teve como objetivos principais: conhecer as características dos serviços prestados pelas instituições beneficiadas pela Rede SAC do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que desenvolvem programas de abrigo para crianças e adolescentes e gerar informações que possibilitassem, ao governo federal, bem como às demais instâncias públicas que desenvolvem ações nessa área e à extensa rede da sociedade civil que atuam em prol da defesa dos direitos de crianças e adolescentes, adequando assim suas políticas e programas e, como consequência melhorar o apoio às instituições que prestassem serviços a crianças e adolescentes em situação de abandono social (IPEA, 2003).

Para compor este estudo, foram selecionados os abrigos para crianças e adolescentes, que fossem beneficiados pelo repasse per capita mensal da Rede de Serviço de Ação Continuada (Rede SAC), da Secretaria de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Como justificativa para

esta seleção, alegou-se que a Secretaria de Assistência Social teria maior facilidade em contar com informações básicas sobre as instituições, facilitando o desenvolvimento da pesquisa.

Desta forma, o Levantamento Nacional dos Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede SAC, identificou 626 instituições, sendo que os abrigos para crianças e adolescentes correspondiam a 94,1% (589), e 5,9% (37) instituições que, embora pertencentes ao cadastro da Rede SAC, apresentavam características diferentes de abrigos, de acordo com a definição adotada na referida pesquisa. Nestas instituições, verificou-se que, aproximadamente, 20 mil crianças e adolescentes, viviam em abrigos.

Em relação ao região Centro-Oeste, verificou-se a existência de 53 locais, o que corresponde a 7,9% das instituições cadastradas na Rede SAC. O Estado de Mato Grosso do Sul, quando fora feita uma especificação por Estado, concentrava 4,6% das instituições também cadastradas na Rede SAC, num total de 31. Do total de crianças abrigadas, levando-se em consideração as 20 mil crianças anteriormente citadas, o estudo apontou que, no Centro-Oeste, viviam 8,2% (1640) do total de crianças abrigadas no país. Quando desmembrado o levantamento por estados brasileiros, verificou-se que, no Mato Grosso do Sul, haviam institucionalizadas, 375 crianças em abrigos, correspondendo a 1,9% do total de abrigamento no país.

Em relação a idade que as crianças possuíam, na época da realização da pesquisa, verificou-se que, no Centro-Oeste, 9,1% tinham de zero a 3 anos; 10,4%, de 4 a 6 anos; 19,9%, de 7 a 9 anos; 23,3%, de 10 a 12 anos; 20,5%, de 13 a 15 anos; e 12,6% tinham entre 16 e 18 anos incompletos e 2,1% dos pesquisados tinham mais de 18 anos, sendo ainda 1,8% do total, sem informação.

Ainda segundo essa pesquisa,

[...] a maior concentração de crianças e adolescentes abrigados na faixa etária de 7 a 15 anos pode estar refletindo, entre outros fatores, as maiores dificuldades enfrentadas para o acesso das famílias de baixa renda a equipamentos públicos de apoio às mães e aos pais trabalhadores, que ofereçam proteção e cuidados a crianças a partir dos 7 anos, nos moldes das creches disponíveis para crianças até 6 anos (IPEA, 2003, p.49).

Em relação ao gênero das crianças e adolescentes abrigadas no país, na

época da pesquisa, 58,5% eram meninos e 41,5% meninas e, em relação a raça mostram que, mais de 63% das crianças e adolescentes abrigadas, são da raça negra (21% são pretos e 42% são pardos), 35% são brancos e cerca de 2% são das raças, indígena e amarela. Sobre esse levantamento, não há dados específicos das outras regiões do país.

Seguindo a tendência nacional, no Centro-Oeste, entre os principais motivos do abrigamento das crianças e dos adolescentes pesquisados, estão: a carência de recursos materiais da família (23,3%); o abandono pelos pais ou responsáveis (19,9%); a violência doméstica (10,1%); a dependência química de pais ou responsáveis (10,1%); a vivência de rua (4,6%); a orfandade (5%); a prisão dos pais ou responsáveis (3,5%) e o abuso sexual praticado pelos pais ou responsáveis (3,9%). Outros 19,4% correspondem a outros motivos como: ausência dos pais ou responsáveis por doença; pais ou responsáveis sem condições para cuidar de criança/adolescente deficiente mental; pais ou responsáveis deficientes; submetido a exploração no trabalho, tráfico e/ou mendicância; pais ou responsáveis sem condições para cuidar de criança/adolescente portador de HIV; pais ou responsáveis sem condições para cuidar de criança/adolescente dependente químico; submetido à exploração sexual; dentre outros.

Contrariando o que se pensa sobre as crianças e adolescentes que vivem nos abrigos, a maioria não é órfã. No que se refere a dados específicos do Centro-Oeste, o estudo aponta que, mesmo abrigadas, 68,7% das crianças e adolescente mantêm vínculo com seus familiares. Outros 19% não mantêm vínculo familiar constante, ou seja, embora conhecida e localizada, a família, raramente, aparece para visitar o abrigado. Cerca de 4,2% dos pesquisados, embora tenham família, não podem contatá-la, em função de impedimento judicial. As crianças e os adolescentes, “sem família”, ou com “família desaparecida”, que vivem nos abrigos pesquisados, representam apenas 7,6% do total, dados referentes mais uma vez ao Centro-Oeste.

Em relação ao tempo de abrigamento, o estudo revelou, em nível nacional, que mais da metade das crianças e dos adolescentes pesquisados, 52,6%, viviam nas instituições, há mais de dois anos, sendo que, dentre elas, 32,9% estavam nos abrigos por um período entre dois e cinco anos, 13,3%, entre seis e 10 anos e 6,4%, por um período superior a 10 anos.

No que se refere a natureza das instituições, no Centro-Oeste, verificou-se

que, entre os abrigos da Rede SAC pesquisados, predominam as instituições não-governamentais, que respondem por 65,9% do total, enquanto os abrigos públicos representam apenas 29,3%, sendo 9,8% municipais e 4,9% estaduais.

Essa breve caracterização da região Centro-Oeste, confirmou, e não se distanciou dos dados nacionais, na medida em que se constataram certas regularidades em relação ao atendimento, verificando ainda a institucionalização de crianças e adolescentes por motivo de pobreza, a incidência de crianças e adolescentes, predominantemente negras e que o abrigo está bem longe de ser uma medida provisória, levando-se em conta que crianças e adolescentes tem permanecido mais do que dois anos nas instituições.

## 2.6 A INSTITUCIONALIZAÇÃO NO MATO GROSSO DO SUL

Ainda com o intuito de aproximação com a realidade vivenciada nos dias atuais, nos abrigos, dados mais atuais apontam que, em todo o Brasil, 33.361 crianças e adolescentes vivem em abrigos ou estabelecimentos mantidos por organizações não governamentais, igrejas ou outras instituições. Estes dados de agosto de 2011, referem-se ao Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos (CNCA)<sup>4</sup>. Este programa fora instituído pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em outubro de 2009, com o objetivo de criar um sistema online, contendo dados das entidades de acolhimento e de cada criança ou adolescente para reunir informações sobre crianças e jovens que, por alguma razão, deixaram de conviver com suas famílias.

Com relação ao tempo médio de abrigo, o CNCA apontou que 4.385 das crianças e adolescentes, ultrapassaram um ano nesses estabelecimentos. Outras 2.024 estão há mais de dois anos nessas entidades e, 1.029, há mais de três anos, sendo os demais, referentes a outros períodos de institucionalização. A maior parte das crianças e dos adolescentes acolhidos são do sexo masculino, eram 17.548 meninos e 15.813 meninas, segundo o cadastro do CNJ. Esses dados não encontram-se disponíveis para consulta por estado, sendo essa, a única fonte oficial. No entanto, tenho a clareza de que esses números, podem não expressar a realidade, tendo em vista a forma de alimentação desse sistema.

---

<sup>4</sup> Cadastro Nacional de Adoção, realizado pela Corregedoria Nacional de Justiça, do Conselho Nacional de Justiça, 04 de agosto de 2011.

O estado de Mato Grosso do Sul, no período de fevereiro a abril de 2009, realizou um mapeamento dos serviços de acolhimento institucional e família acolhedora. Neste levantamento participaram 78 municípios, sendo que, três não fizeram a devolutiva dos questionários encaminhados pela Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social.

Neste mapeamento constatou-se que, no estado, 48 municípios executam o Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, sendo que as modalidades de atendimento estão distribuídas em: 49 abrigos, 02 casas de passagens, 14 casas-lares, 03 famílias acolhedoras e não há registro de repúblicas.

Esses atendimentos, segundo a Tipificação da Assistência Social (BRASIL, 2009b) são caracterizados como:

- **Abrigo Institucional:** Atendimento em unidade institucional semelhante a uma residência, destinada ao atendimento de grupos de até 20 crianças e/ou adolescentes. Nessa unidade é indicado que os educadores/cuidadores trabalhem em turnos fixos diários, a fim de garantir estabilidade das tarefas de rotina diárias, referência e previsibilidade no contato com as crianças e adolescentes. Poderá contar com espaço específico para acolhimento imediato e emergencial, com profissionais preparados para receber a criança/adolescente, em qualquer horário do dia ou da noite, enquanto se realiza um estudo diagnóstico detalhado de cada situação para os encaminhamentos necessários (p. 32);
- **Casa de passagem:** Atendimento em unidade institucional de passagem para a oferta de acolhimento imediato e emergencial, com profissionais preparados para receber os usuários em qualquer horário do dia ou da noite, enquanto se realiza um estudo diagnóstico detalhado de cada situação para os encaminhamentos necessários (p. 32-33);
- **Casa lar:** Atendimento em unidade residencial onde uma pessoa ou casal trabalha como educador/cuidador residente, prestando cuidados a um grupo de até 10 crianças e/ou adolescentes (p. 32);
- **República:** Serviço que oferece proteção, apoio e moradia subsidiada a grupos de pessoas maiores de 18 anos em estado de abandono, situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados e sem condições de moradia e autossustentação. (p.38) e;

- **Família acolhedora:** Serviço que organiza o acolhimento de crianças e adolescentes, afastados da família por medida de proteção, em residência de famílias acolhedoras cadastradas. É previsto até que seja possível o retorno à família de origem ou, na sua impossibilidade, o encaminhamento para adoção. O serviço é o responsável por selecionar, capacitar, cadastrar e acompanhar as famílias acolhedoras, bem como realizar o acompanhamento da criança e/ou adolescente acolhido e sua família de origem (p.41).

No que diz respeito ao número de crianças e adolescentes atendidas por esta rede no estado, verifica-se que 130 crianças e adolescentes encontravam-se em abrigos, 28 em casas de passagens, 89 em casas-lares e 17 em famílias acolhedoras, totalizando 267 crianças atendidas.

O estudo aponta, ainda, os principais motivos para o acolhimento, sendo eles: abandono dos pais/responsáveis, violência doméstica (maus tratos, abuso e exploração sexual), pais/responsáveis dependentes químicos, pais/responsáveis falecidos, situação de rua e pessoas com deficiência.

Nota-se que, as medidas de abrigamento, ainda correspondem a maioria das medidas de proteção realizadas no estado. Este panorama reflete também que, embora a legislação defina o abrigo como excepcional e transitório, o cotidiano revela uma realidade diferente, não só no estado em questão, como também em outras regiões do país.

Diante da historização da constituição do atendimento a crianças e adolescentes no país, bem como o mapeamento destes atendimentos em cenários mais atuais e focalizados na região Centro-Oeste e no estado do Mato Grosso do Sul, apresento no próximo Capítulo, o aporte teórico-metodológico utilizado no tratamento e análise dos dados, como também a trajetória desta pesquisa, buscando evidenciar as dificuldades encontradas no seu percurso, os passos para a localização dos sujeitos e, para finalizar, os dados referentes aos atendimentos realizados no abrigo de adolescentes da cidade.



### 3 O PERCURSO DA PESQUISA

"Eu sustento que a única finalidade da ciência está em aliviar a miséria da existência humana"

(Bertold Brecht)

Neste Capítulo apresento inicialmente a abordagem teórico-metodológica assumida nesta obra, composta por Pierre Bourdieu, Erving Goffman e Donald Woods Winnicott, buscando a contribuição de cada autor na compreensão do universo pesquisado. Em seguida, trago o caminho percorrido para a obtenção das autorizações necessárias à esta pesquisa, como também os percalços na caminhada de localização dos sujeitos deste estudo. Concluindo, apresento os resultados referentes a coleta de dados dos prontuários de atendimento do abrigo de adolescentes da cidade desde o seu funcionamento, no ano de 2006 até o ano de 2010, tendo em vista que estes dados foram coletados e analisados, em março de 2011.

Na apreensão das histórias de vida dos sujeitos desta pesquisa, fora utilizado como procedimento metodológico, a entrevista semi estruturada, com questões abertas. Esse instrumento permitiu, dar voz às histórias dos participantes, através dos relatos orais. Os relatos revelaram uma forma de compartilhamento de suas realidades sociais e de expressão das formas como eles representam o mundo. (PEREZ, 2003).

Ao compartilharem as suas histórias, fora possível narrar suas experiências, suas expectativas e se recordarem de acontecimentos, muitas vezes adormecidos dentro deles mesmos. E, no exercício de (re)lembrar, (re)fazer, (re)compor, (re)construir a história, voltar às origens - é que se dá o entrelaçamento entre passado, presente e futuro no agora (PEREZ, 2003).

Assim, coube ao pesquisador na condução das entrevistas, ouvir, questionar, discutir e aprofundar aspectos relevantes e pontos lacunares, pois são nas falas dos jovens deste estudo, que se revelaram as incorporações das experiências vividas e, ao mesmo tempo, como eles passaram a externalizar a sistematização destas experiências adquiridas na vida e, principalmente, no processo de institucionalização e desinstitucionalização.

### 3.1 AS LENTES QUE GUIARAM O OLHAR

A escolha dos autores, que compõem o quadro teórico desta pesquisa, deu-se de forma a contemplar a complexidade dos estudos que objetivam interpretar a trajetória social. No caso dos jovens que vivenciaram a institucionalização em abrigos, foi preciso que cada autor trouxesse respostas aos eventos experimentados, tendo como referência as vivências, antes da institucionalização, no período de abrigamento e pós-desligamento institucional.

De forma isolada, os estudos realizados pelos autores, não poderiam responder a todos os questionamentos levantados por esta pesquisa. Em Bourdieu, por exemplo, seus estudos se direcionaram para as desigualdades no contexto das relações familiares e no contexto escolar. Sendo assim, que contribuições poderia trazer a esta pesquisa que trata especificamente de jovens desligados por maioria? O fato é que, na compreensão da apropriação das relações sociais e culturais vivenciadas pelos jovens em suas trajetórias e a forma como eles exteriorizam e interiorizam estas apropriações, são úteis a esta pesquisa para compreender a forma de agir e pensar, diante do contexto de suas vidas.

Em Goffman, os estudos foram direcionados para a compreensão do funcionamento das instituições totais, e que, *a priori*, o abrigo com os avanços nas legislações e nas discussões sobre a institucionalização, deixou de ser caracterizada como uma instituição total. Afinal, porque incluí-lo nestas análises? O estudo histórico da concepção de institucionalização, nos moldes das instituições totais, contribuem a esta pesquisa para a percepção de que, o abrigo ainda traz, no seu cotidiano, peculiaridades que o aproximam daquelas descritas por Goffman, na caracterização das instituições totais.

Os estudos desenvolvidos por Winnicott, nos campos de evacuação da II Guerra Mundial, junto a crianças e adolescentes ingleses, que tiveram rupturas definitivas ou temporárias do convívio familiar, em detrimento das situações de guerra, são importantes a esta pesquisa por contribuir com o olhar psicológico sobre os efeitos das rupturas com os vínculos familiares, bem como os efeitos da ausência do convívio familiar.

Assim, após ressaltar a importância de cada autor nesse estudo, apresento as contribuições teóricas que cada um trouxe a esta pesquisa.

### 3.1.1 A abordagem sociológica de Pierre Bourdieu

O referencial teórico proposto por Pierre Bourdieu mostra-se adequado às buscas empreendidas nesta pesquisa, sendo capaz de esclarecer, no cenário investigado, os aspectos que considero essenciais em relação às possibilidades de resposta às questões formuladas, no alcance dos objetivos e no caminhar desta pesquisa. Procurei, embasada em seus conceitos, analisar e compreender a realidade social vivenciada pelos sujeitos desta pesquisa, bem como as formas de apropriação das relações e estruturas sociais durante a trajetória de suas vidas.

Pierre Bourdieu, tem sido considerado por muitos autores, BONNEWITZ (2003), NOGUEIRA & NOGUEIRA (2004), BURAWOY (2009), dentre outros, como o maior sociólogo do século XX. Sua teoria despertou e desperta interesse em diversos campos das Ciências Humanas, sendo utilizada, no Brasil, com maior intensidade, na área educacional.

Os temas abordados em seus estudos permeiam diversos campos do conhecimento, tendo publicações como: *A Reprodução* (1978); *A Miséria do mundo* (1993); *Sobre a televisão* (1997); *Dominação masculina* (1998); *As estruturas sociais da economia* (2000); entre outras.

Pierre Bourdieu nasceu em 1930, numa vila rural da França. Nos anos de 1950, teve sua formação na Escola Normal Superior de Paris e na Sorbonne no campo da filosofia. Em 1955 foi chamado a servir o exército e enviado a Argélia, sendo que essa experiência mudou sua vida, pois ao vivenciar durante a guerra, as contradições entre colonizadores (França) e colonizados (Argélia) passou a se interessar por esta relação e, assim começou sua aproximação pelas Ciências Sociais, em especial pela Antropologia e a Sociologia.

A partir de então, começou seus estudos de campo, na região argelina, até 1960, quando com um golpe, a favor da colônia, fez com que, Bourdieu voltasse para Paris e assumisse novamente a cadeira de professor, porém sem deixar de continuar sua pesquisa de campo na Argélia (WACQUANT, 2002). Nesta direção, o interesse de investigação do autor passa, então, a questionar a relação entre cultura, poder e desigualdades sociais, contribuindo para a análise sobre a educação como mantenedora das classes sociais.

Sua matriz de pensamentos sociológicos está baseada em três grandes nomes da sociologia, Marx, Weber e Durkheim. Assim, Silva, H (2010, p.116) afirma

que a formação teórica de Bourdieu

[...] terá ainda por referência o pensamento de Marx (a sociedade é constitutiva de classes sociais em luta para a apropriação de diferentes “capitais”), de Weber (os indivíduos elaboram representações para dar sentido à realidade social) e de Durkheim (o conhecimento científico do mundo social é possível). A partir dos mesmos, Bourdieu elabora uma forma particular de raciocínio onde teoria e prática são indissociáveis. Em suma, a ideia de uma luta entre grupos sociais, as relações de dominação que são da ordem do sentido, a ligação entre categorias mentais e sociais o conduzem à construção de uma sociologia reflexiva.

No entanto, a obra de Bourdieu traz um enfoque além da determinação econômica e dinamiza seu olhar para as questões culturais. Assim, o autor afirma que faz uma ruptura com a teoria marxista, no momento em que rompe com o “economicismo, que leva a reduzir o campo social, espaço multidimensional, apenas ao campo econômico, às relações de produção econômica, assim constituído sem coordenadas da posição social (BOURDIEU, 1984 apud BONNEWITZ, 2003).

[...] enquanto Marx reduz a atividade prática à atividade econômica e sobre essa base constrói a história humana como sucessão de modos de produção, Bourdieu estende a ideia da atividade prática às esferas de produção intelectual. Eis o ponto em que Bourdieu se aproxima e se distancia de Karl Marx.[...] Enquanto Marx está interessado em uma *sucessão histórica* dos campos econômicos, Bourdieu está interessado na *coexistência simultânea* de diversos campos - o econômico, o cultural, o político, etc. Portanto, ele não vê uma única forma de capital, mas uma série de capitais típicos a cada campo (BURAWOY, 2010, p.34)

Diante dos caminhos percorridos pelos supostos agentes desse estudo, era necessário compreender em que, ou como eles compreendiam suas histórias de vida e como eles as externalizavam, ou seja, “[...] o processo da interiorização da exterioridade e de exteriorização da interioridade.” (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2004, p.26). De modo que o processo de interiorização da exterioridade, parte da ideia da existência de um espaço social estruturado, regido por leis, que são impostas a agentes ocupantes de determinadas posições e suas decisões estão, diretamente, relacionadas às estruturas do espaço. Sendo assim, pode-se, perfeitamente, interpretar que, o espaço social tente a funcionar como um “espaço simbólico”, um “espaço de estilos de vida” e de “grupos de estatuto”, caracterizados por diferentes

modos de vida (SILVA, H., 2010, p.35).

Para tanto, na análise dos dados, realizamos uma leitura sociológica, através de Pierre Bourdieu e seus interlocutores, na medida em que verificamos marcas das heranças culturais, sociais e institucionais nas narrativas de cada etapa vivida pelos jovens, trabalhada a partir de três momentos: 1) o período que antecedeu o processo de institucionalização; 2) o período de abrigo; e, 3) o período de desinstitucionalização.

Desta forma, para a análise, procurei compreender, através do referencial teórico, que as histórias de vida fazem parte de uma construção social, que gradativamente foi sendo produzida pelas relações sociais com as quais os jovens entraram em contato durante seu percurso. Essas relações dentro da família, da escola e do próprio abrigo, evidenciaram algumas propriedades que eles adquiriram durante sua trajetória. Estas relações contribuíram também para a formação de um *habitus*

Sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente 'regulamentadas' e 'reguladas' sem ser o produto de obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente (BOURDIEU, 2003, p.53-54).

Compreendendo o conceito *habitus* dessa forma, percebemos que ele apresenta-se, como produto da história que orienta as práticas individuais e coletivas, contemplando, tanto os aspectos subjetivos, quanto os objetivos dos agentes. Nesse sentido, os jovens que foram institucionalizados, trouxeram para instituição preceitos, valores, modos de agir, de pensar, através das disposições estruturadas, que foram constituídas no social e "estruturantes (nas mentes), adquiridas nas e pelas experiências práticas (condições sociais específicas de existência), constantemente orientadas para funções e ações do agir cotidiano" (SETTON, 2002, p.63).

O social, aqui entendido como conjunto de estruturas estruturadas e estruturantes - família, escola, religião, política, Estado e demais organizações sociais - já se encontra internalizado nos indivíduos e que direcionam suas formas

de agir e pensar.

Portanto, *habitus* são disposições abertas (flexíveis), que entram muitas vezes em conflito com as experiências novas, pelas quais o indivíduo passa, sendo intensamente afetados por tais experiências, refletindo no seu comportamento. Assim, as novas experiências vivenciadas no abrigo, muitas vezes, geraram comportamentos nem sempre identificados e aceitos pela instituição como pertencentes ao abrigo. No entanto, o *habitus* não pode ser entendido como memórias fixas e imutáveis, é um sistema construído diariamente, ou seja, são disposições incorporadas, postas em prática a partir de estímulos externos (SETTON, 2002). Neste contexto, Bourdieu (2003) destaca que, o *habitus* é um sistema de disposição aberto e dinâmico, que vai sendo construído e reconstruído, a partir das experiências vivenciadas pelo agente.

De acordo com Setton (2002, p.65) o conceito de *habitus*, busca, de um lado romper com as representações deterministas e unidimensionais das práticas e, de outro, evidenciam “a noção ativa dos sujeitos como produtos da história de todo o campo social e de uma trajetória individual”. Ou seja, as relações com as agências socializadoras (família, escola, no abrigo, entre outras) podem interferir e gerar subjetivações (conscientes e inconscientes) que se (re)estruturam a partir das novas experiências e da forma pela qual, o indivíduo percebe e aprecia o mundo, bem como da posição que ele ocupa no grupo social.

Neste contexto, a formação do *habitus*, se dá no conjunto de propriedades que os indivíduos adquirem durante a vida, através das suas relações interpessoais, denominadas por Bourdieu (2003, p.67) como capital social. Assim,

O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma *rede durável de relações* mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à *vinculação a um grupo*, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por *ligações* permanentes e úteis. [...].

Essa rede é formada, através do sustento das relações sociais, relações estas que podem se estabelecer entre os diferentes graus de parentesco, vizinhos, conhecidos, em casa, na escola, no bairro, em diferentes contextos e, podem se dar, de maneira consciente ou inconsciente (sentimentos, palavras, presentes)

(BOURDIEU, 2003).

Assim, os jovens que vivenciaram os lares substitutos ou apadrinhamento, durante a sua trajetória institucional, experimentaram relações sociais diferenciadas e que influenciaram a formação de um *habitus*, muitas vezes, baseados na formação de vínculos afetivos e que, vivenciando e internalizando estes vínculos, puderam, em outra situação, externalizá-los.

Nesse sentido, o volume de capital social adquirido pelo indivíduo, depende da rede de relações estabelecidas pelo mesmo, ou seja, quanto maior sua rede de contatos sociais, maior será o seu capital social. No entanto, esse rendimento pode estar vinculado ao lugar em que o indivíduo ocupa no grupo, ou que o grupo permite que ele ocupe.

Nesse contexto, Bourdieu (2002b, p.69) destaca que:

[...] os grupos instituídos delegam o seu capital social a todos os seus membros, mas em graus muito desiguais [...], podendo todo capital coletivo ser individualizado nem agente singular que o concentra e que, embora tenha todo seu poder oriundo do grupo, pode exercer sobre o grupo (e em certa medida contra o grupo) o poder que o grupo lhe permite concentrar.

Nesse contexto, os mecanismos de delegação e de representação; em todos os sentidos que lhe impõem, contém o princípio do desvio do capital que existe neste campo (BOURDIEU, 2002b).

Ligado ao capital social e a formação do *habitus* é que Bourdieu desenvolveu também, o conceito de capital cultural. Esse capital refere-se aos códigos culturais, aos saberes ou bens culturais que o indivíduo vai adquirindo e à relação que ele mantém com esses conhecimentos (BOURDIEU, 2002c, p.74). O indivíduo demonstra a sua aquisição, através de conhecimentos, crenças e cultura que ele manifesta, diariamente. Essas práticas culturais vão formando a identidade, a percepção, evidenciando práticas próprias do grupo social no qual eles vivem.

De acordo com Bourdieu (2002c, p.74), o capital cultural pode existir sob três formas:

No estado incorporado, dá-se sob a forma de disposições duráveis do organismo, tendo como principais elementos constitutivos os gostos, o domínio maior ou menor da língua culta e as informações sobre o mundo escolar. [...] No estado objetivado, o capital cultural existe sob a forma de bens culturais, tais como esculturas, pinturas,

livros, etc. Para possuir os bens econômicos na sua materialidade é necessário ter simplesmente capital econômico, o que se evidencia na compra de livros, por exemplo. [...] No estado institucionalizado, o capital cultural materializa-se por meio dos diplomas escolares.

Para o autor, a família é a principal fonte de transferência de capital cultural, sendo que a aquisição desse capital cultural esta, diretamente, relacionada ao tempo e ao capital econômico disponibilizado à propagação do capital cultural para os integrantes da família, bem como na rentabilidade que esse investimento pode trazer. No entanto, no que diz respeito a criança ou adolescente abrigado, a falta de suporte para a obtenção do capital cultural por parte da família, faz com que essa principal fonte de transferência deste capital, seja direcionada pela instituição.

Sendo assim, o capital cultural incorporado para Bourdieu (2002c) exige a inculcação e assimilação, que custa tempo e deve ser investido, pessoalmente, pelo investidor e pode ser adquirido de maneira dissimulada e inconsciente e permanece marcado por suas condições primitivas de aquisição. Esse tipo de capital cultural pode ser acumulado até as capacidades de apropriação de um agente singular, além de depauperar e morrer com o seu portador.

Portanto, não basta ter o objeto, é necessário apropriar-se do conhecimento que esse carrega consigo e, para isso, é necessário investimento: econômico, de tempo, de oportunidades, entre outros.

De acordo com Silva, G. (1995, p.27), o capital social e cultural caminham juntos, reforçando-se, reciprocamente, sendo que “uma cultura só pode se tornar exclusiva com base na delimitação dos contatos sociais e estes, por sua vez, se formam e se perpetuam, a partir de uma base cultural”.

Como síntese, o capital social pode ser definido pelas redes de relações nas quais o indivíduo está inserido e o capital cultural são disposições incorporadas, objetivas e institucionalizadas que se obtém dessas relações. Há que se lembrar que, essa obtenção não é feita de forma explícita e, principalmente, tem origem na família e, posteriormente, na escola.

Nesse sentido, compreender como o *habitus* vai se estruturando diante dos diferentes capitais proposto na obra de Bourdieu, bem como as estratégias por eles utilizadas para viver dentro e fora da instituição, mostra-se, como desafio deste estudo no que diz respeito às contribuições de Bourdieu a este trabalho.



### 3.1.2 Erving Goffman e o estudo das instituições totais

Erving Goffman nasceu no Canadá em 11 de junho de 1922. No ano de 1945, obteve o grau de bacharel pela Universidade de Toronto, tendo realizado o mestrado e o doutorado na Universidade de Chicago, onde estudou tanto Sociologia como Antropologia Social. Em 1958, passou a integrar o corpo de professores da Universidade da Califórnia em Berkeley, tendo sido promovido a professor titular em 1962. Já no ano de 1968, ingressou na Universidade da Pensilvânia, onde foi professor de Antropologia e Sociologia. E, no dia 19 de Novembro de 1982, faleceu em Filadélfia, no Estado da Pensilvânia, nos Estados Unidos.

Atualmente, no cenário acadêmico e científico, é reconhecido como um dos autores mais influentes no contexto da sociologia moderna. Sua obra continua tendo um significativo impacto nas ciências sociais no Brasil, pois sua bibliografia está voltada para uma análise das representações do eu, das interações sociais e do mundo social dos internos das instituições totais.

Na compreensão e análise das trajetórias sociais dos sujeitos desta pesquisa, mostrou-se, pertinente, compreender a instituição na qual eles foram submetidos, durante seus percursos pessoais. Neste trabalho, referencio, fundamentalmente, a sua obra *Manicômios, Prisões e Conventos* (2003) buscando verificar as singularidades e as divergências entre as instituições totais e o funcionamento dos abrigos.

*Manicômios, Prisões e Conventos* é o resultado de uma pesquisa de três anos de estudos de comportamentos, em enfermarias dos Institutos Nacionais do Centro Clínico de Saúde, dos quais, um ano foi dedicado a um trabalho de campo no Hospital Elizabeths, em Washington, nos Estados Unidos.

É relevante compreender que o trabalho desenvolvido por Goffman, no qual, através de um estudo etnográfico, mergulhou no universo dos hospitais psiquiátricos e desvelou os mecanismos de funcionamento e despersonalização do eu, nestas instituições, corrobora para as reflexões sobre o abrigo, na medida em que traz características e regularidades no atendimento realizado pelas instituições.

Para tanto, faz-se necessário explicitar que, as instituições totais são caracterizadas por Goffman (2003, p.16-17) como sendo de cinco tipos distintos:

1. cuidar de pessoas que, segundo se pensa, são incapazes e inofensivas; nesse caso estão as casas para cegos, velhos, órfãos e indigentes.
2. cuidar de pessoas consideradas incapazes de cuidar de si mesmas e que são também uma ameaça à comunidade, embora de maneira não intencional; sanatórios para tuberculosos, hospitais para doentes mentais e leprosários.
3. proteger a comunidade contra perigos intencionais, e o bem-estar das pessoas assim isoladas não constitui o problema imediato: cadeias, penitenciárias, campos de prisioneiros de guerra, campos de concentração.
4. realizar de modo mais adequado alguma tarefa de trabalho, e que se justificam apenas através de tais fundamentos instrumentais: quartéis, navios, escolas internas, campos de trabalho, colônias e grandes mansões (do ponto de vista dos que vivem nas moradias de empregados).
5. servir de refúgio do mundo, embora muitas vezes sirvam também como locais de instrução para os religiosos; entre os exemplos de tais instituições, é possível citar abadias, mosteiros, conventos e outros clausuros.

Assim, o autor ainda ressalta que não é a inclusão de um elemento a que ele atribui como característica das instituições totais, que fará com que ela assuma o caráter de instituição total, mas sim “o fato dela apresentar, em grau intenso, muitos dos itens dessa família de atributos” (GOFFMAN, 2003, p.17). A intensidade e a ocorrência de vários destes atributos, que serão apresentados a seguir, é que darão, ou não, à instituição, a denominação de instituição total.

Para iniciar essa caracterização, Goffman (2003) afirma que, uma das particularidades da sociedade moderna é o fato das pessoas realizarem as atividades como dormir, brincar e trabalhar, em locais distintos, sendo que, em cada um destes ambientes, está sujeito a um tipo de autoridade e organização diferentes. No caso das instituições totais, o indivíduo tem “uma ruptura das barreiras que, comumente, separam essas três esferas da vida” (GOFFMAN, 2003, p.17). Ou seja, em uma mesma localidade são realizadas essas três atividades, com a presença de uma autoridade única, não sendo permitido qualquer grau de autonomia entre os indivíduos para realizarem qualquer ação que não esteja em consonância com aquelas, inicialmente, propostas pela instituição.

Essa autoridade garante que, um grande número de pessoas realizem, as mesmas atividades, de forma sistematizada e mecanizada, sendo que esses indivíduos recebem o mesmo tratamento, sendo “obrigados a fazerem as mesmas coisas em conjunto” (GOFFMAN, 2003, p.18). A padronização no tratamento e a

obrigatoriedade de participação de todos os institucionalizados garante, a princípio, um melhor controle e vigilância sobre os internos.

Goffman (2003, p.18) ressalta, ainda, que a característica de pessoas realizando as mesmas atividades em conjunto, de forma obrigatória e sob uma mesma vigilância, só pode ser visualizada nas instituições totais. Assim, ressalta que nessas instituições a,

[...] atividade principal não é a orientação ou inspeção periódica, [...] mas vigilância - fazer com que todos façam o que foi claramente indicado como exigido, sob condições em que a infração de uma pessoa tende a salientar-se diante da obediência visível e, constantemente.

Essa vigilância ocorre, através de uma *equipe de supervisão*, em menor quantidade que o *grupo de internados*. Nas relações estabelecidas entre os grupos dos que mandam e os que obedecem nas instituições totais, Goffman (2003, p.19) afirma que:

Cada agrupamento tende a conceber o outro através de estereótipos limitados e hostis - a equipe dirigente muitas vezes vê os internados como amargos, reservados e não merecedores de confiança; os internados muitas vezes vêem os dirigentes como condescendentes, arbitrários e mesquinhos.

Estes estereótipos criados, tanto pela equipe dirigente, como pelos internados, faz com que seja mantido o distanciamento entre os grupos. Com isso, “Desenvolve-se dois mundos sociais e culturais diferentes, que caminham juntos, como pontos de contato oficial, mas com pouca interpenetração” (GOFFMAN, 2003, p.19).

No funcionamento das instituições totais, quando os internados adentram a instituição, crê-se que ele traz consigo, o que Goffman (2003) denominou de “cultura aparente”. Esta cultura, imersa de preceitos e valores, que até então orientaram os internos nas suas vidas fora da instituição, passarão a fazer parte, também da vida no interior institucional. Ressalta o autor que, não é intenção da instituição total, promover uma “vitória cultural”, mas o embate e o conflito entre a cultura institucional e a cultura doméstica dos internos, que fará que a equipe dirigente mantenha uma “força estratégica no controle dos homens”.

O novato chega ao estabelecimento com uma concepção de si mesmo, que tornou possível, por algumas disposições sociais estáveis no seu mundo doméstico. Ao entrar, é imediatamente despido do apoio dado por tais disposições. Na linguagem exata de algumas de nossas mais antigas instituições totais, começa uma série de rebaixamentos, humilhações e profanações do eu. O seu eu é, sistematicamente, embora muitas vezes não intencionalmente, mortificado (GOFFMAN, 2003, p.24).

Essa mortificação do eu, acaba sendo impulsionada pela vida institucional, que priva o interno de qualquer contato com o mundo exterior. A falta de referências da vida doméstica, no interior das instituições, pela ruptura com o universo, anteriormente vivenciado, faz com que algumas cisões ocorridas com o mundo doméstico, jamais sejam reestabelecidas.

Assim, esse processo de mortificação, inicia-se através dos processos de admissão, em que confisca os bens que dão ao interno a sua identidade, aquilo que dá a ele referências a imagem que o interno faz de si mesmo.

[...] ao ser admitido numa instituição total, é muito provável que o indivíduo seja despido de sua aparência usual, bem como dos equipamentos e serviços com os quais a mantém, o que provoca a desconfiguração pessoal. Roupas, pentes, agulha e linha, cosméticos, toalhas, sabão, aparelho de barba, recursos de banho - tudo isso pode ser tirado dele ou a ele negando, embora alguns possam ser guardados em armários inacessíveis, para serem devolvidos se e quando sair (GOFFMAN, 2003, p.29).

Além desta forma de mortificação do eu, outras formas se manifestam no interior da instituição, seja através da submissão do corpo a certos “rituais” institucionais, o que o autor classifica como “indignidades” físicas (GOFFMAN, 2003, p.30) ou, através de “atos verbais de referência”, xingamentos, ressaltando algo que os dirigentes classificam como, características negativas dos internos.

No sentido, ainda, de apresentar como se expressa essa mortificação, Goffman (2003) apresenta três problemas: o primeiro confere a instituição o “poder” de destituir do indivíduo institucionalizado, a autonomia e liberdade para tomar decisões, considerando que o internado tem que renunciar, as suas vontades, através da “perda de decisão pessoal” (GOFFMAN, 2003, p.46). Outro problema encontrado refere-se a “justificativas para o ataque do eu” (Idem, p.47).

[...] as várias justificativas para a mortificação do eu são muito frequentemente simples racionalizações, criadas por esforços para controlar a vida diária de grande número de pessoas em espaço restrito e com pouco gasto de recursos.[...] as mutilações do eu ocorrem [...] mesmo quando o internado está cooperando e a direção tem interesses ideais no seu bem-estar” (GOFFMAN, 2003, p.48).

A fim de propiciar a ordem e a disciplina no desenvolvimento das atividades da instituição total, a equipe dirigente estabelece um sistema de privilégios, garantindo ao internado uma “fantasia de libertação” (GOFFMAN, 2003, p.51). É como uma espécie de momento de liberdade para realizar desejos ou, até mesmo, não sofrer privações que são impostas aos outros internados. Como destaca o autor:

O sistema de privilégios e os processos de mortificação, já discutidos, constituem as condições a que o internado precisa adaptar-se. Tais condições permitem diferentes maneiras individuais de adaptação, além de qualquer esforço de ação subversiva coletiva. O mesmo internado empregará diferentes táticas de adaptação em diferentes fases de sua carreira moral, e pode alternar entre diferentes táticas ao mesmo tempo (GOFFMAN, 2003, p.59).

Neste sentido os internos criam mecanismos de adaptação no meio institucional para garantir no seu cotidiano, o beneficiamento por este sistema de privilégios.

No que diz respeito ao sistema de privilégios, o autor direciona para quatro estratégias de obtenção de tais benefícios. Em primeiro lugar aponta para o “afastamento da situação” (GOFFMAN, 2003, p.59), em que, “o interno, aparentemente, deixa de dar atenção a tudo, com exceção dos acontecimentos que cercam o seu corpo, e vê tais acontecimentos em perspectiva não empregada pelos outros que aí estão” (Idem, p.59). Ou seja, o interno se exime de qualquer atitude de resistência, o embate às imposições institucionais, gerando, assim, um comportamento de submissão passiva, ao que é imposto na instituição. Isso faz com que, seu comportamento seja alvo de premiações por contribuir a disciplina e ordem institucional.

Em segundo lugar, aponta para a “tática de intransigência”, em que, “o interno, intencionalmente, desafia a instituição ao, visivelmente, negar-se a cooperar com a equipe dirigente” (Idem, p.60). Assim, Goffman (2003, p.60) destaca que:

A rejeição constante a uma instituição total, muitas vezes, exige orientação constante para sua organização formal e, por isso, paradoxalmente, um tipo profundo de participação no estabelecimento. De forma semelhante, quando a equipe dirigente aceita a tática de que o internado intransigente deve ser vencido [...], a instituição mostra com relação ao rebelde, uma devoção tão especial quanto ao que o rebelde manifestou com relação a ela.

Assim, depois de passado esse primeiro momento de resistência, o interno tende a se afastar destas situações conflituosas com a instituição ou, estrategicamente, a procurar novas formas de adaptação.

Uma terceira estratégia exemplificada pelo autor, refere-se a colonização: “o pouco do mundo externo, que é dado pelo estabelecimento, é considerado pelo internado como o todo e uma existência estável, relativamente, satisfatória, é construída com o máximo de satisfações possíveis na instituição” (GOFFMAN, 2003, p.60).

A experiência do mundo externo é usada como ponto de referência para demonstrar como a vida no interior da instituição é desejável, e a usual tensão entre os dois mundos se reduz de maneira notável; também se reduz nitidamente o esquema de motivação baseado na discrepância percebida, e que descrevi como peculiar às instituições totais. Geralmente o indivíduo que aceita essa tática pode ser acusado, pelos outros internados, de “ter encontrado um lar” ou de “nunca ter tido nada melhor”.

Assim, visualiza-se nos internos, que adotam essa estratégia para adentrar no universo dos privilégios institucionais, uma postura de referenciar-se ao que foi vivido ou deixado por ele no mundo externo, para “justificar” a sua satisfação em relação ao que é vivenciado por ele dentro da instituição.

Em relação à quarta e última estratégia, a qual o autor denominou de “conversão”, refere-se ao interno representar o “papel de internado perfeito” (GOFFMAN, 2003, p.61). Com isso, o internado mostra-se sempre disposto a obedecer e incorporar o que a instituição acata, como ideal, mostrando-se sempre a disposição da equipe dirigente. Para exemplificar esse tipo de tática, o autor utiliza os membros dos quartéis, em busca de promoções, que tendem a mostrar “satisfação” ao que é imposto pelos superiores, nos presídios, os “dedo-duros,” que informam à equipe dirigente, os acontecimentos que ocorrem entre os internados.

Tanto o processo de mortificação do “eu”, quanto o sistema de privilégios, devem ser encarados como situações, que compõem a adaptação do internado à

instituição total.

Diante das arbitrariedades cometidas pelas instituições totais, para a mortificação do eu, na justificativa de manter um maior número de pessoas sob a disciplina e a ordem, bem como as estratégias de adaptação ao mundo institucional, verifica-se que o momento de saída destas instituições, é marcada por uma série de questionamentos. Um deles, segundo o autor é: “Será que posso me sair bem lá fora? (GOFFMAN, 2003, p.66). Nesta direção, há uma preocupação da instituição em, propiciar aos internos, “a reabilitação, isto é, com o restabelecimento dos mecanismos auto-reguladores do internado, de forma que, depois de sair, manterá, espontaneamente, os padrões do estabelecimento (Idem, p.67).

Nesse sentido, espera-se que o interno tenha incorporado estes mecanismos de autocontrole, que foram inculcados durante a sua permanência na instituição, “facilitando” a sua vida no mundo externo. Assim, há uma tendência de, conforme o passar do tempo, após o período de desinstitucionalização, que os ex-internos percebam, como legítimas, as práticas vivenciadas no interior da instituição total, deixando de lado os sentimentos de injustiça, amargura e alienação.

No entanto, há uma diferenciação que deve ser explicitada, no que diz respeito ao tipo de instituição total vivenciada e o momento de saída. O status social da instituição será determinante na relação em que se estabelecerá entre, o interno e a instituição, após o desligamento.

Quando o *status* é proativo é relativamente favorável, - tal como ocorre com os que se formam em internatos de elite, escola para formação de oficiais, conventos aristocráticos, etc. - podemos esperar reuniões oficiais de júbilo, com proclamações de “orgulho” pela escola. Quando o *status* proativo é desfavorável, - tal como ocorre com os que saem de prisões ou hospitais para doentes mentais - podemos empregar o termo “estigma”, e esperar que o ex-internado faça um esforço para esconder seu passado e tente “disfarçar-se” (GOFFMAN, 2003, p.68).

Ou seja, ter vivenciado uma instituição total que se revela prestigiada pelo mundo externo, fará com que o ex-interno tenha orgulho do tempo e da permanência na instituição. E aquelas em que o prestígio externo é desvalorizado, tende o interno a querer esconder o período em que ficou institucionalizado para não sofrer com o

estigma<sup>5</sup> de ter pertencido a instituição.

Desta forma, ao compreender os processos e as vivências a que são submetidos os internos das instituições totais, verificamos características nos atendimentos oferecidos e que estes estão ligados comumente a:

[...] tendência ao "fechamento" simbolizado pela barreira à relação social com o mundo; as atividades controladas por horários; o controle das necessidades humanas; o sujeito com uma "cultura aparente" até o momento da admissão na instituição, quando ocorrem os processos de "programação" e "enquadramento" na máquina administrativa, com os residentes renunciando à sociabilidade; a perda de comodidade material refletindo na perda de escolha pessoal e a "mortificação" ou "mutilação" do eu, o que geralmente gera uma aguda tensão psicológica inicial (AMORIM et al., 2010, s/p).

Nesse contexto é que, a obra de Goffman (2003), poderá ajudar a compreender o que os abrigos trazem em seu funcionamento das instituições totais, bem como, o próximo referencial escolhido, ajudará a compreender os efeitos causados a crianças e adolescentes, que foram privados do convívio da família e as limitações em relação ao convívio social.

### **3.1.3 Os efeitos da ausência do convívio familiar: Winnicott e as contribuições da psicanálise**

Donalds W. Winnicott nasceu em Plymouth, em 1896. Começou sua carreira como pediatra clínico do Paddington Green Children's Hospital, em Londres, onde trabalhou durante quarenta anos, aproximadamente, período em que atendeu milhares de crianças. Durante os anos de guerra trabalhou como consultor psiquiátrico de crianças, que tinham sido evacuadas de Londres e outras cidades grandes e separado de suas famílias.

Quando a Inglaterra optou pela evacuação das crianças de Londres, Winnicott assumiu o cargo de Consultoria de Evacuação e "teve de enfrentar, de um modo concentrado, a confusão gerada pela desintegração maciça da vida familiar e teve de vivenciar o efeito da separação e perda - e da destruição e morte" (WINNICOTT,

---

<sup>5</sup> O autor aponta para as características sociológicas do estigma como: "um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social cotidiana possui um traço que pode-se impor à atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus" (GOFFMAN, 1988, p. 14).



2005, p.2).

Winnicott pode ser considerado como um dos maiores psiquiatras e psicanalistas, que trataram, especificamente, do universo infantil. No caso das contribuições de seu legado de pesquisa a este estudo, suas considerações sobre os efeitos da privação ao convívio familiar e, como isto tende a se manifestar no comportamento dos sujeitos desta pesquisa, são importantes para, enfim, contemplar a complexidade das análises deste estudo.

Não é minha intenção, nesse trabalho, trazer as categorias da psicanálise como abordagem de análise. Compreendendo a contribuição de Pierre Bourdieu e Erving Goffman a esta pesquisa, limitei-me a garantir que, os aspectos psicológicos dos efeitos da ausência e da perda do contato com familiares, fossem abordados, porém direcionados, especificamente, para a proximidade em que se apresentam os estudos de Winnicott, nos campos de evacuação e a situação de abrigo de crianças e adolescentes.

Assim, para explicitar o que foi o trabalho de Winnicott nos campos de evacuação, sua esposa Clarice Winnicott (2005, p.XII), traz, na Introdução do livro *Privação e Delinquência*, as seguintes considerações:

A experiência de evacuação teve um efeito profundo em Winnicott, pois teve de enfrentar, de um modo concentrado, a confusão gerada pela desintegração maciça da vida familiar, e teve de vivenciar o efeito da separação e da perda - e da destruição e da morte. As reações pessoais sob a forma de comportamentos bizarro e delinquente tiveram que ser controladas, circunscritas e gradualmente compreendidas por Winnicott, trabalhando com uma equipe local. As crianças com quem ele trabalhou tinham chegado ao fim da linha; não tinham mais para onde ir, e como mantê-las tornou-se a principal preocupação de todos os que tentavam ajudá-las.

Utilizarei o livro *Privação e Delinquência* (2005), para sustentar as contribuições do autor a esta pesquisa. De forma sucinta, o livro organiza-se da seguinte forma: nos capítulos iniciais traz o envolvimento clínico de Winnicott (2005) na guerra e, posteriormente, a descrição dos efeitos da destituição familiar. Em seguida, concentram-se os artigos que tratam de ideia sobre as origens da tendência antissocial. Posteriormente, são apresentados os diferentes tipos de disposições sociais, que são necessárias ao tratamento das crianças e, para finalizar, apresenta artigos sobre terapia individual e o seu uso no trabalho com crianças que sofreram privação familiar nos tempos de guerra.

É importante destacar que, este livro fora organizado após a morte de Winnicott, e os artigos contidos nele, alguns inéditos, e outros pertencentes a outros livros ou artigos de revistas especializadas.

As primeiras considerações importantes sobre a obra de Winnicott (2005) diz respeito a separação de crianças menores de cinco anos de seus familiares. Considerando que, no período de guerra, inúmeras crianças foram retiradas de suas famílias e entregues a outras, em lugares mais distantes, e longe do fogo cruzado da guerra, ele aponta para a diferença em se retirar do lar crianças com tão pouca idade:

A interferência na vida de uma criança pequena implica em perigos que quase não existem no caso de crianças mais velhas. A evacuação de crianças mais velhas tem sido suficientemente bem-sucedida para mostrar, se já não soubesse antes, que muitas crianças acima de cinco anos podem suportar a separação do lar e até beneficiar-se disso. Disso não se pode concluir que a evacuação de crianças menores, sem duas mães, possa ter o mesmo êxito ou isenta de perigo (WINNICOTT, 2005, p.9).

Neste sentido, o autor aponta que estudos anteriores, já demonstravam que, períodos prolongados longe do contato com a mãe e com os familiares, as crianças menores de cinco anos, estatisticamente, elevam a probabilidade de a criança desenvolver uma tendência antissocial, tendo assim maiores possibilidades de desenvolver distúrbios psicológicos.

Assim, não se exclui que estes efeitos da ausência do convívio familiar não se apliquem às crianças maiores de cinco anos. O que se deve considerar é que, os efeitos sobre ela, são mais intensos, do que nas crianças de maiores de cinco anos.

É bem possível para uma criança de qualquer idade, sentir-se triste ou perturbada ao ter que deixar o lar, mas o que desejamos sublinhar é que, no caso de uma criança menor, essa experiência pode significar muito mais do que a experiência real de tristeza (WINNICOTT, 2005, p.10).

As crianças, de uma forma geral, apresentam comportamentos previsíveis, quando permanecem prolongados períodos longe do convívio familiar. Winnicott (2005) considera que, a criança tem uma capacidade de manter viva, dentro de si, por pouco tempo, a pessoa que ama quando não se tem possibilidades de convívio.

Uma criança tem uma capacidade limitada para manter viva a ideia de alguém que é amado, quando não existe a oportunidade para ver e falar com essa pessoa, e aí está o verdadeiro problema. Durante alguns dias, ou mesmo semanas, tudo ocorre bem, e então a criança acha que não consegue sentir que sua mãe é real, ou apegar-se a ideia que algo de ruim irá acontecer, de algum modo, ao pai, a mãe e aos irmãos ou irmãs. Essa ideia se instala em sua mente. [...] Pior do que isso, depois de algum tempo poderá descobrir que não tem nenhuma espécie de sentimento forte. Toda a sua vida experimentara sentimentos de amor, e acabara por confiar neles, tendo-os como ponto pacífico e encontrando neles uma referência. Não sabe que se recuperará se conseguir esperar. Talvez haja algum ursinho de pelúcia, ou boneca, ou peça de vestuário resgatada em casa, em relação ao qual a criança continua tendo alguns sentimentos, e isso, torna, por conseguinte, tremendamente importante pra ela (WINNICOTT, 2005, p.44).

Assim, pode-se perceber que, a recuperação dos sentimentos e vínculos em relação a família, está condicionada, principalmente, aos fatores de tempo e precocidade da separação. Ou seja, quanto maior for o período de separação e menor idade cronológica, verificar-se-á uma tendência maior de dificuldades no restabelecimento dos vínculos.

Quando se considera a separação e os seus efeitos na vida de crianças e adolescentes, Winnicott (2005) fará consideração sobre o que ele denominou de, “psicologia da reação à perda”, sendo que é importante definir que

como base teórica a quem trabalha com crianças, que sofreram a privação, é que a doença não resulta da própria perda, mas da ocorrência da perda em um estágio do desenvolvimento emocional da criança ou bebê ainda não são capazes de uma reação madura a ela (WINNICOTT, 2005, p.149).

Neste sentido, quando a criança consegue vivenciar o luto, buscando vivificar dentro de si aquilo que foi perdido, ela consegue recuperar a capacidade de ser feliz, com base na capacidade de fazer com que, essa pessoa ou esse objeto perdido, consiga readquirir vida. Porém, este processo irá depender, como dito anteriormente, de um amadurecimento de cada criança para a elaboração deste processo de luto.

Para que esta criança, consiga ter um amadurecimento para enfrentar esse processo de luto, pela ausência ou perda das relações familiares, é necessário um ambiente que favoreça o seu amadurecimento para lidar com a situação. Porém, um ambiente saudável, por si só, não garantirá que a criança ou o adolescente passe

por este processo sem maiores sofrimentos. É preciso que se garanta que, a criança vivencie os sentimentos que acompanham a perda e, assim, possa criar mecanismos de superação.

Muitas vezes, quando as crianças não conseguem passar por esta situação de perda, de forma saudável, a mesma pode resultar em condutas antissociais e, sobre isso Winnicott (2005, p.201) afirma que:

Os sintomas anti-sociais são tentativas de recuperação ambiental e indicam esperança. Fracassam, não por serem dirigidas de modo errado, mas porque a criança não tem consciência do que está acontecendo. A criança anti-social necessita, portanto, de um ambiente especializado, que possua um objetivo terapêutico e seja capaz de dar uma resposta fundamentada na realidade à esperança que se expressa através dos sintomas. Isso, entretanto, tem que ser feito por um longo período, [...]a criança também tem que adquirir confiança no novo ambiente, em sua estabilidade e capacidade para objetividade, antes que as defesas possam ser abandonadas - defesas contra a ansiedade intolerável que é sempre suscetível de ser reativada por uma nova privação.

Portanto, o novo ambiente que se apresenta como alternativa, a perda ou a ausência das relações familiares, deve contemplar que se propicie à criança, confiança, estabilidade e capacidade de situar-se na sua nova realidade.

Nesse sentido, o autor fez um alerta sobre quais os reais objetivos das instituições, que recebiam essas crianças privadas das relações familiares durante a guerra.

Os objetivos são, em primeiro lugar, prover teto, comida e roupa a crianças que foram negligenciadas; em segundo lugar, criar um tipo de vida em que as crianças tenham ordem em vez de caos; e, em terceiro lugar, impedir, para o maior número possível de crianças, a ocorrência de um choque com a sociedade, até que se soltem ao mundo [...] (WINNICOTT, 2005, p.207).

O autor critica esse posicionamento das instituições, por considerar, apenas, as necessidades de sobrevivência e controle das crianças. É preciso que se perceba os múltiplos fatores que estão presentes em suas vidas e, de que forma a instituição poderá contribuir para o amadurecimento e autonomia, dentro do contexto institucional, durante a guerra.

Uma das respostas à reação de uma criança, que sofre algum tipo de privação, por algum motivo, pode ser explicitado por Winnicott (2005) quando aponta

para os tipos possíveis de respostas: furto, mentira, reclamações contundentes e destruição, tentando forçar o ambiente a reconstruir o quadro de referência.

Essa busca de reconstrução de um quadro de referência precisa ser alimentada e oportunizada às crianças, que se encontram afastadas do convívio familiar. Por isso, ressalte-se que, as instituições, que tem essas crianças aos seus cuidados, precisam oportunizar situações de valorização e resgate destas referências.

Embora os estudos de Winnicott (2005) tenha se voltado a um cenário específico de guerra, suas contribuições permitem, visualizar uma série de regularidades de comportamento de crianças, que perderam, definitivamente, ou provisoriamente, o convívio com a família. Para esta pesquisa, é importante considerar o papel da instituição, em oportunizar que estes comportamentos sejam vistos como passíveis de atenção, do ponto de vista psicológico, e não, simplesmente, como simples atitudes de resistência a institucionalização.

Assim, ao final das considerações que me propus apresentar sobre as contribuições ao marco teórico desta pesquisa, procurando evidenciar quais aspectos, de cada autor e obra, contribuirão para as análises das trajetórias, apresento, no próximo item, os caminhos percorridos por esta pesquisa, evidenciando o percurso para a obtenção das autorizações que eram necessárias ao andamento deste estudo.

### 3.2 CAMINHOS PERCORRIDOS

Quando idealizei esta pesquisa, nos anos finais da minha graduação em Pedagogia, não measurei a dimensão do seu alcance e as dificuldades que enfrentaria durante esse percurso. Pretendo aqui demonstrar que, além de vontade e indagações do pesquisador, foi preciso que houvesse uma rede de colaboração para a viabilização da mesma, pois sem ela, não teria chegado a conhecer as pessoas e as histórias que apresento nesse estudo.

Hoje, depois de percorrido o caminho, percebo que foi necessário e que, constitui, também, o corpo desse trabalho. Não como mérito de desafios transpostos, mas como fonte de informação, pois fazer pesquisa em educação social requer muito mais do que questionamentos, exige do pesquisador, persistência em receber 'não', 'volta mais tarde', 'liga depois', como outras justificativas que recebi,

durante todo esse percurso.

Refleti muitas vezes que, talvez um estudo teórico, uma revisão de literatura seria o suficiente para o término do mestrado e o reconhecimento do título de mestre. Não menosprezando os estudos teóricos, ou de revisão de literatura, esses por sua vez, contribuíram, imensamente com esta pesquisa, mas aos poucos, fui percebendo que o que eu queria, não era apenas um título e que este, não deveria ser o objetivo a que estava me propondo. O título era a consequência de uma dúvida social, que fora gerada durante uma experiência e que, assim como eu, inúmeras pessoas tinham e tem e o término desse estudo, nos moldes em que foi concebida, era um compromisso social e que cabia a mim desvelar algumas respostas.

No ano de 2010, assim que ingressei no Mestrado em Educação/CPAN/UFMS, iniciei as minhas preocupações em relação a, como conseguiria identificar e encontrar os sujeitos.

A cidade em que realizo este estudo possui, apenas uma instituição de abrigo de adolescentes e atende a faixa etária de 12 a 17 anos e 11 meses. Em março deste mesmo ano fui até esta instituição dialogar com o responsável para saber quais os procedimentos que eu deveria realizar para ter acesso aos prontuários e, assim conseguir identificar os jovens que completaram 18 anos na instituição e que foram desligados por maioridade.

No primeiro contato com a instituição fui recebida pela coordenadora e, inicialmente, informei-lhe sobre os objetivos da pesquisa e, em seguida, solicitei informações sobre as autorizações que necessitaria para dar prosseguimento ao estudo. A mesma indicou que, para ter acesso aos prontuários, seria necessária a autorização do Secretário Municipal de Assistência Social e Cidadania e, assim que estivesse com o documento em mãos, poderia retornar para ter acesso aos prontuários.

Em novembro de 2010, após o término da disciplina Seminário de Pesquisa I, fora exigido que os projetos de mestrado fossem cadastrados na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação (PROPP) e no Sistema Nacional de Informações sobre Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos (SISNEP). Assim, para o segundo cadastro, seriam necessárias as autorizações, bem como o modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o roteiro de entrevistas.

Naquela semana, encaminhei ao Secretário Municipal de Assistência Social e Cidadania a autorização para o acesso aos prontuários, mas devido a sua

indisponibilidade, o documento fora assinado pela gerente de ações sociais do município. Após a assinatura, a gerente informou que eu não teria acesso aos prontuários das crianças e adolescentes, pois neles havia informações de justiça, às quais eu não poderia ter acesso. Em seguida, solicitou via telefone ao abrigo, uma lista com o nome dos adolescentes, que permaneceram no abrigo até os 18 anos e que foram desinstitucionalizados, por maioria.

Novamente, no abrigo, iniciei uma conversa com a coordenadora<sup>6</sup>, que informou que não poderia disponibilizar lista com o nome dos adolescentes, pois ela estaria infringindo seus direitos de não serem localizados, sendo os seus dados confidenciais. Em seguida, informou que, para eu ter acesso aos prontuários, eu teria que ter a autorização da juíza da Vara da Infância e Adolescência.

Para o encaminhamento da autorização ao juiz, foi enviado um ofício assinado pelo diretor do Campus da Universidade Federal, compreendendo a função da aquiescência da instituição, neste momento. Diante da resposta positiva da juíza responsável, acreditei ser necessária, a exposição do seu parecer, pois naquele momento, deram-me animo para dar os próximos encaminhamentos à pesquisa:

Ante os fundamentos apresentados e vislumbrando interesse social no estudo, contudo, com as ressalvas no texto destacadas (ênfase na necessidade de sigilo), DEFIRO o pedido, autorizando a pesquisar junto a Casa de Acolhimento nos moldes pleiteados.

Na expressão, 'vislumbrando interesse social', visualizei o reconhecimento que eu desejava que os envolvidos tivessem para a obtenção da autorização, naquele momento: a visão de que os resultados deste estudo, eram de interesse social e não particular. Assim, o parecer deu-me a possibilidade de execução da pesquisa, bem como perspectivas de conclusão nos moldes a que foi concebida inicialmente.

Em posse do referido documento retornei ao abrigo e, nesta visita, foi disponibilizada pela coordenadora, uma lista com o nome de quatro jovens que haviam sido desligados do abrigo, por maioria, entre os anos de 2006 e 2010, conforme eu havia solicitado. Nela constava que saíram, nesse período, três

---

<sup>6</sup> É importante ressaltar que, neste momento da pesquisa, a coordenadora do abrigo não era a mesma com a qual iniciei a conversa em março de 2010. Ou seja, a pessoa que instruiu-me inicialmente quanto a autorização, não estava mais na instituição. Isso parece sinalizar para uma rotatividade entre os coordenadores, suscitando questionamentos quanto à continuidade no trabalho educativo realizado na instituição.

adolescentes do sexo masculino e uma adolescente do sexo feminino. Vinculado ao nome de cada adolescente havia a data de nascimento, a data do desabrigamento, a localização da nova residência e o membro da família que o adolescente fora encaminhado, no dia do desligamento.

Não tendo a certeza de serem apenas aqueles quatro adolescentes, a coordenadora disponibilizou todos os prontuários de atendimentos da instituição, durante estes mesmos quatro anos, deixando-me a vontade para manuseá-los e, realizar a identificação de outros jovens que, possivelmente, não foram contemplados na lista entregue por ela.

Diante de novos possíveis dados para esta pesquisa, solicitei à coordenadora que, disponibilizasse algumas informações contidas nos prontuários, respeitando o sigilo e a identificação dos adolescentes egressos da instituição. E assim, prontuário por prontuário, registrei informações como: idade em que passou pela instituição, data de entrada, motivo de entrada, data de saída e motivo de saída, procurando, nesse momento, traçar o perfil do atendimento, bem como recuperar as experiências de institucionalização, levando-se em consideração os dados acima citados.

Cabe aqui ressaltar que, assim como em outras pesquisas que utilizam os prontuários de crianças e adolescentes que vivem em instituições de abrigo, também foi uma constante a falta de um registro sistematizado e organizado das informações. No caso específico deste estudo, em todos os campos selecionados para a coleta, ora de um, ora de outro prontuário, havia a ausência de informações.

Para a inclusão dos adolescentes nesta pesquisa, inicialmente, delimiti alguns critérios para a delimitação de amostra, pressupondo que haveria um número mais expressivo de adolescentes, que haviam sido desinstitucionalizados. Estes critérios, basearam-se em jovens: (a) que vivenciaram o processo de desabrigamento, de 2006 a 2010, por maioria no abrigo de adolescentes; (b) que vivenciaram grande parte de sua vida em abrigos; (c) que fosse possível encontrá-los nos endereços indicados em seus prontuários ou indicado pelos ex-vizinhos, parentes e/ou funcionários da instituição; (d) que desejassem fazer parte deste estudo.

Após a identificação dos possíveis sujeitos, foi verificado que o período de permanência na instituição, não correspondia a necessidade do item b deste estudo. Inicialmente, gostaria de garantir à pesquisa, que os sujeitos tivessem sido institucionalizados na primeira infância e permanecido suas vidas no interior da



instituição, até a maioria. Porém, devido às próprias características da cidade, campo empírico deste estudo, e dos atendimentos realizados no abrigo, e que, em grande parte, mostra-se como uma instituição de passagem, com breves períodos de permanência, fora preciso, nesse momento, considerar que os critérios, inicialmente, propostos no projeto de pesquisa fossem reorganizados.

Isso não se tornou um *obstáculo epistemológico* (BACHELAR, 2005) para a pesquisa, pois foi constatado que, embora não houvesse sujeitos que passaram a maior parte de suas vidas institucionalizados, o tempo de permanência na instituição atendia às necessidades deste estudo, pelo menos para dois dos possíveis sujeitos.

Neste sentido, apresento agora o processo de localização dos sujeitos desta pesquisa. Inicialmente, em posse do endereço de quatro jovens, empreendi esforços para localizar o maior número possível, e assim selecioná-los, de acordo com os critérios estabelecidos e que atendessem aos objetivos desta pesquisa.

### 3.3 COMO AGULHAS NO PALHEIRO

Ao término da etapa de levantamento dos dados dos prontuários, empreendi novos esforços para localizar os sujeitos desta pesquisa. Eu tinha em mãos, o nome e o endereço de quatro possíveis sujeitos, e que, a princípio, esta quantidade me afligia, pois na minha primeira visita ao abrigo no início de 2010 a coordenadora informou que, normalmente, eles mudavam de endereço ou cidade e que o próprio abrigo não tinha informações sobre eles, pois o compromisso do abrigo era acompanhá-los por três meses, após o seu desligamento.

Em fevereiro de 2011, de posse da lista, iniciei a busca pelos endereços, pois três deles não faziam parte da área central da cidade. O primeiro endereço encontrado localizava-se na periferia, em um bairro bastante afastado do centro. Ao conversar com a pessoa que me recebeu, a avó da jovem, fui informada que a mesma havia se mudado, pois estava com um bebê recém-nascido. A avó expressou certa resistência às respostas e desconfiança. Disse que não sabia informar qual era o endereço atual da jovem.

Neste mesmo dia, prossegui. Dirigi-me a mais um endereço. Este localizava-se em um bairro mais próximo à área central da cidade e foi, facilmente, encontrado. Logo fui atendida por três pessoas, sendo uma avó e os outros sem identificação de parentesco com o jovem. Todos apresentavam sinais de embriaguez, tendo

dificuldade em entender e responder às perguntas que lhes foram feitas.

A avó prontamente me atendeu dando informações sobre a pessoa que eu estava procurando. Informou que o jovem não estava no momento, e que ele estava no pronto-socorro, cuidando de um tio que havia entrado em coma alcoólico. Perguntou se eu era da assistência social e que a assistente já tinha ido lá algumas vezes.

Neste momento, percebi como é difícil, para o pesquisador, manter a neutralidade diante de situações que são vivenciadas durante a pesquisa. Foi impossível, naquele momento, não ficar abalada com uma condição de vida tão contraditória e tão distante daquela que eu experimentei durante a minha vida. Além de me fazer refletir, quão perverso é o sistema, que devolve o jovem ao convívio familiar, sem que tenham sido dadas as condições de reestruturação das condições humanas e materiais para que retornasse ao seu estado anterior.

Passadas algumas semanas, retornei ao bairro dos possíveis sujeitos, ainda não identificados. Naquele dia consegui localizar um possível participante que, também me indicou onde morava a jovem que a avó havia negado tal informação. Naquele momento, informei sobre os objetivos da pesquisa e da importância dele me conceder uma entrevista e que essa, por sua vez, seria gravada em áudio. Caso ele aceitasse participar, agendaríamos a entrevista em horário e local que não trouxessem prejuízos às atividades dele. Diante das informações apresentadas, ele aceitou e, de imediato, foi feito o agendamento. Vale esclarecer que o mesmo procedimento foi tomado ao falar com a jovem que, também, aceitou participar dessa pesquisa.

Até este momento da pesquisa, já havia encontrado e agendado a entrevista com dois sujeitos e localizado o terceiro, porém sem conseguir contatá-lo, pessoalmente. O quarto possível sujeito desta pesquisa não foi localizado, devido as informações pouco precisas sobre o endereço fornecido pelo abrigo, no período de coleta dos dados dos prontuários.

Como desafio, faltava conversar, ainda, com o jovem que não havia sido localizado. Com mais tranquilidade, durante a semana seguinte, fui novamente até a sua casa e, assim, como havia feito, anteriormente, com os dois jovens encontrados, informei sobre os objetivos da pesquisa e da necessidade da concessão de uma entrevista, e que os dados seriam sigilosos e a sua identidade, preservada, não havendo qualquer tipo de identificação. Em qualquer etapa do estudo, ele poderia

solicitar acesso, aos profissionais responsáveis pela pesquisa, para esclarecimento de eventuais dúvidas. Diante dos argumentos expostos, ele aceitou participar e conceder a entrevista.

Feito este percurso, acredito ser pertinente, neste momento, a identificação dos participantes com seus nomes fictícios, dando-lhes um status para além de possíveis sujeitos. São eles: Jonas, Janaína e Tomás.

No item acima, iniciei a explicação sobre a os critérios de inclusão dos sujeitos para esta pesquisa. Conforme dito, anteriormente, dois critérios propostos, como a precocidade de institucionalização e tempo de permanência na instituição foram atendidos por dois sujeitos. Jonas e Janaína foram institucionalizados aos 12 anos, tendo permanecido na instituição até os 18 anos de idade, totalizando seis anos de vivencia no abrigo. Desta forma, compreende-se que, o tempo de seis anos, foi suficiente para contribuir para a formação de sua identidade e percepções, evidenciando a incorporação de práticas próprias da instituição, na qual eles viveram.

No entanto, o terceiro sujeito desta pesquisa, fora institucionalizado aos 16 anos, tendo permanecido por um ano e seis meses no abrigo. A princípio, Tomás não atenderia aos critérios de inclusão como sujeito deste estudo, já que o critério tempo e precocidade não estariam sendo atendidos. Assumi a responsabilidade de inclui-lo, por compreender que a sua história merecia não ser silenciada. E aqui, como critério e justificativa de inclusão da sua trajetória social como objeto desse estudo, contemplei o critério de situação de vulnerabilidade social, durante o seu percurso pessoal, que o fez ser encaminhado ao abrigo.

As contribuições para os estudos sobre os efeitos de longos períodos de institucionalização, é que, além das variáveis de tempo e precocidade, é preciso também, que se considere a variável de situação de vulnerabilidade, pois considerando as limitações da amostra deste estudo, foi possível perceber que o sujeito, com menor tempo de institucionalização, apresentou a interiorização de condutas e comportamentos institucionais, com igual ou maior intensidade, do que aqueles que permaneceram mais anos na instituição. Portanto, a falta de referências familiares e condições sociais e econômicas, a qual o sujeito pudesse referendar-se no seu cotidiano no abrigo, possibilitou a incorporação, com maior intensidade das regras e valores da instituição.

No item a seguir, e como finalização deste Capítulo sobre o percurso da

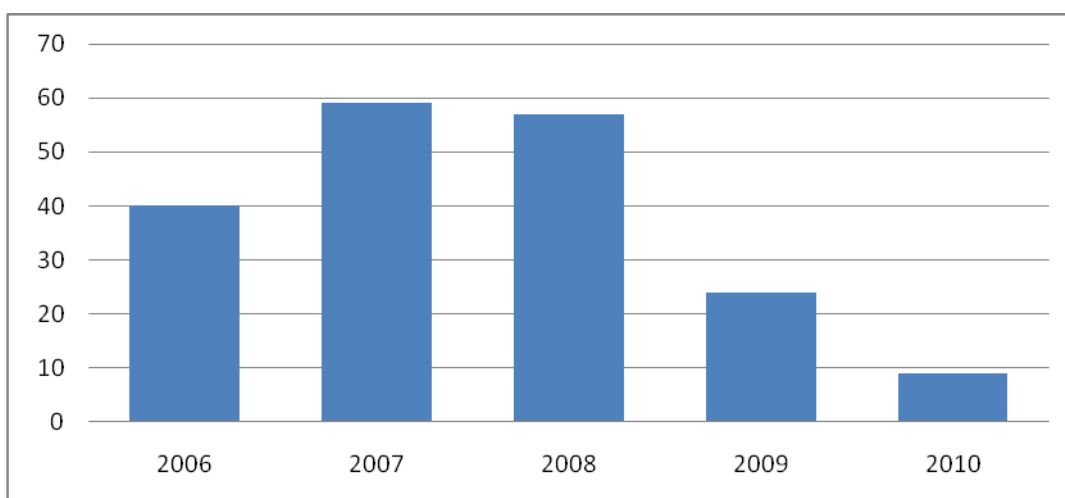
pesquisa, apresento os dados dos prontuários que foram coletados durante as visitas ao abrigo para localização dos sujeitos.

### 3.4 ESTUDO PRELIMINAR: O QUE OS PRONTUÁRIOS REVELAM

Os dados apresentados a seguir, correspondem aos prontuários de crianças e adolescentes, que estiveram no abrigo dos 12 a 17 anos e onze meses (salvo as exceções, no caso de irmãos menores de 12 anos), do qual tive acesso, mediante autorização do juiz da Vara da Infância e Adolescência. Estes atendimentos correspondem ao período de 2006 a 2010, data de início das atividades dessa instituição.

Em relação aos quatro anos de atendimento, realizados nessa instituição, foram totalizados 189 prontuários de entrada de crianças e adolescentes. Destes atendimentos, 62 (32%) correspondem ao sexo masculino e, 127 (68%) ao sexo feminino. Esse dado difere, do dado nacional, apontado pelo IPEA (2003, p.04) que demonstra que, a maioria das crianças e adolescentes abrigados no Brasil (58,5%) e na região Centro-Oeste é do sexo masculino.

No que diz respeito à quantidade de atendimentos, em relação ao tempo de funcionamento dessa instituição, percebemos uma considerável redução, a partir do ano de 2009. No primeiro ano de atendimento, em 2006, foram localizados 40 prontuários; em 2007, um total de 59 registros; em 2008, totalizou-se 57 pastas; em 2009, um total de 24 formulários e, em 2010, com 9 registros de atendimentos, conforme pode ser verificado no gráfico a seguir.

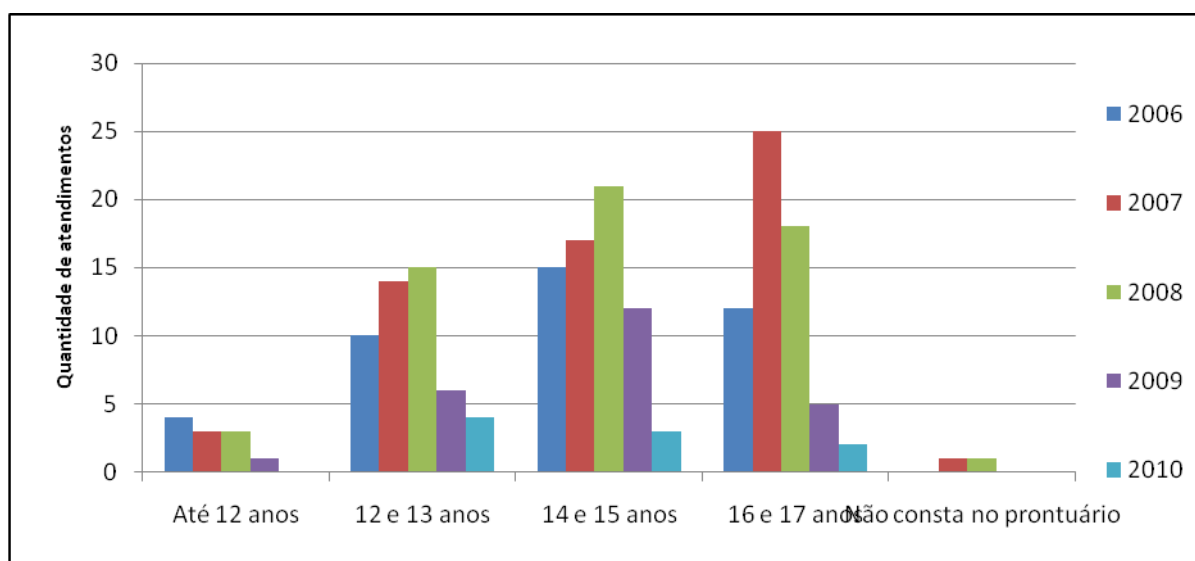
**Gráfico 01 - Quantidade de atendimentos realizados (2006 a 2010)**

Fonte: Prontuários de atendimento no abrigo de adolescentes realizados entre os anos de 2006 e 2010.

Seria necessário, um estudo mais aprofundado, levando-se em conta outras informações para as análises destes gráficos, o que não é objetivo da minha pesquisa. No entanto, gostaria de ensaiar algumas possíveis possibilidades para a redução do abrigamento de adolescentes na cidade, entre os anos de 2009 e 2010. Assim como possibilidades apresento: a) fortalecimento de políticas de diminuição a pobreza, através de programas de distribuição de renda e b) consolidação das políticas públicas através de medidas de proteção básica através dos CRAS, com programas de fortalecimento de vínculos familiares e proteção a infância.

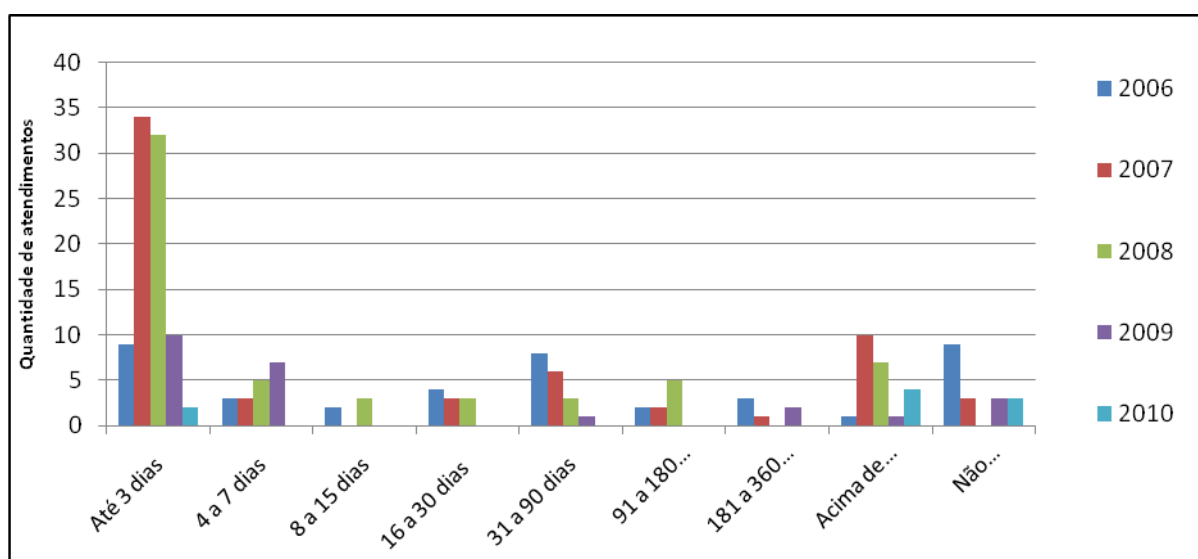
O gráfico 02, refere-se à faixa etária dos atendimentos, mostrando o predomínio da idade entre, 14 e 15 anos, verificando, também, o atendimento de menores de 12 anos, provavelmente, pela incidência de irmãos. No entanto, também foram identificados, através dos prontuários, casos em que irmãos foram separados, evidenciando o descumprimento do ECA<sup>7</sup>.

<sup>7</sup> Conforme §4º do art. 28, do ECA, os irmãos levados à guarda, tutela ou adoção, não poderão ser separados, devendo os mesmos permanecer juntamente com a família acolhedora, com a ressalva de comprovada existência de risco de abuso ou outra situação que justifique o rompimento definitivo dos vínculos fraternais (BRASIL, 1990).

**Gráfico 02 - Dados referentes à Idade de Crianças e Adolescentes Atendidos (2006 a 2010)**

Fonte: Prontuários de atendimento no abrigo de adolescentes realizados entre os anos de 2006 e 2010.

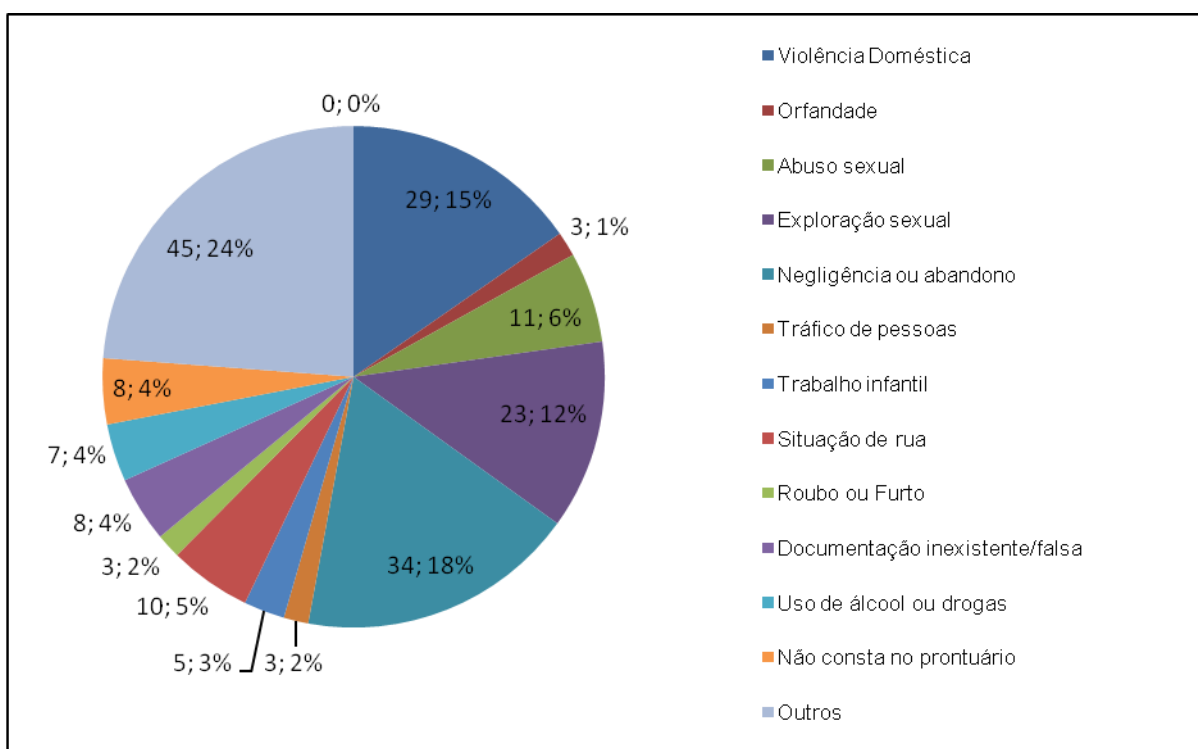
No que diz respeito ao tempo de permanência no abrigo, a análise do gráfico abaixo, aponta para breves passagens, sendo predominantemente, o período de até três dias. Cabe ressaltar que, na tabulação apresentada no Gráfico 03, constam apenas os dados daqueles, que foram abrigados e desabrigados até o ano de 2010. Aqueles que permaneceram, ou que entraram no ano de 2011, não foram computados.

**Gráfico 03 - Dados referentes ao Período de Abrigamento (2006 a 2010)**

Fonte: Prontuários de atendimento no abrigo de adolescentes realizados entre os anos de 2006 e 2010.

O gráfico a seguir, corresponde aos motivos que levaram o abrigamento de crianças e adolescentes, atendidos na instituição. Dos 189 atendimentos realizados, 18% indicavam que o motivo estava relacionado ao abandono ou negligência da família, ou responsáveis. Segundo os relatórios anexados, juntamente, com os prontuários, alguns destes encaminhamentos estavam relacionados, diretamente, com a situação de pobreza, tal como acontecia no país quando vigoravam outras legislações. Assim, verificamos a 'cultura da institucionalização', resistente às alterações legais, estando ainda mais alinhada às condições de desigualdade e exclusão social vigentes.

**Gráfico 04 - Dados referentes aos Motivos do Abrigamento (2006 a 2010)**



Fonte: Prontuários de atendimento no abrigo de adolescentes realizados entre os anos de 2006 e 2010.

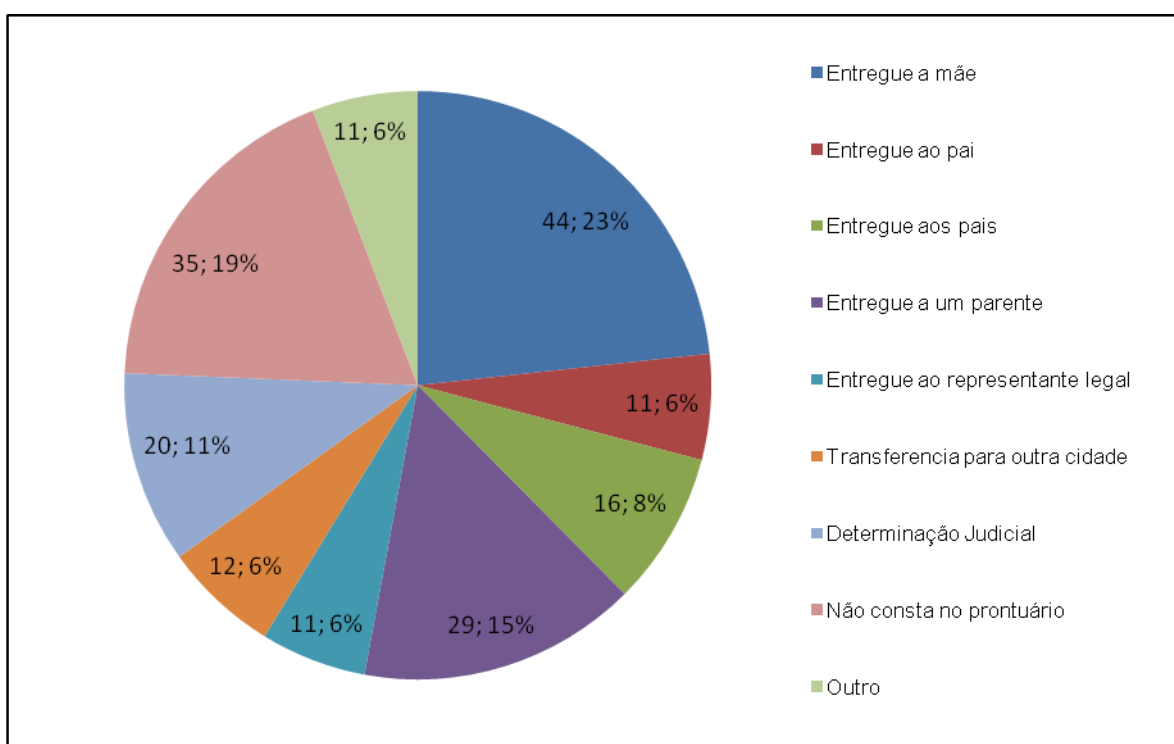
A análise do gráfico acima, apontou ainda que, 12% dos atendimentos, estão diretamente, ligados a exploração sexual, 15% a violência doméstica ou maus tratos, 6% relacionados a abuso sexual, 5% relacionados a situação de rua, ocorrendo, ainda, a incidência de tráfico de pessoas, trabalho infantil, crianças e adolescentes sem documentação, ou documentação falsificada, crianças e adolescentes sob o

uso de álcool e drogas, verificando-se, ainda, ocorrência de medida de abrigo à aqueles que cometeram furtos ou roubos, quase sempre encaminhados ao abrigo, pela polícia.

Com relação a oito prontuários, de um total de 189, ou seja, 4% deles, não havia menção aos motivos pelos quais a criança, ou o adolescente, estava sendo institucionalizado. Essa falta de dados, configurada como um dado da pesquisa, demonstra uma falta de sistematização e controle, por parte da instituição, fazendo com que as histórias sejam silenciadas.

Quanto ao desabrigo, a análise dos prontuários apontou que, 23% das crianças e adolescentes, que ingressaram no abrigo foram entregues às suas mães, 15% entregue a um parente, 11% por determinação judicial, sem indicar o destino, 6% entregue aos pais e, os mesmos 6% entregue ao pai, exclusivamente. Aponta também que, 19% dos prontuários não informam o motivo do desabrigo, conforme consta nos prontuários.

**Gráfico 05 - Dados referentes aos Motivos do Desabrigo**



Fonte: Prontuários de atendimento no abrigo de adolescentes realizados entre os anos de 2006 e 2010.

Com relação ao desabrigo por maioria, foram encontrados os



mesmos quatro indicados pela coordenadora do abrigo. Esses, por sua vez, foram entregues a parentes (03) e para mãe (01).

Com a análise dos dados dos prontuários, constatou-se que, a violência intrafamiliar, exploração sexual, pobreza, inexistência ou, ineficácia de políticas públicas que contemplem ações voltadas para a família, ainda se constituem os principais motivos de abrigamento de crianças e adolescentes na cidade.

Portanto, o abrigo se torna uma necessidade, quando a família ou os responsáveis pela criança, ou pelo adolescente, não conseguem efetivar seus direitos, ou quando o Estado não atua, eficazmente, mediante políticas públicas e sociais, na garantia à proteção social da família, conforme prevê a Constituição Federal de 1988 e demais legislações.

No próximo Capítulo, apresento as trajetórias sociais dos sujeitos desta pesquisa, considerando o período anterior a institucionalização e as vivências durante o período, em que estiveram sob a tutela do estado no abrigo.

#### **4 DESVELANDO AS HISTÓRIAS: DA FAMÍLIA AO ABRIGO - DO ABRIGO À FAMÍLIA**

“Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, ligadas e transmitidas pelo passado”.

(Karl Marx)

Nesse capítulo, serão apresentadas as trajetórias de vida dos sujeitos desta pesquisa, visando desvelar alguns dos acontecimentos, na medida do possível, de forma linear e cronológica, evidenciando como foram constituídos seus percursos, a partir das memórias externalizadas, ou seja, trazendo dentro das possibilidades as leituras das experiências vividas.

Para maior organização, ele está subdividido em três tópicos: o período que antecedeu a instituição, o período de abrigamento e, posterior desligamento institucional. No primeiro capítulo, serão apresentados como se constituíram as relações familiares antecedidas ao abrigo, como eram as condições econômicas e os motivos que os levaram ao processo de institucionalização. No segundo, será apresentado o processo de institucionalização, a partir dos sentimentos dos adolescentes diante deste episódio; como eles procederam diante das normas estipuladas pela instituição; como se estabeleceu a nova rotina; as relações entre os outros adolescentes, que vivenciavam a mesma situação; as relações com os funcionários, a família e a escola e a existência, ou não, de uma vida social, além dos muros institucionais. E, no último capítulo, apresento, de que forma o jovem foi preparado para o momento de desinstitucionalização; quais seus sentimentos diante deste novo fato em suas vidas; como se estabeleceu o processo de reinserção familiar; como se estabeleceram, após o desabrigamento, as relações entre os jovens e os funcionários e os outros adolescentes, que permaneceram no abrigo e, de que forma obtiveram auxílio do Estado para o provimento de suas necessidades. Para finalizar, apresento como eles avaliaram o papel do abrigo em suas vidas.

## 4.1 DO CONVÍVIO FAMILIAR AO ABRIGO

### 4.1.1 Tomás

O adolescente Tomás foi desabrigado no final do primeiro semestre de 2009, quando tinha 18 anos e um mês. Foi encaminhado para o abrigo aos 16 anos e seis meses. Segundo seu prontuário, permaneceu no abrigo por um ano e meio, tendo sido entregue à sua mãe biológica, no momento do desabrigamento. Importante ressaltar, nesse momento que, a partir de 2009, com a aprovação Lei 12.010 os dirigentes de entidades, que desenvolvem programas de acolhimento familiar ou institucional, devem encaminhar à autoridade judiciária, no máximo a cada 6 (seis) meses, sendo que este relatório deve ser elaborado de forma minuciosa, explicitando acerca da situação de cada criança ou adolescente acolhido e sua família (Inciso 2º, art. ) prevista no § 1º do mesmo artigo desta lei (BRASIL, 2009a).

Tomás nasceu quando sua mãe tinha 16 anos. Na época não possuindo condições financeiras de criá-lo, a mãe desejou que o filho fosse entregue à avó materna, porém a avó já era responsável por outros dois netos e também não pode assumir a responsabilidade de criá-lo. Passados três meses desde o seu nascimento, Tomás foi entregue a uma tia, que na época não podia ter filhos.

Quando eu era pequeno, a minha mãe biológica, ela não tinha condições de me criar, e ela ia me dar pra minha avó criar. Mas só que a minha avó, ela já tinha dois netos. E assim chegou a minha mãe de criação, que ela não tinha nenhum filho, falaram que ela não podia ter filho, aí ela me pegou. **(Tomás)**

Tomás refere-se à tia como mãe de criação, pois tanto a tia, como a mãe biológica, não possuem grau de parentesco sanguíneo com a avó. No entanto, as duas foram criadas por ela. Esta prática de filiação, assume nesse momento na vida do sujeito, o contorno de "filho de criação", devido a não formalidade perante a lei de requisição da guarda definitiva. Porém, Tomás afirmou que houve tentativa, por parte dos pais de criação, de legalizar a situação, mas não foi possível esse processo, devido a mãe biológica não ter comparecido ao Fórum para realização da transferência de guarda.

Teve uma vez que eles procuraram minha mãe pra pedir minha guarda pra ela. Aí, deram dinheiro pra ela no ir fórum, ela não foi. Procuraram ela aí. Que ela morava lá no [...], agora ela mora aqui em [...]. Lá, lá perto da antiga estação. **(Tomás)**

Antes do nascimento de Tomás, a mãe biológica havia tido uma filha, a qual ele afirma que, também foi entregue a uma pessoa que “ninguém sabe o paradeiro dela”. Tomás ainda tem mais dois irmãos mais novos, que vivem com a mãe biológica.

Quando questionado sobre os motivos que levaram sua mãe biológica a deixá-lo com a tia de criação, Tomás afirma que

Só que ela era muito imatura. É que ela me teve assim... É... Com 16 anos... que... é... não tem só eu que foi dado, e... é que tem mais uma.. que... é... tem mais uma irmã minha que foi dada. E... e... ela... só que... viemo... só que ninguém sabe o paradeiro dela. Só que... que ela é mais velha. Aí depois dela vem eu. Aí vem meus dois irmão que ta morando com ela. **(Tomás)**

Quando Tomás completou nove anos, sua mãe de criação, que até então não podia ter filhos, engravidou de uma menina e, logo depois, de um menino. Estes episódios na vida de Tomás mostram-se, durante a entrevista, muito marcantes devido às alterações, posteriores, ocorridas em sua vida, em relação ao tratamento recebido pelos pais de criação, após o nascimento dos filhos legítimos do casal.

É, que aí começou é... judiação, maltratação, aí foi indo, foi indo... É que eu sinto um pouco da separação, que um pouco de você ficar afastado, um pouco por causa que por causa que era junto, que depois você foi se afastando de... das pessoas, assim, que gostava de você, e aí foi procurar novas pessoas pra gostar, e você foi ficando pro canto. É... que eu acho que é um pouco do desprezo, um pouco de falta de amor por você. **(Tomás)**

Quando Tomás completou 15 anos, cansado das situações vivenciadas por ele durante a infância, dos constantes castigos físicos e abandono moral pelos pais de criação, decidiu ir residir com sua avó materna. Sobre esse episódio ele afirma:

Aí, que antes disso, é... que eu ficava só num canto, né? Só que eu procurava é... me relacionar de novo com meus pais de criação, né? Só que era só o filho deles de criação, né? Aí eu fui enjoando daquilo, fui enjoando. **(Tomás)**

Este momento, de saída da casa da mãe de criação para a casa da avó, é tido por Tomás como um momento libertador. Mesmo a família de criação tendo melhores condições financeiras do que as encontradas na casa da avó, todos os sofrimentos físicos e as amarguras vividas por ele, após o nascimento dos irmãos, fizeram com que ele deixasse a casa dos pais de criação. Tomás afirma ainda, que depois que deixou de viver na casa deles, cortou as relações com a família e, somente, às vezes, fazia visitas aos seus irmãos de criação.

É, que eu cortei mesmo tirei da minha vida É que de vez em quando vou na casa dela, converso lá com cada... Que eu tenho dois irmãos de criação, que eu criei, também, ajudei a criar... **(Tomás)**

Na casa da avó moravam, além dela: o avô, um tio, dois primos, as esposas dos primos e Tomás, totalizando oito pessoas. A renda da família baseava-se na aposentadoria da avó e dos serviços de *xanga* (esporádicos e pequenos serviços, bicos) que o avô realizava na cidade, como também do trabalho ocasional dos outros membros da família.

Alguns meses, após se mudar para a casa da avó, Tomás teve a oportunidade de conhecer a mãe biológica e os dois irmãos. Ela havia se mudado para uma cidade no interior de São Paulo e, somente neste momento, retornara. O encontro com a mãe revelou ser um momento de muita emoção para ele.

É... Quando eu fui pra minha avó, com... 15 anos, 15 ano e meio, por aí, é que eu conheci ela. Deu aparecidinha lá no forte, e eu não sabia que era ela. Aí eu vi minha mãe aparece no vidro, aí eu olhei, quando eu... aí não tinha ninguém na porta, quando eu falei com minha mãe. Aí minha avó olhou, ela também olhou, olhou pro meu irmão, olhou pro meu irmão, olhou pra ela. Aí ela entrou pra dentro, eu fiquei lá. Fiquei lá, vendo, assistindo TV. Aí demorou um pouquinho, foi um encontro, vamo dizer assim, nem mais perto, que nem aqueles encontro que acontecia no Gugu. Choramo, choramo, choramo. Aí... aí foi nesse dia que eu conheci. **(Tomás)**

No que se refere à relação com a escola, antes do ingresso no abrigo, Tomás afirma que era frequentador assíduo, mas que “não passava dali”. Ou seja, mesmo frequentando a escola, diariamente, o mesmo afirmou que, assim que seus problemas familiares começaram a surgir, com o nascimento dos irmãos, ele começou a “descontar” na escola as suas tristezas e angustias. Assim, “[...] por causa de... tenho muitos transtornos, não conseguia na vida, e eu queria descontar

na escola”.

Tomás encontrou na escola, também, através das constantes “ajudas” das professoras, algumas soluções para seu problema com a repetência, pois a escola, naquele momento, reconheceu as dificuldades de relacionamento familiar que ele enfrentara.

É que ajudava, toda escola ajudava eu. E é... que todas minhas professora ia lá em casa, conversar com minha mãe. Tá acontecendo isso, isso, isso, e nós tamo ajudando. Aí teve um ano que eu não ia passar, aí eu peguei catapora. Aí a professora sabia que eu ia apanhar, fez eu passar. **(Tomás)**

No que diz respeito a escola, de acordo com Bourdieu (2002a), o fracasso ou sucesso no desempenho das crianças, em ambiente escolar, depende do grau de capital cultural acumulado. Isto resulta, em sua teoria, que as classes dominantes teriam mais vantagem ao acúmulo de capital, do que as classes dominadas e que, por conta desse acúmulo, estariam mais próximas da cultura escolar, fazendo com que as crianças das classes dominantes demonstrem, melhor desempenho na escola. No entanto, ainda segundo o autor, a escola, ao ignorar as desigualdades culturais e, ao pautar a prática pedagógica em uma igualdade formal, ela acaba por servir de máscara e justificativa “para a indiferença, no que diz respeito às desigualdades reais diante do ensino e da cultura transmitida, ou melhor dizendo, exigida” (BOURDIEU, 2002a, p.53).

Esse distanciamento entre, o que era exigido pela escola e os problemas que ele apresentava em relação ao desenvolvimento escolar, quando a mesma desconsidera a origem do mesmo e, principalmente, quando na tentativa de minimizar problemas na ordem familiar, sem, contudo fazê-lo aprender, acabava por inicializar um processo de exclusão branda.

Em relação ao motivo pelo qual foi abrigado, Tomás afirma

Bom, por causa que eu tava andando com um pessoal é... como é, da pesada. É... que minha avó pensava que eu tava junto com eles, que eu tava fazendo as coisa que eles fazia, por causa que quem anda com quem faz alguma coisa, porque é apontado que ele faça, né? É... Só que eu não tava fazendo, não. Aí minha avó avisou um monte de vezes, oh, vou chamar o Conselho pra você, vou chamar o Conselho pra você, e eu nem aí. Aí teve uma vez que eu fui pra casa dessas pessoas, e... e a polícia foi lá, atrás, né? Só que eu já tava aqui, né? A polícia chegou, eu tinha saído. Aí eu cheguei em casa, o

Conselho tava lá, pega tudinho minhas coisa, vamo embora.  
**(Tomás)**

Embora Tomás acredite que fora para o abrigo, devido as más companhias, as mesmas não expressam o motivo que justifiquem a institucionalização. Se isso o fosse, não atenderia aos preceitos legais, quanto ao processo de abrigamento. No entanto, esse processo parece ter sido caracterizado pelas condições sociais e econômicas, ao qual ele estava vivenciando, considerando a falta de condições básicas de sobrevivência oferecidas a ele, pela família, naquele momento, bem como o ambiente que vivenciava em sua residência com o alcoolismo dos membros da família.

Ainda sobre o dia em que foi para o abrigo, relata

Isso. É. Foi uma mulher do Conselho lá, que chamava [...]. Ela falou, você quer ir pra onde, pro UNEI ou pro abrigo? Eu digo, é... daí eu não sabia, eu falei eu quero ir pro UNEI. Ela falou, você é louco, rapaz? Você vai pro abrigo. A gente chegou lá, no dia que eu cheguei, eu cheguei à tarde, lá no abrigo. Numa tarde. Antes do lanche, um pouco. Cheguei lá, fui bem recebido, bem mesmo. É um trabalho bem feito, o trabalho deles, não tenho o que falar, ta?  
**(Tomás)**

Este episódio, reflete sobre a concepção da conselheira que o abordou, em sua casa. Afinal, o abrigo seria um local de “oposição” à medida de internação socioeducativa? Se Tomás fosse encontrado na casa dos amigos pela polícia, qual seria o seu destino?

Em relação ao sentimento de Tomás sobre a separação do convívio familiar, o mesmo relata que foi um momento de dor, por ter sido tirado do convívio com as pessoas que ele tinha se acostumado.

É...um pouco...É...um pouco de dor, né? Que você sente...sente...de você ser tirado do convívio que você já tá aqui bem acostumado, e você ir pra um lugar onde tem pessoas que você não conhece. E é... mas só que no abrigo eles diz que é uma família, também. E...eu como sou, que eles diz lá é que é uma família. Que é...que recebe bem, que é...depende do comportamento da pessoa. Que cada um tem um ti...Que é...Que cada um tem o tratamento, conforme o comportamento. **(Tomás)**

Até o momento em que foi abrigado, Tomás vivenciou diversas contradições em sua vida. Ainda pequeno foi encaminhado à casa de uma família de criação, tendo experimentado, até os nove anos, vínculos familiares do qual se recorda,

como um momento positivo em sua vida. Após o nascimento dos irmãos de criação, sua vida mudou, drasticamente, por ter sentido uma ruptura afetiva em relação aos pais e também, segundo seu relato, por sofrer castigos físicos. Assim, quando completou 15 anos, sentiu-se determinado a mudar para a casa da avó e, a partir daí, começou a frequentar a casa dos amigos que trabalhavam na distribuição de drogas pela cidade. Após constantes avisos da avó, para que ele abandonasse a casa dos amigos, Tomás foi encaminhado ao abrigo, através do conselho tutelar, que foi chamado pela sua própria avó, alegando não querer o neto envolvido com as drogas. Portanto, aos 16 anos, Tomás passou a viver sob a tutela do Estado, vivenciando a instituição, até completar 18 anos e um mês.

#### **4.1.2 Jonas e Janaína: vidas que se entrelaçam**

As histórias dos próximos dois sujeitos serão apresentadas em um item único, por serem irmãos gêmeos e terem vivenciado situações muito semelhantes em relação ao período que antecedeu ao abrigo.

Os adolescentes, Jonas e Janaína, foram desabrigados no final do segundo semestre de 2009, quando completaram 18 anos. Ambos permaneceram na instituição dos 12 aos 18 anos, totalizando seis anos de institucionalização. Este período de abrigo, não se caracterizou, nesse caso, como uma medida provisória e excepcional, conforme preconizado pelo parágrafo único do art. 101 do ECA, em que visualiza a instituição como uma forma de transição para reintegração familiar, caso não seja possível a colocação em família substituta (BRASIL, 1990). Assim, entende-se, por provisório, porque deve-se trabalhar numa perspectiva de atender, em menos tempo possível e por excepcional, porque não se pode aplicá-la em qualquer situação.

De acordo com o registro do prontuário de Jonas, ele foi encaminhado à casa de um tio materno e Janaína encaminhada a avó materna, tendo ambos permanecido juntos no abrigo, por seis anos. Esse fato, suscita o questionamento quanto ao processo de desinstitucionalização, pois se o ECA prevê a manutenção dos irmãos, em uma mesma instituição, por que eles devem ser separados, no momento de retorno à família? Esse fato não descaracteriza a preservação dos vínculos familiares?

Em relação à idade de Jonas e Janaína, ambos relataram que, até os 10



anos, não possuíam certidão de nascimento, devido ao seu pai biológico não ter realizado o registro. Aos 10 anos, o padrasto empreendeu esforços, juntamente, com a diretora de uma escola para registrá-los, possibilitando o acesso à escola, tendo em vista que, até aquele momento, eles não haviam frequentado nenhuma unidade de ensino. Porém, ao fazer o registro, o padrasto não estava certo da data exata do nascimento dos enteados e registrou-os com um ano a mais.

Sendo assim, quem registrou a gente foi, foi o meu padrasto que é o pai do [...]. Daí ele registrou a gente errado, porque num sabia basicamente quantos anos a gente tinha. Aí colocou um ano a mais, eu e minha irmã temo dezenove, mas no registro consta vinte.  
**(Jonas)**

Porque eu fui registrada um ano mais velha por ai. Foi meu padrasto que registrou, meu pai não quis registrar aí foi registrado um ano depois.  
**(Janaína)**

Jonas e Janaína afirmaram, nas entrevistas, que a condição financeira da família, durante a infância, era precária, devido a mãe trabalhar como doméstica e viverem na casa da avó, que também não tinha condições financeiras para criá-los. Em seu depoimento, Jonas afirma que, após o ingresso na escola, a mãe passou a contar com a Bolsa Família<sup>8</sup>. Assim, verificou-se que, mesmo com a inclusão da família em um programa de transferência direta de renda, o mesmo não foi capaz de garantir a permanência dos filhos junto a mãe, demonstrando, neste caso, pouca eficácia do programa, que não conseguiu cumprir os seus objetivos.

Ainda sobre a renda da família, nesta época, Janaína afirma que, anteriormente a ida a escola, a única fonte de renda da família era o serviço da mãe.

Eu morava com minha avó, morava eu, meus irmãos, minha mãe, tudo junto como uma só família com a minha vó. Eu sempre morei com minha vó aí minha mãe pegou foi com meu pai aí foi morar separado e eu sempre lá com minha vó. Aí depois minha mãe voltou quebrou com meu pai e voltou pra morar com ela na casa de minha vó. A minha vida é totalmente dificuldade ainda não tinha esse negocio de Bolsa Escola, ainda não estudava era só minha mãe que trabalhava, eu ficava em casa cuidando dos irmãos com minha vó. Minha vó sempre judiou da gente e batia e aí a gente era muito

---

<sup>8</sup> No artigo Art. 23 do ECA, a falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar. Parágrafo único. Não existindo outro motivo que por si só autorize a decretação da medida, a criança ou o adolescente será mantido em sua família de origem, a qual deverá obrigatoriamente ser incluída em programas oficiais de auxílio (BRASIL, 1990).

rebelde por causa disso. Minha mãe não ficava e não via as coisas aí minha vó batia na gente. E a gente era rebelde não ficava em casa não parava só ficava na rua. Era minha mãe que trabalhava de doméstica na casa dos outros, pra, fazia bico pra gente ter o que comer em casa. Ai tinha dia que a gente ficava sem comer. **(Janaína)**

A situação da nossa família era precária mesmo. Eu estudava no [...], minha mãe tirava Bolsa Família, e cuidava de mim, dos meus irmãos. Minha mãe era separada, morava com a minha vó. **(Jonas)**

Com essas afirmações, percebe-se que, até a entrada na escola, eles dependiam, exclusivamente, do salário da mãe como empregada doméstica e de bicos e que, somente após o ingresso dos jovens na escola, é que a família passou a receber auxílio, através do programa de transferência de renda com condicionalidades, ofertado pelo governo federal.

A mãe de Jonas e Janaína teve, ao todo, cinco filhos. Sobre a configuração familiar Jonas aponta que

Praticamente Janaína é mais velha do que eu por dez minutos, porque a gente é gêmeos. Mas eu e ela somo gêmeo, mais velho. Aí vem Janaína, vem eu, vem a [...], até aí vem o [...] que mora em [...] com a tia dele. E vem o menor que mora com o pai dele, que é o [...]. Então, morava só eu, a Janaína, [...] e o [...] que era o mais novo, antes de vir o [...]. Mas aí ele já era pequeno já morava lá. A minha vó mesmo que entregou ele pra outra vó dele, porque a vó dele tinha condição de cuidar, cuidar dele. Porque também, ele tem, é, tem pobrema ele vai pra APAE. Ele tem pobrema aí teve que ficar lá com a vó dele, porque a vó dele tinha condição de cuidar ele. E a nós quatro não. **(Jonas)**

Neste relato, Jonas afirma que os irmãos caçulas foram encaminhados para parentes, sendo um para outra cidade com uma tia e o outro para a casa da avó paterna, sendo que o irmão mais novo seria filho da mãe deles com o padrasto.

No que diz respeito à escola, nesse momento de suas vidas, eles afirmam que passaram a frequentá-la após a emissão da certidão de nascimento, aos 10 anos. Nota-se que, sobre esse fato, ouve a omissão e a negligência aos direitos civis dos irmãos, pois o registro de nascimento, bem como a primeira via da certidão, são gratuitos para toda a população, como era assegurado pelo art. 30 da Lei dos Registros Públicos n.º 6.015/73, sendo que ela teria o prazo de 15 dias para ser expedida, podendo ser estendido este prazo por até 60 dias. A partir do ano de

2010, esta legislação foi complementada pelo Provimento nº 13, de 3 de setembro que estabeleceu em seu artigo 1º que

A emissão de certidão de nascimento nos estabelecimentos de saúde que realizam partos, será feita por meio da utilização de sistema informatizado que, via rede mundial de computadores, os interligue às serventias de registro civil existentes nas Unidades Federativas e que aderiram ao Sistema Interligado, afim de que a mãe e/ou a criança receba alta hospitalar já com a certidão de nascimento.

Nesse sentido, verificou-se um avanço nas garantias dos direitos sociais com este complemento na legislação, que não seja negado o direito da criança recém-nascida, ao exercício pleno da sua cidadania, sendo garantida a ela, antes do momento da saída da maternidade, o seu registro de nascimento, fazendo com que, episódios como os que aconteceram com os irmãos Jonas e Janaína, seja nulo para as novas gerações.

Assim, após a comprovação da existência oficial e jurídica de Jonas e Janaína, através da certidão de nascimento, ambos puderam frequentar a escola, mesmo com distorções série/idade, significativa para os irmãos.

Mas eu já tinha vontade de estudar eu e minha irmã. Porque a minha tia que morava lá com minha vó que ensinava a gente. Quando a gente entrou na Escola a gente já sabia ler, porque minha tia que ajudava. **(Jonas)**

Que a gente, primeiro e segundo, a gente estudou duas séries juntos primeiro e segundo na extensão. Aí no primeiro eu passei e a minha irmã ficou em recuperação que é a Janaína. Aí eu ajudava ela, eu passava cola pra ela. Aí eu ajudei ela a passar, mas aí quando a gente chegou na quinta série, eu já parei de ajudar ela, porque ela não queria mais nada mesmo. Aí eu continuei meus estudos aí ela parou, ela ficou um ano sem estudar, aí eu segui em frente. Aí eu tive que parar agora por causa da Marinha. Mas eu vou terminar meu último ano agora. **(Jonas)**

Verifica-se, com essas falas, que Janaína sempre esteve fadada ao fracasso escolar e que, até a 4ª série, o irmão a auxiliava nas atividades escolares. Assim, Jonas parece ter conseguido administrar as dificuldades da irmã, para que a mesma pudesse obter êxito escolar, até o término da primeira etapa do ensino fundamental.

Em relação ao dia em que foram abrigados, eles afirmaram que, foram para o abrigo juntos com mais dois irmãos, pois o caçula, nesta época, já morava com a avó paterna e o outro irmão, mais novo, que havia ido naquele dia visitá-los, mesmo morando com a uma tia em outra cidade, foi encaminhado para o abrigo, também, neste dia.

Ah, eu sabia, porque minha mãe tava internada. Porque a Conselheira mesmo falou que a gente tinha que ir porque num tinha quem cuidar da gente. Ela explicou da minha vó. Falou olha, pra sua vó, sua vó num tem condição de cuidar de vocês. Lá vocês vão ter onde comer, dormir, estudar, não sei o que, fazer cursos. Aí eu falei com minha irmã, pô, Janaína é a mais teimosa ela num gosta. Ainda mais quando eu começo a falar um monte de coisa pra ela, aí ela xinga. Aí a gente pegou aceitou ir. Mas a gente aceitou mais a ir por causa de meu irmão, porque ele já tinha entrado no carro. Aí a gente nós quatro pegamo, entramo no carro. **(Jonas)**

Por denuncia porque nós ficava sozinho em casa minha irmã saia pra pedir comida porque minha mãe não tava em casa, minha vó não parava também. Aí não tinha como, não tinha nada em casa ai ela saia pra pedir pra comer. Aí fomo parar no abrigo com denuncia que nós fomo pro abrigo. Não, a gente tinha noção assim, a conversa foi assim que nós ia ver um parente nosso que tinha chegado mais tava num lugar que minha vó não podia ir, era só nós. Ai chegou lá, e eu não sabia ler aí eu vi um carro, a mulher pegou abriu o carro e falou pra nós entrar. Meu irmão não quis entrar porque meu irmão não morava com nós, morava lá com minha tia. Aí foi pra visitar nós lá e chegou o Conselho aí falou que era pra nós entrar no carro aí meu irmão começou a chorar, aí a Conselheira falou se ele não entrasse que não tinha tempo todo mundo que ia chamar a policia pra ele. A minha vó falou com ele conversou com ele aí é que ele entrou no carro. **(Janaína)**

As falas dos sujeitos assumem contornos contraditórios, devido ao irmão Jonas ter afirmado, anteriormente, que ambos já foram a escola sabendo ler, pois a tia os ensinou em casa. Janaína demonstra que, quando foi encaminhada ao abrigo, aos 12 anos, não tinha o domínio da leitura. Isso parece caracterizar uma diferença, entre ambos, na relação com o êxito escolar e também levantar questionamentos sobre, o que significaram, esses dois anos na escola para Janaína, tendo em vista sua entrada tardia, não sendo possível estabelecer sucesso em relação a apreensão dos códigos escolares legítimos, não tendo sido alfabetizada.

Portanto, é visível que o capital cultural incorporado por eles, apresenta diferenças iniciais, o que tende a diferenciar de forma dissimulada as suas trajetórias

escolares.

Outro fato que se torna visível nas falas é que, a conselheira tutelar, pareceu não possuir a sensibilidade para lidar com o processo de retirada das crianças do convívio familiar. Com isso, questionamentos surgem, no sentido de problematizar a forma de atuação dos conselheiros, que em alguns casos, como neste, acabam por incorporar mais uma atitude de polícia, no sentido de garantir apenas o resultado da ação e não o seu processo. Afinal, porque as crianças, naquele momento não foram informadas para onde iriam? O seu trabalho de conselheira estaria sendo efetivado apenas pelas crianças estarem entrando na van?

O momento de institucionalização na vida de Jonas e Janaína, assume caminhos diferenciados em relação ao sentimento e a ida para o abrigo. Jonas apresenta-se mais “conformado”, pois visualizou mudanças significativas na sua vida com a passagem na instituição. Já Janaína assumiu uma postura de revolta, devido a não conseguir contato com a mãe, tanto no dia do abrigamento, como depois que já estava institucionalizada, conforme veremos a seguir.

Oxe, se fosse, se eu pudesse voltar atrás, eu ia tranqüilo de novo. Porque depois que a gente saiu do abrigo, também a gente ver como que mudou a nossa vida. Pra gente aprender a respeitar mais os outros, ter educação. Quer dizer, aqui em casa, a minha mãe já ensinava a gente. Mas pelo que eu vejo assim, a minha irmã mudou muito também. Ela tinha atendimento, é... psicólogo na Escola, lá na Faculdade mermo, a gente ia todo final de semana conversava, foi bom assim. **(Jonas)**

Ah, sei lá, eu senti raiva, eu fiquei com raiva porque eu já não tinha visto minha mãe, minha mãe não tava lá. Aí quando fui parar no abrigo aí piorou mais, porque não podia ver ela, ela não ia ver nós, tava internada. **(Janaína)**

Jonas parece, nesse momento, fazer o entrelaçamento entre o passado e o presente, avaliando as possibilidades objetivas que o abrigo lhe proporcionou e que, sem o mesmo, poderia ter vivido em um mundo sem quaisquer benesses. Assim, conseguiu avaliar, que o abrigo se tornou uma condição objetiva de sobrevivência mais digna e com os respaldos que a instituição pode oferecer. Portanto, a visualização de uma vida melhor com a institucionalização, reflete, aparentemente, em sua memória, como um analgésico para os sentimentos experimentados por ele, diferentemente de Janaína, que guardou em suas memórias a dor da separação da

mãe.

O período que antecedeu ao abrigo, mostrou-se, permeada por dificuldades financeiras, relações familiares fragilizadas e o abrigo, naquele momento, sendo um recurso, inicialmente provisório, até que suas famílias estivessem em condições de recebê-los. No entanto, a provisoriedade transformou-se em, seis anos de institucionalização, gerando uma série de marcas na vida de Jonas e Janaína.

#### 4.2 A VIDA NOS ABRIGOS

A institucionalização, para os sujeitos desta pesquisa, gerou, de forma particular e singular, em cada um deles, uma postura frente a essa nova rotina, que agora se assumia na instituição. O distanciamento da família, as novas regras, as novas relações empreendidas entre os sujeitos, os funcionários e os colegas de abrigo, foram vivenciadas por eles de forma diferenciada, fazendo com que cada um deles, assumisse estratégias diferentes, frente à institucionalização.

Cabe, nesse momento, ressaltar que os adolescentes Jonas e Janaína não foram, diretamente, para o abrigo de adolescentes. Eles tiveram uma passagem pelo abrigo de crianças, devido aos seus outros irmãos terem idade inferior a 12 anos, fazendo com que não fosse permitida a separação dos mesmos, conforme prevê o ECA, no momento do abrigamento. Já Tomás, foi direcionado para o abrigo de adolescentes porque à época, tinha 16 anos e foi institucionalizado, sem a presença de irmãos.

Em relação à chegada à instituição, eles revelaram ser um momento de timidez e reconhecimento do espaço e das pessoas que viviam e trabalhavam na instituição.

Quando a gente chegou lá eles falou que a gente ia sair menos de uma semana. Mas a gente sabia que não ia sair menos de uma semana, porque num tinha como minha vó cuidar. Aí a gente pegou ficou lá. **(Jonas)**

Quando eu cheguei lá eu não falei com ninguém, eu fiquei na minha quieta, eu e meus irmãos. Só num canto lá, ficamo parado até adaptar bem os pessoal. **(Janaína)**

Assim, após este primeiro momento de reconhecimento, foram percebendo que no abrigo, o tipo de tratamento pelos funcionários em relação a eles estava condicionado ao comportamento que eles apresentavam. Logo, aquele que apresentava uma postura de submissão, timidez e obediência, tinha uma série de privilégios e podiam gozar de certas “liberdades”, em relação à instituição.

Portanto, aqueles que se dispõem, mesmo que, inconscientemente, a jogar e a conhecer as regras do jogo, que se estabelece dentro da instituição, tendo em vista que “os lances já se encontram mais ou menos feitos” (BOURDIEU, 2007, p.21), e passam a visualizar possibilidades objetivas de obtenção de lucros sobre os objetos de disputa neste campo, tendem a investir as suas fichas neste jogo, como estratégia de manter e adquirir novos privilégios, conforme foi possível perceber ao longo das histórias.

No caso dos sujeitos desta pesquisa, Janaína e Tomás, afirmaram ter uma postura de rebeldia e revolta, perante a institucionalização, sendo que Jonas afirmou ter uma atitude de timidez, o que revelará ao longo do período de abrigamento, uma série de privilégios conquistados no abrigo. Em relação ao comportamento os entrevistados afirmam:

Ah, meu comportamento era bom, né? Todo mundo, é eu ficava sempre na minha, eu era, eu sou tímido, eu ficava quieto, num falava com ninguém. Aí até que tinha o pessoal que trabalhavam lá que vinham conversar comigo lá. Porque meu irmão era pequeno, tinha brinquedos, ele já saía brincando, conversando, eu não, eu já ficava quieto. Eu fazia as coisas, vivia sentado só esperando o pessoal falar comigo, o pessoal que trabalhava lá. É ainda fazia alguma coisa, brincavam, eu ficava muito quieto, no meu canto. Ainda hoje eu tenho, eu sou tímido. Ficava quieto, sempre quieto sabe? **(Jonas)**

Era péssimo, porque eu... xingava todos lá. Todos. E era, só que... era pra morrer. **(Tomás)**

Eu fugi eu e minhas colegas, fugimo, bebi, aí voltamo muito louca lá pra dentro. **(Janaína)**

A vigilância imposta aos adolescentes, requereu deles a obediência e o respeito dos limites impostos pela instituição. Caso contrário, seu comportamento seria visto como não pertencente aos ideários institucionais, gerando em alguns casos, conflitos entre o adolescente e a instituição.

Quando o comportamento não corresponde ao que espera a instituição, atitudes de rebeldia são tratadas, muitas vezes, de forma a não contemplar a complexidade destas ações e dos motivos pela qual ela se manifesta. Nesse sentido,

A criança antissocial está, simplesmente, olhando um pouco mais longe, recorrendo à sociedade, em vez de recorrer à família ou à escola, para lhe fornecer a estabilidade de que necessita, a fim de transpor os primeiros e essenciais estágios de seu crescimento emocional (WINNICOTT, 2005, p.122).

Ou seja, quando os adolescentes Tomás e Janaína demonstram atitudes de resistência a institucionalização, estão recorrendo a sociedade, representada pela instituição “abrigo”, da qual eles precisam apoio para transpor os conflitos que eles estão vivenciando. O fato das pessoas ignorarem este universo dos efeitos psicológicos da privação familiar, faz com que, a permanência na instituição, torne-se mais difícil e conturbada para o adolescente.

As fugas de Janaína podem ser aqui interpretadas, segundo os estudos de Winnicott (2005, p.235), quanto as instituições que acolham crianças que:

As crianças não fogem porque são covardes, ou porque o sistema pelo qual são dirigidas está errado. Com frequência, a fuga tem características positivas e representa uma confiança crescente em que encontraram um lugar que as acolheria de volta, de braços abertos, mesmo depois de terem fugido.

Ou seja, a fuga pode ser uma demonstração para a instituição, de que a criança, ou o adolescente encontra na instituição, um ponto de apoio, de confiança e de referência para as suas ações. Portanto, verifica-se que, normalmente, este tipo de comportamento não é bem visto pela instituição, voltando-se as interpretações para a rebeldia e resistência em seguir determinadas regras.

No que se refere ao comportamento, a instituição tinha um mecanismo de premiação para aqueles que tiravam boas notas na escola e tinham um bom comportamento.

É... é que cada semana, é... conforme o comportamento, eles davam uma estrela. Aí tinha estrela preta, que é péssimo. Tinha estrela marrom que é regular. Tinha uma estrela vermelha, que é ruim, e tinha a branca que é bom, e tinha, aliás, a dourada, também, que é



bom. Aí quem tivesse com mais dourada ou mais branca, era líder, aí era separado. É tinha um pátio lá, tinha um quarto com ar condicionado pra ele, e a comida, que nem lá no Big Brother. **(Tomás)**

Na obra de Goffman (2003, p.52), é possível verificar que, o sistema de privilégios, garantia nas instituições totais, uma série de “liberdades”, e que também podiam ser entendidas como um mecanismo de cooperação “de pessoas que, muitas vezes, têm razão para não cooperar”. Assim, o sistema de premiação pelas estrelas, no abrigo, assumia o caráter de expor aos demais as boas ações e o que era entendido, por ela, como o bom comportamento e atendimento às regras. Em detrimento disso, a forma de premiação, assumia um caráter de “vantagens” sobre os demais, em que ele poderia exercer por alguns dias a sua individualidade, através de algo que se tornaria de uso exclusivo.

E, da mesma forma, havia uma punição para aqueles que não se comportavam de acordo com o que a instituição julgava ser adequado:

É, fazia as coisa errada, tipo xingar. Ou é, não ir na escola, porque tinha muitos na sala que não ia né? Aí ficavam de castigo ou então brigar lá dentro aí ficar meses semanas dentro de um quartinho, só passando comida pela janela, água, podia sair pro banheiro e tinha que voltar. Só isso. **(Janaína)**

Lá tinha um... Tinha um quarto. Se você aprontasse alguma coisa, você ia ficar sozinho numa área assim, longe dos adolescentes. **(Jonas)**

[...] aí eu voltei, fiquei uns quatro, cinco dias dentro do quarto, porque ficava dentro do quarto, quem fazia as coisa errada, ficava dentro do quarto. Aí, só... recebia só o almoço. Não podia assistir, não podia ir pra fora, pra lugar nenhum. Aí conversava... Com o pessoal lá que tivesse lá perto do quarto mesmo, que é o dormitório. **(Tomás)**

Há também, registro em suas falas, de castigos físicos aplicados pelos funcionários do abrigo.

[...] até eu já fui agredida já lá eu, as meninas ficam lá já pro próprio falar é...coordenador. Porque também a gente foi ver as coisa e ele não era de conversar não, ele era o contrário. Ah, ele batia, soltava a cabeça da gente na parede, puxava o cabelo, xingava a mãe. **(Janaína)**

Eu vi, agora se eu sofri, não. Já vi. Eu vi lá dum... dum menino dele, de lá, teve um funcionário que trabalhou lá, ele puniu esse menino com agressão. **(Jonas)**

Percebe-se através destes relatos, que as práticas corretivas, utilizadas por alguns funcionários do abrigo pesquisado, eram inadequadas. Seja por instituírem uma forma de premiação, que constringia aqueles que não eram contemplados pela premiação, seja por permanecerem com práticas de punição física e moral, em um local que deveria ser de proteção e não de violação da integridade física e moral dos adolescentes.

Portanto, as falas mostraram que, mais de duas décadas depois da promulgação do ECA, este abrigo ainda apresenta características anteriores a essa legislação, pois ainda há ambivalência no atendimento e que, em alguns momentos, acaba por não conceber a criança e o adolescente como um sujeito de direito, mantendo em seu cotidiano, as práticas de controle disciplinar coercitivo.

Em relação à rotina do abrigo, Tomás, Jonas e Juliana relataram que os horários eram estabelecidos de acordo com a atividade escolar. Os que estudavam na parte da manhã, tinham atividades programadas de estudos, na parte da tarde e, a noite, ficavam livres para atividades de lazer, quase sempre relacionadas à televisão. E aqueles que estudavam no período noturno, faziam as atividades de estudo e lazer durante o dia:

É, de manhã acordava de seis pras cinco, tomava banho aí ia pra mesa tomar o café da manhã, esperava a van até sete e meia a van chegava e eu ia pra escola. Aí, voltava, eu ficava esperando até onze horas, onze e meia, onze e quarenta na Escola. a van demorava porque rodeava, não tinha só eu pra ir buscar tinha muitas criança. Aí eu ficava ali esperando às vezes me dava raiva e eu ia embora a pé. Aí chegava lá os tio conversava comigo e falava que eu tinha que esperar. Mas aí eu falava ah eu to esperando até essa hora, to com fome já e não tinha mais ninguém na Escola. Eles pegavam e pensavam que eu tava errada e já o castigo. Tudo era castigo lá. Não tinha conversa não. Eu chegava, almoçava aí eu ficava um pouco lá fora, tomar um pouco de ar, né? Porque o ar era só lá mesmo. Então, ia pra dentro, dormia, acordava numa base de três horas. Aí levantava pra tomar banho, ia lanchar, ia brincar, aí se... seis horas tinha que tomar banho pra jantar. Aí depois daí assistia TV até base de 9 horas, só. Dez horas já tinha que entrar. Então, todo mundo entra. **(Janaína)**

[...] lá tinha horário pra tudo né? Pra acordar, tomar banho...**(Jonas)**

De manhã eu assistia TV, é... só. Quem estudava à tarde, ou à noite, fazia o estudo da manhã. Quem estudava à noite, se tivesse o dia inteiro lá, fazia o estudo de manhã e à tarde. **(Tomás)**

Nas relações construídas dentro da instituição com os funcionários e com os outros adolescentes, verificou-se que, com o passar do tempo, eles foram construindo relações afetivas e, identificando-se com aqueles aos quais possuíam mais afinidades. Em relação aos outros adolescentes do abrigo eles afirmam

É, tinha alguns lá que num gostavam de mim e outros que gostavam, porque eu num falava com alguns e falava com outros. Aí eu vou, a metade dos adolescentes ficava com raiva porque eu tava falando com a pessoa que eles tavam brigado. Coisa de adolescente, mas eu, eu falava com todo mundo. Eu nunca cheguei de brigar aqui, de discutir com ninguém não. Como eu já falei, eu era quieto. Ficava quieto. Se eu sentava num canto eu ficava lá quieto. Tinha vez que eu brincava sozinho, começava a jogar bola sozinho, jogava baralho sozinho, porque aqui eu num falava com ninguém não. Só com Tomás, às vezes, depois que Tomás foi pra lá porque ele é meio doido, aí ele via eu quieto assim, ele vinha falar comigo, e aí guri vamo brincar, vamo. Eu só jogava bola, só *videogame*, num vou falar com os meninos todos. **(Jonas)**

Era meio radical. É... que eu não falava com alguns, eu falava com outros, por causa que assim que eu entrei, eu não conhecia ninguém. Aí eu conheci o Juliano, que é meu melhor amigo até hoje. Aí eu só falava com ele. Daí que eu fui pegando amizade com a irmã dele, com o povo que ia chegando lá, né? O povo que ia chegando lá, ia me procurando, só que eu ia passando, né? É, que eu ia fazendo as coisa, que eles não gostava, né? Ia passando, né? Cada vez mais. **(Tomás)**

Já a relação com os funcionários,

Eram bem. Teve uma de lá que eu se dei bem com ela, que é que é a cozinheira [...] já conhecia meus parentes e eu não sabia. Conhecia minha vó, irmão da minha vó e aí ela falou pra nós como que era pra gente ficar lá, que era pra se adaptar bem. Que ninguém tava lá pra fazer de, pra fazer mal pra gente. Que eles não tinha culpa de a gente ter parado lá. Aí foi assim, foi na conversa que a gente foi se adaptando bem, parou a rebeldia e tudo. [...] E quem não era muito chegado aos funcionários não tinha nada. Roupa, sapato, creme, que veio foi difícil se num, a turma do, da Prefeitura mandasse, né? **(Janaína)**

Eles me tratavam bem. É... é... Como eu já falei anteriormente, que cada um tem seu tratamento conforme o comportamento. É... Eles me tratavam bem, só que... tinha algumas... devido a situações, eu

fazia umas coisas que alguns... é... que alguns tentavam me ajudar, e tinha a... a... alguns que só queriam me ver dentro do quarto aí. Entra no quarto quem tá comigo. Aí tinha alguns que só queria me ver dentro do quarto, por causa que eu fazia um monte de coisas, tinha alguns que... tinha alguns que ele fechava o olho, não queria ver ou não via nada. **(Tomás)**

O fato de Jonas e Janaína encontrarem, no interior da instituição, um funcionário que possuía uma relação durável com seus parentes, e este passasse as regras do sistema de funcionamento do abrigo, pode ter contribuído, principalmente, para Jonas apreender as regras e desenvolver estratégias para a obtenção de vantagens. Enquanto Janaína parece não compreender, completamente, as regras do jogo e assim, suas estratégias acabaram por proporcionar-lhe pequenos ou nenhum ganho.

Além das relações estabelecidas na instituição com os funcionários e adolescentes, foi verificado que Tomás, Jonas e Janaína, mantiveram contato com a família, durante o período de abrigamento, pois no caso de Jonas e Janaína, a avó os visitava, aos finais de semana, quinzenalmente. Tomás recebia a visita da mãe biológica, no próprio abrigo. Quando estava perto de ser desabrigado, passava os finais de semana na casa dela.

Relação um pouco distante, porque só minha avó que me via. Meu é... A mãe do meu pai não ia, meus tios, do meu pai não ia me vê, só minha avó. Mas também depois ela parou. Ela adoeceu, ela ficou doente, não teve como a gente... Aí ficou... assim... A gente... A gente achou estranho que a minha avó não ter ido visitar a gente. Porque ela ia assim uma semana e outra não, aí ia na outra, aí ela faltou umas três semana seguida. Aí a gente achou estranho. Aí a gente ficou sabendo que minha avó tava doente, tava mal. **(Jonas)**

Duas vezes na semana, ela só ia lá por causa que todo dia tinha visita. Todo santo dia tinha visita. E no sábado, ou o carro do abrigo deixava você na sexta, ou a sua mãe ia lá te buscar no sábado. Eu ia lá pra passar o final de semana. Aí eu ia passar o fim de semana, voltava pra ficar no abrigo, aí ela ficava chapada comigo, que eu voltava pro abrigo. Ela falou “porra, você nasceu no abrigo?”, me perguntou. **(Tomás)**

Assim, sobre a insistência de Tomás, em retornar ao abrigo nos finais de semana, período este que poderia permanecer junto a mãe e aos irmãos, suscitam questionamentos sobre o porquê desta atitude e ensaio algumas possibilidades. A primeira, refere-se ao adolescente não conseguir estabelecer, com a mãe, os

vínculos necessários a boa convivência, tendo em vista a separação aos três meses e que os estudos de Winnicott (2003) apontam para os efeitos desta separação, conforme discussão anterior. Em segundo lugar, pode aqui, mesmo com o pouco tempo de institucionalização, ter ocorrido o que Silva, R., (2002b) denominou de, dependência orgânica em relação à instituição.

Quanto mais tempo a institucionalização prolongar-se, mais fortemente estarão arraigadas essas memórias externas e mais fortemente ela internalizará a lógica institucional, ao ponto de constituírem-se no único referencial para ela. Isso é o que chamo de "dependência orgânica em relação à instituição", que é, analogamente, do mesmo gênero das fortes ligações que a pessoa desenvolve para com sua terra natal, com o ambiente doméstico, com a mãe e com objetos.

No caso específico de Tomás, há um precedente para a leitura do fator tempo, devido às relações fragilizadas vivenciadas por ele, em todos os períodos de sua vida. Em sua trajetória, experimentou o abandono da mãe biológica, a violência simbólica e física pela mãe de criação, a partir do nascimento de seus filhos legítimos e a negação da avó em mantê-lo junto de si. Assim, a falta de referências, de vínculos e o exercício real deste, fez com que Tomás tivesse, pela instituição, uma forte ligação, pois lá encontrava segurança, alimentação, moradia e parece conseguir, através das amizades com os próprios adolescentes e com os funcionários, experimentar os vínculos que se instituem entre as pessoas. Neste contexto, suas falas sinalizaram uma dependência deste ambiente e das relações estabelecidas, fazendo-o retornar ao abrigo, mesmo quando posta a possibilidade de vivências com a família.

As relações sociais constituídas, fora do abrigo, além da escola e da família, encontraram algumas dificuldades de existir, devido a necessidade de permissões do judiciário. Assim, em seus relatos, é constante a justificativa, por parte dos sujeitos que não participavam de atividades fora do abrigo, por dependerem das autorizações. Com isso, percebeu-se que a vida dos sujeitos limitava-se a escola, a instituição e ao contato com a família, através de visitas feitas nos horários estipulados pela instituição, ou nos finais de semana, quando autorizados, passados junto da família ou na casa dos padrinhos.

Tinha colega mais pra fazer trabalho eu não podia sair, eu tinha que fazer dentro do abrigo, porque pra sair tem que ter, tem que, fala... Autorização do Juiz, então, isso aí prejudicava muito eu, ainda mais eu na nota. Que eu vou falar eu não sou estudiosa não, mas eu me esforçava pra ir na escola e tudo. Mas não podia sair pra fazer trabalho, não podia sair pra ir na casa de meus parente. Tudo tinha que ter autorização. **(Janaína)**

Assim, aí a gente não podia sair assim por sair, né? A gente tinha que conversar, aí lá eles falavam com a juíza que eu tinha que fazer alguma coisa. Quando tinha Festival que tinha que ir, eu tinha que fazer trabalho pra escola, tinha que ir lá. Aí eu pedia, eles falavam com a juíza, aí me liberava. Eles acreditava muito em mim, quando eu falava que ia pra alguma coisa, eles deixavam eu ir. **(Jonas)**

As poucas atividades desenvolvidas pelos adolescentes, fora do abrigo, sinalizam para violação do direito do adolescente, segundo do art. 92 do ECA, de participar na vida da comunidade local e de pessoas da comunidade, no processo educativo (BRASIL, 1990).

Assim, conforme descrito por Goffman para a caracterização das instituições totais, o abrigo ainda preserva essa tendência ao fechamento, que se expressa, através das limitações que os adolescentes encontram, ao realizarem atividades externas a instituição, salvo para as atividades escolares, realizadas, exclusivamente, no ambiente escolar. Esta restrição, em percorrer por outros espaços, se legitima através de discursos dos próprios funcionários e da própria burocracia que ora se apresenta para a liberação dos adolescentes. Uma simples viagem escolar, por exemplo, necessitava, segundo seus relatos, de uma autorização judiciária, que às vezes, se concretizava após a realização desta atividade, impossibilitando a participação do adolescente.

Neste sentido, Jonas gozava de maior liberdade do que Tomás e Janaína, devido ao seu comportamento no abrigo. Segundo seu relato

[...] eu me comportava bem, comportava bem. Eu ficava mais os meninos, correspondia, tinha um comportamento bom. Que lá a gente tinha conceito, né, tinha aquela estrelinha amarela de excelente. Bom, tinha assim. A minha era toda amarelinha. Aí eles deixavam eu ir. A juíza já me conhecia, já. Aí sempre quando eu falava, tem aniversário pra mim ir, será que eu posso ir? Eles deixavam eu ir. Agora, aqueles alu... aqueles adolescente lá que... só tinha aquela preta, né, pretinha, RUIM, RUIM, pedia pa alguma coisa, eles num deixava. Eles não, né? A juíza num liberava. **(Jonas)**

Assim, as saídas do abrigo assumiam um caráter de premiação ao adolescente que se portasse, dentro da instituição, da forma como eles concebiam o bom comportamento. Tirar boas notas e obedecer, por exemplo, eram requisitos à liberação dos adolescentes.

A vida escolar dos adolescentes, no período de abrigamento, é marcada por explicações dos adolescentes, aos colegas de escola, sobre a instituição que viviam. Jonas e Janaína já frequentavam a escola quando foram para o abrigo e, Tomás, relatou ter desistido de estudar, no ano em que foi abrigado. Assim, voltou a frequentar a escola no ano seguinte, devido ter entrado na instituição, próximo ao término do ano letivo.

Tomás relata, que após a sua entrada no abrigo, a sua relação com a escola sofreu muitas modificações. A rotina com horários de estudos, a obrigatoriedade de frequência na escola, diariamente, fizeram com que ele tirasse boas notas e passasse para a série seguinte. Nesta época, devido ao seu último ano escolar ter sido o de 2006, ele tinha uma distorção série/idade significativa, sendo encaminhado para uma escola que oferecia Educação de Jovens e Adultos, para cursar a 3ª fase (5ª e 6ª série) aos 16 anos.

Jonas e Janaína já estavam matriculados na escola, quando foram abrigados. No entanto, eles apresentavam uma relação com a escola bastante distinta, principalmente, após o episódio de falecimento da mãe, quando eles estavam na instituição. Este momento na vida de Janaína, demonstrou-se perturbador, principalmente, por ter sido impedida de ver a mãe, enquanto estava institucionalizada, tendo um reflexo direto nas suas ações diante do abrigo e da escola.

[...] aí eu falei que queria ver a minha mãe e falaram que ia arrumar condução pra levar mais me diz, mudava de assunto e acabava não levando. Porque lá dentro que eu não tinha oportunidade de sair pra ver a minha mãe. Aí quando lá dentro mesmo que eu recebi a notícia que a minha mãe morreu. Aí ficou um sentimento de remorso mesmo de raiva. Aí que deu mais raiva pra eu fazer as coisa lá. Xingava todo mundo, não respeitava lá dentro. **(Janaína)**

Não, a gente sabia que ela tava doente, porque quando a gente foi pro abrigo ela foi internada. E a gente já pedia pra ir ver nossa mãe. Mas lá eles falavam que tinha que conversar com a Juíza pra poder liberar pra gente sair. Aí foi ficando, ficando e nada da gente ver a

nossa mãe. Aí quando foi liberado pra gente ver se deu, ou se falava que a nossa mãe tinha falecido. Aí a gente...**(Jonas)**

Segundo o relato de Janaína, a mãe vivia constantemente no hospital, devido a alguma doença que até hoje ela e Jonas não tem certeza de qual era. Segundo ela, na época, a conselheira tutelar informou que a mãe tinha HIV, o que foi comprovado, posteriormente, através de exames que essa informação não era verdadeira. Já Jonas, informou que a mãe possuía hepatite.

Nota-se que, com a institucionalização de Jonas e Janaina, a eles fora negado o direito a preservação dos vínculos familiares, conforme previsto no art. 92 do ECA. As fortes e intensas cobranças de Janaína para encontrar a mãe, não foram suficientes para que fossem mantidos os vínculos.

Sobre as relações com os professores e os colegas e o preconceito por eles serem abrigados, Jonas e Janaína afirmam:

Os professores já sabiam que eu morava no abrigo. Os professores e os colegas também, por que...Quando eu fui pro abrigo, a maioria do pessoal que estudava comigo era do meu bairro, lá onde eu morava. Aí eles perguntavam como que era lá, como... Povo curioso, né? Perguntavam como que era lá. Se lá eles batiam mermo. Eu falava que não. A professora tem vez que ia lá nos vê, a professora, perguntava se a gente tinha dificuldade, pra gente ligar pra ela, que ela pegava e ela dá uma ajuda, né? Tem mais, assim, convivência com os professores lá no abrigo. Eles iam lá, via como que era, se a gente tava bem. **(Jonas)**

Não dos professores não, mas dos colegas da gente. Porque eles ouvia, uma ouvia outros pessoal falando e comentavam e pensavam que era assim. A gente tentava explicar que não era assim. Tipo como eu falei lá eles os pessoal que fala, ah, o abrigo aí quando ver fala ai, as criança que fica lá são tudo de rua, que não sei o que. Tudo mata pai, mata mãe, e são, as menina ficam lá e tenta, são prostituta de rua, juvenis em atraso, mas não é assim, são tudo diferente e tão lá porque: um porque não tem condição dos pais ficar, outros porque são maltratados pelos próprios pais mesmo, outros porque são, não tem com quem ficar e ficam na rua. E é assim e não do jeito que os pessoal acha que é né? **(Janaina)**

Nota-se com estas declarações, que ambos preservaram uma visão positiva dos professores nesse período, alegando que, somente por parte dos alunos, havia certo “preconceito” e curiosidade por eles serem do abrigo. No entanto, o que se percebe, é que este preconceito e curiosidade existiram, apenas inicialmente, sendo extinto à medida que eles informavam que, no abrigo não existiam crianças e



adolescentes infratores, mas, sim, crianças e adolescentes, que precisavam de proteção por seus pais ou familiares não terem condições, naquele momento, de oferecer cuidados.

O período escolar de Janaína, também é marcado por constrangimentos gerados devido ao transporte que era feito entre o abrigo e a escola. O fato de ir com a van, que tinha o emblema da instituição, causava certo desconforto e, também o fato de ter que esperar mais de uma hora, após o término da aula para irem buscá-la, conforme veremos em seu relato:

Tem que ter vergonha porque ver aquele carro lá buscar a gente. A gente via quando como era né, pegava e saia já ia direto pra casa não, aí quando fomo parar no abrigo que ficava lá sozinha lá na porta esperando por, a van buscar até as seis horas da noite ficava. Aí não podia ir mais a pé porque ficava com medo né, então tinha que ficar lá esperando lá. Às vezes a van até esquecia da gente. **(Janaína)**

Tomás não apresentou esse problema em relação a van da instituição, pois ele estudava no período noturno e como o abrigo era perto da sua escola, um monitor do abrigo o acompanhava, na ida e na volta. Já Jonas afirmou, que a van atrasou poucas vezes para buscá-lo, tendo em vista que sua escola ficava em um bairro afastado do abrigo.

Só umas duas, três vezes que atrasaram, porque tinha que buscar um... Um adolescente tava nessa escola, aqui...que eu estudava lá no [...], né, tinha que vim aqui, depois ir lá. Só umas duas, três vezes, só, que atrasou. **(Jonas)**

Jonas possui um diferencial na sua vida escolar, no período em que foi abrigado, pois teve a oportunidade de ser apadrinhado<sup>9</sup> por uma família, que custeou a sua mensalidade em uma escola particular e, em contrapartida, o abrigo custeava as apostilas. Este pagamento das despesas escolares, iniciou-se no Ensino Médio, pois o padrinho queria uma melhor escolarização para seu afilhado.

O investimento escolar pelo padrinho estaria relacionado com uma tentativa de poder propiciar melhor formação ao adolescente, o que poderia lhe render uma

---

<sup>9</sup> O papel do padrinho deve ser bem explicitado, ou seja, será alguém que desenvolve uma atenção focada para uma ou mais crianças/adolescentes; que cria vínculo afetivo; que proporciona momentos de convivência familiar e lazer nos finais de semana, feriados e/ou férias escolares; proporciona momentos de orientação nos estudos; reflexão e orientação quanto ao futuro profissional; lembra e/ou comemora o aniversário, enfim, torna-se uma referência importante na vida da criança/adolescente" (CECIF, 2003, p. 65-66)

ascensão social, cultural e econômica. Neste sentido, Jonas parece receber do seu padrinho, não só “os encorajamentos e exortações ao esforço escolar, mas também um *ethos* de ascensão social pelo êxito na escola, que lhes permite compensar a privação cultural com a aspiração fervorosa a aquisição de cultura” (BOURDIEU, 2002a, p.48).

Com esse percurso traçado dentro da instituição, verificou-se que, assim como apresentado no Levantamento Nacional dos Abrigos da Rede Sac (2003), a medida de abrigo no caso dos sujeitos desta pesquisa, em especial a de Jonas e Janaína, refletiu-se, basicamente, na falta de condições financeiras da família em garantir condições básicas de sobrevivência, como: alimentação, moradia, etc. No caso de Tomás, a falta de recursos constituiu, também, uma problemática, porém a presença do jovem em companhias não desejadas pela avó, fez com que ele fosse encaminhado ao abrigo.

Assim, a instituição para Jonas, Janaína e Tomás, foi vivenciado por eles de forma distinta. Jonas através do seu jeito calmo, quieto e conformado, garantiu durante seu percurso no abrigo, uma série de privilégios como saídas para festas, eventos, maior autonomia de ir e vir, sem precisar da supervisão constante dos monitores.

Já Tomás, que vivenciou o abrigo por um ano e meio, teve uma atitude inicial de rebeldia diante da instituição, mas que aos poucos foi sendo substituída por uma aceitação e modificação no seu comportamento, principalmente, por ter Jonas como amigo e como um espelho das boas ações, como também por ter compreendido as regras do jogo institucional, passando a requerer, também para si, as vantagens existentes no espaço institucional.

E Janaína teve uma relação conflituosa dentro do abrigo, pois apresentou um comportamento de resistência a institucionalização, relatando as constantes fugas e insatisfações, principalmente, pela privação de visitas à mãe que, posteriormente, veio a falecer enquanto estava abrigada.

Desta forma, o que se percebe, é uma padronização do atendimento, reforçando os modelos ideais de jovens, premiando-os e exaltando-os para servir como exemplo aos demais, como também uma resistência da própria instituição em manter os jovens próximos a família alegando, principalmente, a falta de recursos financeiros para recebê-los, mesmo que, esporadicamente, aos finais de semana por exemplo. Essa restrição à família, imprimiu marcas em suas vidas, como

também tornou, para alguns, a vida mais difícil dentro da instituição.

### 4.3 DO ABRIGO À FAMÍLIA

A vida dos sujeitos, nesse momento, assumiu contornos semelhantes, na medida em que foram desligados do abrigo por maioria, todos retornaram ao convívio familiar. Com algumas particularidades e caminhos percorridos singulares, pretendo apresentar como foi processo de desabrigamento, tendo como enfoque a preparação para o desligamento, os sentimentos sobre este processo e a nova configuração de vida, através do retorno a família de origem.

Sobre o processo de preparação para o desligamento, os sujeitos apresentaram falas diferentes. Tomás assumiu um discurso incorporado sobre este momento, apresentando que recebeu total esclarecimento, de forma antecipada, através dos profissionais do abrigo, relatando conversas com psicólogos que procuraram esclarecer que, após os 18 anos, o que vigorava não era mais o ECA e, sim, o Código Civil.

Quando assim, uns tempos antes de eu ser desabrigado, que os psicólogos de lá tudinho antes vinham conversar com, é que o processo dedesabrigamento é assim, assim. Eles pegaram explicavam pras pessoas, pra pessoa não pegar despreparado, ah, eu num to...aí tem isso daí que eu não posso fazer isso, você não pode fazer aquilo, por causa que é assim, assim, assim. Aí depois que você completou 18 anos que falaram que você não pode mais voltar pro abrigo, depois que você completou 18 anos não é mais o ECA, é um Código Civil, é um Código Penal ele explica tudo. Aí oh, você não pode fazer isso, por causa que você não vai mais é você não vai mais vir pro abrigo, você vai lá pra cadeia, aí ele explica tudo. Detalhadamente. **(Tomás)**

Assim, é preciso salientar o posicionamento da instituição e a concepção arraigada no discurso em que compara o ECA ao Código Civil, culpabilizando e criminalizando o sujeito por estar institucionalizado. Afinal, qual seria o papel do abrigo? Ainda é concebido como a prisão para “os menores”? Neste contexto Izar (2011, p.49) corrobora para as respostas a estas perguntas, ao indicar que, “apesar das mudanças ocorridas em termos legais, muitas são as dificuldades enfrentadas para o cumprimento da Lei no processo de reestruturação institucional [...]”.

Janaína afirmou, também ter recebido orientações sobre o processo de

desligamento, salientando que havia sido informada que iria deixar o abrigo.

Já, já tinha falado já, que a gente ia sair, mas ainda tava vendo pra onde que a gente ia. Pra onde que a gente ia ficar, com quem que a gente ia ficar. Tivemos acompanhamento mais lá dentro mesmo. Foi os psicólogo lá de dentro. Foi lá de dentro que conversavam com a gente, falavam pra gente. **(Janaína)**

No entanto, mesmo o irmão tendo vivenciado o processo de desligamento no mesmo período, ele contradiz a fala da irmã, quando declara que, somente foi avisado que seria desabrigado no dia, não tendo nenhuma preparação para este momento.

Ah, não parecia um prêmio, que ele chegava, falando que tinha que chegar nosso desabrigamento, né? Que a gente tinha assinado a... as papelada, só que mandou a gente arrumar nossas coisas, e tomar o que é seu. [...] Ninguém falou nada não. Quando chegou no dia do... Ah... Tá aí o seu desabrigamento, você vai embora hoje. É... Só mandou a gente arrumar as coisas... **(Jonas)**

A história de Tomás apresenta alguns caminhos tortuosos nesse processo de desligamento. Inicialmente, ele desejou ser encaminhado para a casa da avó, no entanto, foi informado a ele que não seria possível, devido às condições financeiras dela em recebê-lo. Assim, afirmou que os funcionários do abrigo haviam cadastrado o seu nome em um programa de moradia popular, e que ele teria prioridade em ser contemplado com a casa, pois não lhe sobrara alternativa de moradia e que ele permaneceria no abrigo, mesmo completado 18 anos, até “sair uma casa de algum projeto do governo”.

Afirmou também que, durante alguns meses, passou a ter o direito de passar o final de semana com a família, objetivando uma aproximação ao convívio familiar, para o posterior retorno do adolescente. Porém, ele salientou que a avó não assinou a documentação que o aceitaria em sua casa após completar 18 anos, fazendo com que fossem procuradas alternativas de moradia. Essa alternativa foi morar com a mãe biológica, com os irmãos e com o padrasto. Assim, informou que os finais de semana fora do abrigo, eram passados na casa da mãe, moradia que seria destinada a ele após o desligamento.

Aí eu fui pra casa de minha mãe eu passei outro tempo cuidando das minhas coisas. Aí chegou o abrigo e chegou o desabrigamento pra mim, e aí o abrigo me levou lá pra casa de minha mãe. Aí que deu

certo e é por causa que deu certo por causa do processo do desabrigo que, quando você tem 18 anos. Quando sua família tá ligada em você, quando a avó vai no abrigo e passa tudo em papel, aí é o processo do desabrigo...brigoamento.. Aí ia do abrigo e... ia pra casa, do abrigo pra casa, da casa pro abrigo, do abrigo pra casa. Aí todo final de semana você vai lá ser avaliado, nos finais de semana, aí quando você chega no final de semana e os Psicólogos chama você pra vê como que foi. Foi bom, se você gostou, não sei o quê. Falando... sim, sim, sim, sim, eu gostei. Eu gostei dessa lição.  
**(Tomás)**

Jonas e Janaína, por motivo não constatado nas entrevistas, não vivenciaram o convívio familiar aos finais de semana como parte do processo de desligamento. O diferencial apresentado entre os irmãos é que, Jonas foi apadrinhado, conforme dito, anteriormente, relatando que, nos finais de semana, frequentava a casa do padrinho, rotina essa inalterada com o processo de desinstitucionalização.

Então, ele que me apadrinhou aí levaram todo final de semana pra casa dele, eu ficava lá. Eu ia na sexta e voltava no domingo. Mais também dependendo do meu comportamento, mas eu ia todo final de semana, eu comportava bem. Então, esse negócio de apadrinhamento depende disso, do comportamento dos adolescentes. Não é à toa que minha irmã não foi apadrinhada, porque ela já num tinha mais comportamento bom. Ela, depois que minha mãe faleceu. Aí eu comecei, aí só volta no fim de semana.  
**(Jonas)**

No caso de Janaína, assim que foi desligada da instituição, foi designada à morar com a avó materna e seu irmão com um tio materno. Ela alegou que se adaptou na casa da avó, porém encontrou algumas dificuldades nesse período, devido aos conflitos gerados entre a família.

Foi bom, porque eu sempre morei com ela, né? Aí quando eu sai pra morar lá ficar lá, adaptei bem com ela. No que estragou mesmo só foi meu tio, porque ele usava droga e aí queria mandar na casa, queria que a gente fizesse as coisa pra ele. **(Janaína)**

Durante esse período, Janaína relata que cuidava dos filhos da tia e, assim, a tia a ajudava, financeiramente, naquilo em que ela necessitasse.

Jonas teve maiores vantagens por morar com o tio, pois o mesmo contribuía, financeiramente com ele, auxiliando nas despesas do jovem e incentivando-o a prosseguir seus estudos e com a carreira militar, que se iniciou com a entrada na

Marinha, meses após a sua desinstitucionalização.

Essa, prática de encaminhamento de crianças e adolescentes à instituições militares, não é recente na história do atendimento de crianças e adolescentes no Brasil e, ao que tudo indica, ainda se constitui em uma prática recorrente como alternativa ao desligamento institucional. Conforme apresenta Rizzini e Rizzini (2004, p.25), a militarização da infância abandonada, iniciou-se, com o governo imperial através das

[...] Companhias de Aprendizes Marinheiros e Escolas/Companhias de Aprendizes dos Arsenais de Guerra. Os Arsenais de Guerra recebiam meninos dos colégios de órfãos e das casas de educandos, que lá iam receber treinamento nas oficinas. Já as Companhias de Aprendizes Marinheiros, que eram escolas do tipo internato, [...] geralmente recebiam meninos recolhidos nas ruas pelas polícias das capitais brasileiras.

Com o intuito de utilizar a militarização para a correção da infância pobre e abandonada, o período militar instaurado na década de 1960, reforçou essas práticas, ao incorporar nos internatos e institutos correcionais de encaminhamento de menores, segundo a égide do Código de Menores de 1927 e 1979, a introdução do militarismo e da disciplina militar (SILVA, R., 1997b).

Mesmo antes do ingresso na Marinha, Jonas afirmou contar com o apoio do tio, no custeio das suas necessidades

Ele comprava tudo pra mim, tênis, roupas. Ele sabia que eu ainda num tinha condição né, de poder ajudar ele. Mais eu fiquei uma semana trabalhando, trabalhando não, né, não, ajudando no Pão Doce uma padaria que tinha lá. Fiquei um bom tempo ali, aí eu recebia por semana. Aí meu tio falou não, não precisa dar dinheiro pra mim, o dinheiro é pra você, pra você comprar o que quiser. Aí eu entrei na Marinha eu ajudava a minha tia ali, mais ele falou que, disse que não precisava né, eu querer ajudar ele. Mais assim mermo eu pegava e dava, dava o dinheiro pra minha tia e escondia o dinheiro e falava olha aí tia, esse é pra poder pagar a luz, a água. Porque ele falava que o dinheiro que eu, que eu recebia, que eu recebo era pra mim, porque ele não precisava. Então, ele queria que eu fosse feliz, que eu fosse alguém melhor na vida. **(Jonas)**

Tomás também ingressou na Marinha assim que saiu do abrigo. Por intermédio da esposa de um general que fazia doações à instituição, a mesma garantiu que conseguiria seu ingresso.

Ela me disse. Ela disse que o marido dela era general lá da brigada. Ela me garantiu, ela me falou, vou te colocar lá, só que lá dentro eu não posso me intrometer, depois de lá dentro **(Tomás)**.

No processo de seleção para o serviço militar, Tomás relatou que estava morando com a mãe biológica. Esse convívio, inicialmente, ocorreu de forma bastante prazerosa para ele, sentindo-se feliz pela oportunidade de, pela primeira vez, morar com a mãe, mas esse sentimento misturava-se com o abalo emocional devido a ruptura afetiva com os outros adolescentes do abrigo, como também com os funcionários.

Eu fui feliz, mas acabou. Eu fui feliz, foi eu tá morando com minha mãe pela primeira vez. E eu fiquei triste por causa dos funcionários, dos adolescentes, por causa que eu tava tendo uma história que você tinha uma história que era assim...você é importante pra alguém. Uma história de quem está no abrigo. Essa história diz a gente que... que alguém precisou dele, porque se ele não tivesse, o povo... o povo lá ia morrer de fome. Então, tinha porquê. Você é importante para alguém. **(Tomás)**

O tempo de permanência de Tomás na casa da mãe biológica foi breve, tendo a duração de um mês. Os conflitos com o padrasto foram os principais motivos apresentados por ele para o fim do convívio com a mãe e os outros dois irmãos biológicos, sendo encaminhado para viver na casa da avó, após esse período, residência na qual ele permanece até os dias atuais.

É importante lembrar que, no processo de aproximação entre Tomás e a mãe biológica, o mesmo muitas vezes preferia continuar no abrigo a permanecer aos finais de semana com a mãe, os irmãos e o padrasto. O que, de novo em sua trajetória, poderia indicar que se instituiria a convivência e os vínculos familiares jamais obtidos entre Tomás e a família?

Assim, é preciso considerar que, o fato da mãe de Tomás só ter tido a experiência de convivência com o filho após a desinstitucionalização, fez com que inúmeros conflitos surgissem nesse período. Sobre esta relação, e levando-se em conta os estudos de Winnicott (2005, p.38), sobre o retorno dos filhos a sua família, o mesmo apresenta que

As mães podem ter uma dificuldade semelhante ao receber os filhos de volta, depois de reorganizarem seus interesses e ansiedades [...] Em primeiro lugar, os filhos realmente mudaram, estão mais velhos e tiveram novas experiências; ela também teve os mais diversos pensamentos sobre os filhos enquanto estiveram fora, e precisava conviver com eles por algum tempo para poder voltar a conhecê-los como realmente são agora.

Portanto, mesmo com a convivência aos finais de semana e da aproximação entre Tomás e a mãe, no período em que estava no abrigo, precisaria de tempo para que os vínculos, não estabelecidos, pudessem se efetivar e, principalmente, se fortalecer. O fato de a mãe já ter outra reorganização da vida, com outro marido e outros filhos, tornou este período de convivência conflituoso no retorno de Tomás a casa da avó.

Mesmo após o retorno para a casa da avó, a mãe biológica, ao saber que ele estava na iminência de ser encaminhado ao serviço militar, solicitou ao jovem que voltasse a morar com ela, os irmãos e o padrasto para que pudesse contribuir financeiramente com a família.

Nessa época aqui. Ela me chamou de novo. Pra mim ajudar ela um pouco. **(Tomás)**

No entanto, ele fez a opção de permanecer na casa da avó e contribuir financeiramente com a família, sem necessariamente viverem no mesmo espaço.

Assim, no que se refere ao direcionamento para o mercado de trabalho como forma de preparação para o desabrigoamento, Tomás informou que não houve encaminhamento para o mercado, pois era certo que ele entraria no serviço militar.

Ah, não arranjou emprego que... que eles imaginaram, já sabiam que eu ia entrar no... exército... eles já sabiam que eu ia entrar no quartel. Eles já sabiam por causa da mulher do general, ela garantiu que ia me botar lá. **(Tomás)**

No entanto, Tomás permaneceu apenas três meses no serviço militar, sendo expulso da corporação. Sobre esse episódio afirma:

Eu queria tá lá. Só que no quartel eu também era rebelde. Eu tava no quartel, por causa que quando eu entrei pra cá, ó, aqui ninguém acredita, você não está no quartel. Eu falei eu vou entrar nesse serviço, vocês vão ver. Eu entrei. eu só queria saber de... só de farra.



É... tirava o dinheiro para minha mãe e para minha avó, e o resto eu torrava.

A expulsão de Tomás da Marinha gerou uma série de problemas, pois com a desvinculação da corporação, o mesmo teve retido, por dois anos, o certificado de reservista, impossibilitando que ele fosse admitido em qualquer emprego ou concurso, que o documento fosse solicitado.

Já Janaína e Jonas informaram sobre o encaminhamento ao mercado de trabalho que

É lá dentro eles tentam fazer a gente lá dentro. Mas isso daí comigo e meu irmão não fizeram não. Só falaram que a gente ia ter oportunidade. E que quando tivesse um curso eles ia ligar e ia entrar em contato, mas nunca entraram em contato, essa semana.  
**(Janaína)**

Não quando eu completei dezoito anos eu ia me alistar. Aí eu me alistei mais foi por conta própria minha já queria me alistar mesmo. Mais assim receber Bolsa, mercado de trabalho alguma coisa nada não. **(Jonas)**

Durante a permanência na instituição, os sujeitos relataram que, tiveram a oportunidade de realizar alguns cursos como: fotografia e informática. No entanto, verificou-se que os cursos oferecidos não garantiram a inserção dos mesmos no mercado de trabalho, tornando o retorno ao convívio familiar, principalmente, para Janaína, mais difícil. Já Tomás e Jonas, com o ingresso no serviço militar, tiveram a oportunidade de se manterem com o salário que recebiam da corporação.

Tomás e Janaína afirmaram que receberam da assistência social do município, uma cesta básica por três meses e que, após este período, não obtiveram mais ajuda. E Jonas afirmou não ter recebido qualquer auxílio após o desligamento.

Sobre o sentimento em relação a instituição hoje, após viverem, aproximadamente, um ano fora dela, comentam o que ela representou em suas vidas

Ah, pra mim foi uma oportunidade saber viver aqui fora. Aprendi muitas coisas lá dentro, principalmente respeitar os outros. A gente temo respeito, educação, a gente tem tudo. Você pode... Eu sou assim, fui educado. Tem pessoa que fala palavrão, briga, tem nada a dizer não, só tem a cadeia mesmo. Já eu...**(Jonas)**

Ah, representou, como é que eu posso dizer? Ah, sei lá pra mim representou uma cadeia, né? Porque eu fiquei lá eu fui fiquei muito tempo lá dentro. É fiz, é que aí representou uma cadeia pra mim, mas ao mesmo tempo representou muitas oportunidades lá dentro, muitas oportunidades que eu tive e não soube aproveitar. É isso aí que é apresentação. **(Janaína)**

O que representa? Eu caí agora. Tem muita, muita coisa. Vou tentar. Ó, o abrigo é uma instituição. É... é uma instituição de proteção, que assim como tem a instituição de educação pra aquelas pessoas que cometem delito, de algum caso ela vai pra uma instituição é... de detenção e nem adianta, eu não acredito. E... Só que o abrigo é uma instituição de proteção. Então, ela sendo... e é, como ela é uma instituição de proteção, ela dá aquela... e... ela dá aquela proteção pra você, por causa que o Estatuto da Criança e do Adolescente vai até os 17 anos mesmo. Por causa que é uma... é... um... um.. é um troço bonito é... que não... que dão pra gente. Então, é... o que é que a gente sabe do abrigo? Sabe que o abrigo é uma instituição que... é... que nos ajuda. **(Tomás)**

Esses sentimentos sobre o abrigo, demonstram percepções distintas por jovens que vivenciaram a instituição, em um mesmo período. O que é unânime nas respostas, é que a instituição auxiliou no oferecimento de oportunidades de sobrevivência para eles, tendo em vista hoje, uma consciência sobre a falta de recursos e condições financeiras da família em oferecer cuidados, durante o período em que permaneceram institucionalizados.

No entanto, nota-se nas trajetórias, que não houve reestruturação da família de origem, o que possibilitou aos jovens a experiência de voltar a família, vivenciando as mesmas condições e fragilidades sociais, econômicas e culturais que o fizeram ser encaminhados à instituição.

É notório que, com a promulgação do ECA, as instituições de abrigamento de crianças e adolescentes, tiveram que se reorganizar para um atendimento mais humanizado, garantindo e oferecendo um ambiente de respeito e dignidade ao adolescente. Isso, na prática, deveria fazer com que estudos como este, descaracterizassem o abrigo como uma instituição total. No entanto, as práticas institucionais arraigadas e engessadas, constituídas ao longo dos anos, ainda são ambíguas, pois

[...] apesar do ECA propor um rompimento com a lógica de internação, ao estabelecer uma outra forma de atendimento, a cultura dos antigos internatos muitas vezes permanece, o que aponta para divergências entre a lei e as práticas cotidianas dos abrigos.

Assim, o modelo de estabelecimentos onde crianças e jovens moravam, estudavam, recebiam assistência médica, psicológica e odontológica não foi completamente substituído pelos princípios presentes na nova legislação. De acordo com eles, os abrigos devem funcionar priorizando o contato com atividades comunitárias, favorecer a preservação dos vínculos familiares, possibilitar o não desmembramento de grupos de irmãos e afirmar o atendimento personalizado e em pequenos grupos. Entretanto, nem sempre isso ocorre, e pode-se dizer que há uma considerável incompatibilidade entre algumas propostas do Estatuto e o que, na realidade, se pratica nos abrigos (NASCIMENTO; LACAZ; TRAVASSOS, 2010, p.17).

Assim, suas expectativas após a instituição, foram marcadas por ansiedade de viverem, novamente, no contexto familiar, sem que esse, tivesse sido alterado, a não ser pela falta do convívio. Além de uma nova ruptura por se verem afastados dos funcionários e adolescentes do abrigo, com os quais cultivaram e desenvolveram vínculos afetivos.

Mesmo os jovens tendo vivenciado o abrigo, em um mesmo momento histórico e os mesmos espaços, as histórias se tornaram singulares, apesar de em alguns momentos, se entrelaçarem. Janaína apresentou em seus relatos, sentimentos intensos sobre a separação da mãe, e como o abrigo se apresenta, enquanto instituição que a privou da liberdade. Já Jonas, aprendeu as regras do jogo institucional, fazendo com que conquistasse, através do seu comportamento, a liberdade que era almejada por Janaína, obtendo uma série de privilégios. E Tomás, diante das dificuldades enfrentadas, durante toda a sua vida, e mesmo tendo permanecido na instituição por um ano e seis meses, percebe o abrigo em seu funcionamento e na sua forma de organização, como um espaço eficaz, no atendimento aos adolescentes, pois o mesmo é capaz de oferecer condições básicas e de sobrevivência, muito distintas daquelas que ele vivenciava no seu ambiente doméstico.

Assim, os desafios encontrados no momento de saída do abrigo, demonstram-se, através da nova configuração familiar estabelecida, tendo em vista que os três sujeitos retornam à família, mas em ambientes diferentes, estabelecendo novas relações familiares. Outro desafio enfrentado, refere-se a administração por cada um, da liberdade de escolha, sem que os mesmos tenham sido preparados, fazendo com que eles tomassem para si, em alguns momentos, as regras estabelecidas na instituição, tendendo a reproduzir os valores, os comportamentos, os modos de agir e de pensar.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo, analisar a trajetória social de jovens que viveram em abrigos institucionais, sendo, posteriormente, desligados por maioria civil, tendo como ênfase, as condições socioeconômicas e culturais vivenciadas por eles.

Com o levantamento dos estudos já realizados e que abordaram o problema de pesquisa suscitado, verificou-se que, no país, poucos haviam sido realizados e que a temática, com o passar dos anos, ganhou mais espaço nos Programas de Pós-Graduação, porém sem ter sido contemplada nos estudos de doutoramento.

No que se refere à constituição do atendimento a crianças e adolescentes no país, verificou-se que ele foi marcado como uma política pública, somente a partir do início do século XX, data em que foi promulgada a primeira legislação destinada à população menor de 18 anos. Nesse período, o Estado passou a intervir, em nome da ordem e da situação de abandono de crianças e adolescentes.

Nessa trajetória de atendimento, verificou-se que o caráter caritativo e filantrópico das instituições privadas, fortemente, presentes até o final do século XIX, resistiram as inúmeras promulgações e alterações nas legislações, principalmente, pelos subsídios financeiros para a manutenção destas instituições, permanecendo até os dias atuais.

Isso se comprova, através de estudos mais recentes sobre as instituições que abrigam crianças e adolescentes no Brasil, ao indicarem que a maioria destas são não-governamentais e que possuem vínculo ou orientação religiosa.

Na trajetória de atendimento ao “menor”, a nova caracterização da criança e do adolescente como sujeito de direitos, verificou-se que a infância foi se constituindo, através de olhares específicos às suas singularidades. As legislações, principalmente, através do ECA, incorporaram a criança e o adolescente como uma prioridade nacional, principalmente, ao elevar a representatividade das políticas públicas voltadas à infância e a adolescência.

No caso mais específico das crianças institucionalizadas em abrigos, verificou-se que estas políticas públicas se ocuparam em, definitivamente, reverter o longo processo de marginalização da infância pobre e abandonada, ao reorganizar o atendimento em instituições que, a princípio, deveriam garantir a sua

excepcionalidade e provisoriedade, em um ambiente de dignidade e respeito, mantendo assim os vínculos familiares de origem.

Dentro deste cenário, com uma nova perspectiva de atendimento, foi possível constatar, nos dados apresentados sobre os atendimentos realizados no abrigo de adolescentes da cidade, campo empírico deste estudo, uma expressiva redução de atendimentos, considerando os últimos dois anos analisados e que suscitam novas pesquisas para indicarem, com precisão, o movimento que se estabeleceu de redução, como também os seus motivos.

No entanto, o que ainda parece ser recorrente, não somente no campo empírico deste estudo, como também em outras regiões do país, que o motivo de institucionalização por pobreza ou falta de recursos financeiros da família para manterem seus filhos juntos de si, ainda se constituem fortes determinantes para que as crianças e adolescentes sejam abrigados. Embora a legislação afirme o contrário, as políticas sociais de distribuição de renda, ainda tem-se mostrado, em alguns casos, ineficazes para combater a institucionalização de crianças e adolescentes no país.

Com este estudo, procurou-se traçar, no percurso de vida desses jovens, as relações estabelecidas por eles com a família, com a escola e com a instituição, verificando-se, de que forma elas imprimiram marcas, em momentos diferentes de suas vidas, bem como em qual contexto socioeconômico elas ocorreram.

Assim, para as análises destas relações, foram utilizados três autores que contribuíram para a compreensão de cada ligação estabelecida entre: o jovem e a família; o jovem e a escola; e, o jovem e a instituição.

Bourdieu corroborou a este estudo, ao emprestar suas lentes que sinalizam para apropriações que os jovens adquiriram em suas vidas, através da relação com a família, a escola e a instituição e, de que forma estas apropriações se externalizaram, no modo de agir, pensar e as formas de estratégias dos sujeitos. Embora não seja comum empregar o referencial teórico de Bourdieu para estudos de abrigos, cujos estudos têm sido mais embasados na análise institucional e na teoria das organizações, acredito que nesse trabalho, abra-se uma nova perspectiva de análise, através dos seus estudos, respeitando-se, é claro, os limites que existem entre as temáticas abordadas pelo autor e a particularidade dos estudos que possam adotar este referencial teórico-metodológico.

Winnicott contribuiu com o pensar nas relações entre, o jovem e a família,

principalmente, ao apontar os efeitos de longos períodos sem as vivências dos vínculos familiares. Contribuiu também, ao indicar as dificuldades encontradas no reestabelecimento e fortalecimento destes vínculos, procurando elucidar que, os efeitos destas rupturas, precisam de um olhar atencioso, para que esta ausência não se reflita em comportamentos prejudiciais às pessoas que estão envolvidas no processo.

E, embora o abrigo não se constitua mais como uma instituição total, os estudos de Goffman contribuíram com esta pesquisa, por elucidar as origens históricas das instituições de atendimento, que reforçavam práticas institucionalizadoras, e que, algumas delas atendiam a crianças e adolescentes em situação de orfandade ou abandono. Ao indicar as características das instituições totais e de que forma se mantinham o mundo dos dirigentes e dos internos, ele contribuiu com este estudo, ao indicar a lógica das relações entre estes dois mundos, e como ainda, apesar de uma nova abordagem na concepção das instituições, na era dos direitos, como as práticas institucionais ainda, mantém uma relação ambígua entre, o que é proposto pela lei, e o que se encontra como ações legítimas nas instituições.

Nos percursos pessoais foi possível perceber as diferentes manifestações, na vida dos sujeitos, dos efeitos das rupturas e do convívio familiar. Cada um externalizou de forma particular a falta que os membros da família faziam no seu cotidiano. Embora, outros vínculos foram criados dentro do abrigo e que estes, amenizaram o sofrimento da separação, os efeitos da perda ou da diminuição do contato com a família estão presentes de forma recorrente em suas histórias.

A instituição parece, ao que tudo indica, não compreender a sua função em permitir e oportunizar a preservação dos vínculos familiares. Neste sentido, permite o sofrimento por parte dos adolescentes, sem, contudo, encontrar formas para a manutenção dos vínculos, de forma efetiva na vida dos sujeitos.

Ainda sobre a instituição, ao não permitir atividades que extrapolem os limites da instituição e da escola, ainda mantém no seu cotidiano uma característica parecida com a das instituições totais, que é a tendência ao fechamento. Com as ressalvas apresentadas nesse estudo, do desenvolvimento de atividades relacionadas a escola e a visita as famílias, poucas foram as oportunidades de uma vida comunitária e de autonomia para a realização de atividades que, inclusive, são próprias da idade a qual eles tinham quando foram institucionalizados.

Em suas histórias, foi possível perceber que o capital econômico, social e cultural sofreram alterações durante o processo de institucionalização, porém não foram suficientes a ponto de trazer uma modificação sólida da vida dos sujeitos. Assim, ao se depararem com as mesmas fragilidades sociais que os encaminharam ao abrigo, no seu retorno à família, tem-se a sensação de que o abrigo representou uma “pausa” em condições de vida contraditória, mas que teve a sua continuidade ao completarem 18 anos. E mais uma vez questiono: que sistema é este que faz com que estes jovens retornem aos seus lares em condições idênticas ou muito próximas àquelas que os levaram a serem abrigados?

Com isso, concluiu-se que os sujeitos desta pesquisa, experimentaram lacunas e fragilidades nos percursos pessoais, vivenciando as mais duras formas de injustiça social, contribuindo, significativamente, para o encaminhamento a instituição. Assim, verificou-se que, mesmo a legislação afirmando que o abrigo é uma medida excepcional e provisória, não sendo permitida a institucionalização por motivo de pobreza, sendo o Estado responsável por oferecer os mínimos sociais aos que dele necessitam, crianças e adolescentes permanecem anos, em instituições, esperando que suas famílias tenham condições financeiras e emocionais para recebê-los de volta ao convívio familiar.

Os três jovens, não mais silenciados, vivenciaram momentos perversos, tanto no processo de abrigamento, como no desabrigamento, explicitando os laços rompidos e a incerteza do que viria pela frente, pois tudo acabava por ser novo e desconhecido. No entanto, buscou-se uma compreensão que, mesmo vivenciando processos distintos, os sentimentos de ruptura afetiva, percorreram caminhos semelhantes, quando comparado os sentimentos da ruptura entre o jovem e a família e, posteriormente, entre o jovem e a instituição.

Ainda, enquanto lacuna deste estudo, é preciso que novas pesquisas se concentrem em compreender e avaliar se a situação de vulnerabilidade social é capaz de superar as variáveis de tempo e precocidade de institucionalização, no que diz respeito a internalização da cultura institucional. Este estudo, parece indicar que, as variáveis de tempo e precocidade de institucionalização foram superadas pela condição de vulnerabilidade social, conferindo a Tomás capacidade de inculcação das regras e discurso institucional com maior intensidade que Jonas e Janaína.

Este estudo, buscou também, apontar que é preciso que se repense e se discuta as ações voltadas às crianças e adolescentes, em situação de

vulnerabilidade social e que se encontram institucionalizadas, buscando romper, através de suas práticas, concepções fortemente arraigadas e que tendem a reprodução no cotidiano institucional. Ou seja, é preciso que as ações do cotidiano passem a coincidir com o que é previsto nas legislações que amparam a todos, principalmente, aqueles que dela mais necessitam.



## REFERÊNCIAS

AMORIM OLIVEIRA, R. B. de; VERAS, R. P.; PRADOIII, S. D.. **A alimentação de idosos sob vigilância**: experiências no interior de um asilo. Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 2010. Disponível em: <[http://revista.unati.uerj.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-98232010000300008&lng=pt&nrm=iso](http://revista.unati.uerj.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-98232010000300008&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 01 fev. 2012.

BACHELAR, G. **A formação do espírito científico**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

BERGER, M. V. B.; GRACINO, E. R. **Aspectos históricos e educacionais dos abrigos de criança e adolescentes**: A formação de educador e o acompanhamento dos abrigados. Revista Histedbr [on-line], Campinas, n.18, p.170-185, Jun.2005. Disponível em: <[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/art17\\_18.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/art17_18.pdf)>. Acesso em: 12 set. 2009.

BONNEWITZ, P. **Primeiras Lições sobre a Sociologia de P. Bourdieu**. Petrópolis: Vozes, 2003.

BOURDIEU, P. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Orgs.). **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 2002a.

\_\_\_\_\_. O Capital Social. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A.(Orgs.). **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 2002b.

\_\_\_\_\_. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Orgs.). **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 2002c.

\_\_\_\_\_. **As regras da arte**: gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato. **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho d'água, 2003.

\_\_\_\_\_.**Meditações pascalinas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRASIL. **Decreto n. 17943, de 12 de outubro de 1927**. Consolida as leis de assistência e proteção a menores. Disponível em: <http://www.promenino.org.br/Ferramentas/DireitosdasCriancaseAdolescentes/tabid/77/ConteudoId/53053edb-bf4b-43e9-8c44-18fe9f0de6ea/Default.aspx>. Acesso em: 11 jul. 2011.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 4513, de 1º de dezembro de 1964.** Autoriza o Poder Executivo a criar a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, a ela incorporando o patrimônio e as atribuições do Serviço de Assistência a Menores, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.promenino.org.br/Ferramentas/DireitosdasCriancaseAdolescentes/tabid/77/Conteudold/f3e5b258-2acc-48f2-82cb-8f5d85886f06/Default.aspx>. Acesso em: 11 jul. 2011.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 6.697, de 10 de outubro de 1979.** Institui o Código de Menores. Disponível em: <http://www.promenino.org.br/Ferramentas/DireitosdasCriancaseAdolescentes/tabid/77/Conteudold/e78c122c-95c0-4438-be6b926b57b04d55/Default.aspx>. Acesso em: 12 jul. 2010.

\_\_\_\_\_. **Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988.** Constituição da República Federativa do Brasil – 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/civil\\_03/Constituicao/Constituicao](https://www.planalto.gov.br/civil_03/Constituicao/Constituicao). Acesso em: 20 ago. 2011.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 8069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 20 ago. 2010.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 8742, de 07 de dezembro de 1993.** Dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8742.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8742.htm). Acesso em: 20 ago. 2010.

\_\_\_\_\_. **Resolução Nº 145, de 15 de outubro de 2004.** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/gestaodainformacao/biblioteca/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/cadernos/politica-nacional-de-assistencia-social-2013-pnas-2004-e-norma-operacional-basica-de-servico-social-2013-nobsuas>. Acesso em: 30 jul. 2010.

\_\_\_\_\_. **Norma Operacional Básica - NOB/SUAS.** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Construindo as bases para a implantação do Sistema Único de Assistência Social. Brasília, julho de 2005.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 12010, de 03 de agosto de 2009.** Dispõe sobre adoção; altera as Leis n. 8.069, de 13 de julho de 1990; 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da lei n. 10406, de 10 de janeiro de 2002, e da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo decreto-lei n. 5452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm). Acesso em: 22 dez. 2010.

\_\_\_\_\_. **Tipificação de Serviços Socioassistenciais** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009b. Brasília, Governo Federal, 2009b. Disponível em: <http://mds.gov.br/sobreoministerio/legislacao/assistenciasocial/resolucoes/2009/Resolucao%20CNAS%20no%20109-%20de%2011%20de%20novembro%20de%202009.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2010.

BURAWOY, M. **O marxismo encontra Bourdieu**. Campinas: Unicamp, 2010.

CECIF (org.). **101 perguntas e respostas sobre alternativas de convivência familiar**: Família de apoio, guarda e apadrinhamento afetivo. São Paulo: CECIF, 2003.

FACHINETTO, N. J.. **Medida protetiva de abrigo**: análise dialética e sua transformação social. Porto Alegre, 2004.

FALEIROS, V. de.. Infância e processo político no Brasil. In: RIZZINI, I.; PILOTTI, F (Orgs.). **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Cortez, 2009.

FERREIRA, Luiz Antonio Miguel. **O estatuto da criança e do adolescente e o professor**: reflexos na sua formação e atuação. 2004, 223 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Ciências e Tecnologia - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Presidente Prudente, 2004.

FONSECA, D. N. D.; CASSANHA, L. H.; GARCIA, E. S.. **Educador Social**: Perfil e Perspectivas dos Profissionais dos Abrigos de Corumbá-MS. 2010. 18f. Relatório de Iniciação Científica. Campo Grande: UFMS/CNPq, 2010.

GIMENES, V. da S. B.. **Política Nacional de Assistência Social**: perspectivas para o exercício profissional do assistente social. 2009. 128 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2009.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4a ed. Rio de Janeiro, Guanabara, 1988.

\_\_\_\_\_. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

IPEA. Diretoria de Serviços Sociais. **Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede de Serviços de Ação Continuada (SAC)** - Relatório de Pesquisa nº 1. Brasília: IPEA, 2003, p.56. Disponível em: <<http://www.mp.rs.gov.br/areas/infancia/arquivos/abrigos.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2011.

IZAR, J.G. **A práxis pedagógica em Abrigos**. 2011.133 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de São Paulo: USP, 2011.

JÚNIOR, Antônio Gandini. **Breves Considerações sobre o Atendimento da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor aos Adolescentes Infratores no Estado de São Paulo**. Revista Fafibe [On Line] - n.3 - ago. 2007 - ISSN 1808-6993- Faculdades Integradas Fafibe - Bebedouro - SP. Disponível em: <[http://www.fafibe.br/revistaonline/arquivos/gandini\\_breves\\_consideracoes\\_febem\\_sao\\_paulo.pdf](http://www.fafibe.br/revistaonline/arquivos/gandini_breves_consideracoes_febem_sao_paulo.pdf)>. Acesso em: 29 set. 2010.

MARCILIO, M. L.. A roda dos Expostos e a criança abandonada na História do Brasil. 1726-1950. In: FREITAS, Marcos César de. **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997.

\_\_\_\_\_. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MARTINEZ, A. L. M.. **Adolescentes no momento de saída do abrigo**: um olhar para os sentidos construídos. 2006, 135f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

MARTINS, C. S.. **A institucionalização de crianças e adolescentes vítimas da violência doméstica**: o cuidar na visão das instituições e das famílias envolvidas. 2009, 186 f. Tese (Doutorado em Enfermagem). Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, 2009.

MENDEZ, E. G.; COSTA, A.C. G. **Das necessidades aos direitos**: série direitos da criança 4. São Paulo: Malheiros, 1994.

MORENO, R. da S.; SARAIVA, S. B. C.. **As meninas do Brasil**: um olhar sobre gênero, estigma e políticas públicas de atendimento as 'Evas' brasileiras. In SEMINÁRIO FAZENDO GÊNERO, 7, 2006. Anais. Disponível em: <[http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/M/Moreno-Saraiva\\_01.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/M/Moreno-Saraiva_01.pdf)>. Acesso em: 23 mai. 2011.

MOURA, L.C. **Estado Penal e Jovens Encarcerados**: Uma história de confinamento. 2005. 203 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2005.

NASCIMENTO, N. M. G. M.. **Adolescência com prazo de validade**: um estudo do impacto da prática educativa em Instituições de Abrigo de Salvador. 2005, 151f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2005.

NASCIMENTO, M. L. do; LACAZ, A. S. e TRAVASSOS, M. Descompassos entre a lei e o cotidiano nos abrigos: percursos do ECA. **Aletheia** [online]. 2010, n.31, pp. 16-25.

NOGUEIRA, M. A.; NOGUEIRA, C. M. M.. **Bourdieu & a Educação**. Petrópolis: Autêntica, 2004.

OLIVEIRA, W. F. de. **Educação social de rua**: bases históricas, políticas e pedagógicas. História, Ciências, Saúde - Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 14, n.1, p.135-158, jan.-mar. 2007.

PEREZ, C. L. V. Cotidiano: história(s), memória e narrativa. Uma experiência de

formação continuada de professoras alfabetizadas. Em R. L. Garcia (Org.), **Método: pesquisa com o cotidiano** (pp. 97-118). Rio de Janeiro: DP&A.

PILLOTTI, F., RIZZINI, I. **A arte de governar crianças**. Rio de Janeiro. AMAIS, 1995.

RIBEIRO, M.. **Exclusão e educação social**: conceitos em superfície e fundo. Educação e Sociedade. Campinas, v.27, n.94, jan./abr., p.155-178, 2006.

RIZZINI, I. Crianças e menores: do pátrio poder ao pátrio dever: um histórico da legislação para a infância no Brasil. In: RIZZINI, I.; PILOTTI Francisco (Org.). **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_; PILOTTI, F. (Orgs.). **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_; RIZZINI, I.. **A institucionalização de crianças no Brasil**: percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

\_\_\_\_\_. **A Criança e a Lei no Brasil - Revisitando a História (1822-2000)**. Brasília, DF: UNICEF; Rio de Janeiro: USU Ed. Universitária, 2000.

SALIBA, M. G.. **O olho do poder: análise crítica da proposta do Estatuto da criança e do adolescente**. São Paulo: Ed. Unesp, 2006

SETTON, M. da G. J.. **A teoria do habitus em Pierre Bourdieu**: uma leitura contemporânea. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n. 20, p.60-70, 2002. Quadrimestral. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=27502005>>. Acesso em: 10 out. 2010.

SILVA, E. R. A.; MELLO, S. G.. Contextualizando o "Levantamento Nacional dos Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede de Serviços de Ação Continuada". In: SILVA, E. R. A. (Coord.). **O direito à convivência familiar e comunitária**: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. Brasília, IPEA/CONANDA, 2004.

SILVA, G. O. do V.. **Capital cultural, classe e gênero em Bourdieu. Informare**: Cadernos do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, [Online], v. 1, n. 2, p.24-36, jun/dez, 1995. Semestral. Disponível em: <[www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=17413](http://www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=17413)>. Acesso em: 15 out. 2010.

SILVA, H. R. da.. **A gênese da sociologia crítica de Pierre Bourdieu**. Espaço Acadêmico, Maringá, n 112, p.114-120, Set. 2010. Mensal. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/10659/5976>>. Acesso em: 01 nov. 2010.

SILVA, M. E. S. da. **Acolhimento Institucional**: a maioria e o desligamento.

2010, 135 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2010.

SILVA, R. da. **Reconstituição da trajetória de institucionalização de uma geração de ex-menores**. Dissertação (Mestrado em Educação). São Paulo: FEUSP, 1997a.

\_\_\_\_\_. **Os Filhos do governo**: a formação da identidade criminosa em crianças órfãs e abandonadas. São Paulo: Ática, 1997b.

\_\_\_\_\_. **Pobreza e exclusão social no Brasil** - 300 anos de políticas públicas para a criança brasileira. Acervo Operacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. São Paulo: Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores públicos da Infância e da Juventude/ABMP. Fundo das Nações Unidas para a Infância/UNICEF, 2002a. Disponível em: <<http://www.abmp.org.br/textos/212.htm>>. Acesso em 25 ago. 2010.

\_\_\_\_\_. O que é institucionalização. In: **Terra dos Homens**. Do abrigo à família. Rio de Janeiro: ABTH, 2002b, p. 9-13.

\_\_\_\_\_. As bases científicas da Educação não formal. In: Roberto da Silva, João Clemente de Souza Neto, Rogério Moura. (Org.). **Pedagogia Social**. 2 ed. São Paulo: Expressão & Arte, 2011.

SOUZA, J. O. de. **Abrigo**: trajetórias de vida bem sucedidas. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2008

SOUZA, S. R. de. **A experiência de adolescentes abandonados e institucionalizados frente ao desligamento institucional**. 2001.161 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2001.

SPOSATI, A.. **Contribuição para a construção do Sistema Único de Assistência Social**: SUAS. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, Ano 24, n. 78, p.171-187, jul. 2004.

VENÂNCIO, R. P.. **Famílias abandonadas**: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador - séculos XVIII e XIX, Campinas, São Paulo: Papirus, 1999.

WACQUANT, L.J. D.. **O legado sociológico de Pierre Bourdieu**. Sociologia Política, Curitiba, n. 19, p.95-110, nov. 2002. Mensal. Disponível em: <[http://sociology.berkeley.edu/faculty/wacquant/wacquant\\_pdf/LEGADOSOCIOLOGI COPB.pdf](http://sociology.berkeley.edu/faculty/wacquant/wacquant_pdf/LEGADOSOCIOLOGI COPB.pdf)>. Acesso em: 25 out. 2010.

WINNICOTT, D. W. **Privação e delinquência**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.